

**A DINÂMICA DAS AFETAÇÕES EM ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL E NA
TANZÂNIA: análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais
(1980-2019).**

Aldine Valente Bathillon

MONTES CLAROS

2022

Aldine Valente Bathillon

**A DINÂMICA DAS AFETAÇÕES EM ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL E NA
TANZÂNIA: análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais
(1980-2019).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros para a obtenção do título de mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Linha de pesquisa: Sociedade e Ambiente

Orientadora: Dra. Felisa Cançado Anaya

Co-Orientadora: Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

MONTES CLAROS

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Bathillon, Aldine Valente.

B331d
2022

A dinâmica das afetações em áreas protegidas no Brasil e na Tanzânia: análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais (1980-2019) [manuscrito] / Aldine Valente Bathillon. Montes Claros, 2022.

187 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador(a): Felisa Caçado Anaya.

Banca examinadora: Fausto Makishi, Mário Marcos do Espírito Santo, Felisa Caçado Anaya.

Inclui referências: f. 173-187.

1. Conflitos ambientais. 2. Brasil. 3. Tanzânia – Política social. 4. Áreas protegidas. I. Anaya, Felisa Caçado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 574.2

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 14 dias do mês de março de 2022, às 10:00 horas, sob a presidência da Professora Felisa Cançado Anaya, D. Sc. (Orientadora - Unimontes), e com a participação dos Professores Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, D. Sc. (Coorientadora - Unimontes), Mário Marcos do Espírito Santo, D. Sc. (Unimontes) e Fausto Makishi, D. Sc. (UFMG/ICA), reuniu-se a banca para defesa de dissertação de **Aldine Valente Bathillon**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: **"A DINÂMICA DAS AFETAÇÕES EM ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL E NA TANZÂNIA: análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais (1980-2019)"**. A estudante foi considerada **APROVADA**.

E, para constar, eu, Professora Felisa Cançado Anaya, presidente da banca, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Montes Claros, 14 de março de 2022.



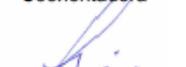
Felisa Cançado Anaya
Orientadora



Andréa Maria Narciso R. de Paula
Coorientadora



Mário Marcos do Espírito Santo
Membro



Fausto Makishi
Membro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida mãe Maria Odete Valente e ao meu pai Augustin Bathillon (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A minha jornada durante o mestrado foi recheada de muitos momentos bons e alguns obstáculos que me fizeram crescer enquanto pessoa. Começo agradecendo ao criador pela vida e pela saúde física e emocional, que embora não esteve nos seus melhores momentos durante todo contexto da pandemia, foi melhorando e me permitiu concluir a dissertação.

Dou meus sinceros e profundos agradecimentos às mulheres da minha vida, a minha amada mãe Maria Odete Valente e a minha querida irmã Yasmin Valente Mendes Pereira por serem meu porto seguro quando mais precisei e por continuarem a ser uma fonte de inspiração para eu seguir trilhando os meus sonhos.

Gostaria de agradecer em especial à Felisa Cançado Anaya e a Maria Andrea Narciso pela orientação, incentivo e encorajamento durante todo o processo de concepção e escrita da dissertação, sou profundamente grata por todo apoio e carinho recebido. Estendo meus agradecimentos ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Socioambiental (NIISA) da Unimontes pela qual a pesquisa também se encontra vinculada, e a Capes e Fapemig pela bolsa de apoio a pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus colegas de turma pela partilha de experiências, aos professores que direta ou indiretamente contribuíram para esse trabalho e ao programa de mestrado de modo geral por todo aprendizado que me tem proporcionado.

RESUMO

A conservação ambiental através da implementação de áreas protegidas a partir do modelo preservacionista que dicotomiza sociedade e natureza, consolidado pelo Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos criado em 1872, tem criado conflitos e problemas sociais em países africanos como a Tanzânia e latino-americanos como o Brasil, por ser um modelo alheio às realidades locais. O presente trabalho pretende analisar de forma sistemática a literatura produzida sobre os conflitos ambientais territoriais nos contextos do Brasil e da Tanzânia entre 1980 e 2019. Para compreender as dinâmicas e os efeitos socioambientais sobre grupos sociais que envolvem esse tipo de conflitos de sobreposição de territórios nos dois países, recorreu-se à revisão bibliográfica, análise de conteúdo e análise estatística para a realização da pesquisa. A combinação das metodologias qualitativas e quantitativas nos permitiu observar que as comunidades tradicionais na Tanzânia e os Povos e Comunidades tradicionais no Brasil são as principais vítimas desse modelo de conservação que desterritorializa fisicamente, socioeconomicamente e simbolicamente populações culturalmente diferenciadas. Foi observado também que as áreas protegidas foram viabilizadas tanto para impulsionar o crescimento econômico desenvolvimentista na Tanzânia através do turismo como para cumprir acordos que visam reduzir os efeitos do desenvolvimento no Brasil.

Palavras-Chaves: conflitos ambientais territoriais; brasil; tanzânia; áreas protegidas.

ABSTRACT

Environmental conservation through the implementation of protected areas from the preservationist model that dichotomizes society and nature, consolidated by the Yellowstone National Park in the United States created in 1872, has created conflicts and social problems in African countries such as Tanzania and Latin Americans such as Brazil, for being a model alien to local realities. The present work intends to systematically analyze the literature produced on territorial environmental conflicts in the contexts of Brazil and Tanzania between 1980 and 2019. In both countries, literature review, content analysis and statistical analysis were used to carry out the research. The combination of qualitative and quantitative methodologies allowed us to observe that traditional communities in Tanzania and Traditional Peoples and Communities in Brazil are the main victims of this conservation model that physically, socioeconomically and symbolically deterritorializes culturally differentiated populations. It was also observed that protected areas were made possible both to boost developmental economic growth in Tanzania through tourism and to fulfill agreements that aim to reduce the effects of development in Brazil.

Key words: territorial environmental conflicts; brazil; tanzania; protected areas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Mapa de distribuição das unidades de conservação	24
Figura 2	- Mapa de conflitos ambientais georreferenciados.....	25
Figura 3	- Tipos de governança das unidades de conservação do Brasil.....	27
Figura 4	- Tipos de governança das unidades de conservação da Tanzânia.....	28
Quadro 1	- Organização do referencial teórico	34
Quadro 2	- Variáveis das seções da ficha de leitura.....	41
Quadro 3	- Objetivos, permissões e proibições e/ou restrições das categorias das unidades de conservação de uso restrito brasileiras	48
Quadro 4	- Objetivos, permissões e proibições e/ou restrições das categorias das unidades de conservação de uso sustentável	51
Quadro 5	- Relação das Leis e as categorias das áreas protegidas da Tanzânia.....	60
Quadro 6	- Objetivos, permissões e proibições/restrições das categorias das áreas de preservação permanente	61
Quadro 7	- Objetivos, permissões e proibições/restrições das categorias das áreas protegidas que permitem a presença de comunidades tradicionais e usufruto dos recursos pelas comunidades tradicionais.....	69
Gráfico 1	- Localização geográfica das unidades de conservação estudadas.....	85
Gráfico 2	- Idioma dos artigos.....	86
Gráfico 3	- País onde o artigo foi publicado.....	86
Gráfico 4	- Anos de publicação dos artigos nas revistas.....	88
Gráfico 5	- Revistas onde os artigos foram publicados.....	89
Gráfico 6	- Objetivo dos artigos analisados.....	90
Gráfico 7	- Metodologias utilizadas.....	91
Figura 5	- Mapa de palavras dos principais autores utilizados.....	95
Figura 6	- Mapa de palavras dos principais conceitos utilizados.....	96
Gráfico 8	- Bioma das unidades de conservação estudadas.....	99
Figura 7	- Mapa da expansão das hotspots da biodiversidade global.....	101
Figura 8	- Mapa da distribuição dos biomas brasileiros pelos estados.....	102
Gráfico 9	- Classificação da área protegida.....	103
Gráfico 10	- Tipos de áreas protegidas.....	104
Gráfico 11	- Décadas de criação das áreas protegidas.....	105
Gráfico 12	- Objetivo da criação da área protegida.....	106
Gráfico 13	- Existência de planos de manejo das áreas protegidas.....	107
Gráfico 14	- Promotores da implantação e/ou gestores das áreas protegidas..	109
Gráfico 15	- Tipos de conflitos mencionados nos artigos estudados.....	110
Gráfico 16	- Grupos sociais que foram afetados de forma negativa pelas áreas protegidas.....	114
Gráfico 17	- Quantidade de pessoas afetadas.....	115
Gráfico 18	- Existência de políticas de indenização aplicadas.....	116
Gráfico 19	- Localização das áreas protegidas estudadas.....	121

Figura 9 - Regiões administrativas da Tanzânia.....	121
Gráfico 20 - País onde o artigo foi publicado.....	123
Gráfico 21 - Ano de publicação da revista.....	124
Gráfico 22 - Revistas de publicação.....	125
Gráfico 23 - Objetivos de estudo.....	126
Gráfico 24 - Metodologias aplicadas nos artigos analisados.....	127
Figura 10 - Mapa de palavras dos principais autores utilizados	131
Figura 11 - Mapa de palavras dos conceitos utilizados	134
Gráfico 25 - Biomas das unidades de conservação analisadas	140
Figura 12 - Mapa das montanhas do Arco Oriental e Floresta Costeira da Tanzânia e do Quênia.....	142
Gráfico 26 - Classificação das áreas protegidas.....	143
Gráfico 27 - Tipos de uso das áreas de conservação.....	144
Gráfico 28 - Década de criação das áreas de conservação.....	145
Gráfico 29 - Planos de manejo das áreas de conservação.....	148
Gráfico 30 - Promotores da implantação e/ou gestores.....	149
Gráfico 31 - Tipos de conflitos relatados.....	150
Gráfico 32 - Quantidade de pessoas afetadas.....	155
Gráfico 33 - Políticas de indenização.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de artigos filtrados.....	38
Tabela 2 - Quantitativo de artigos filtrados, coletados e selecionados.....	39
Tabela 3 - Quantitativo de artigos indisponíveis e descartados.....	40
Tabela 4 - Técnicas de coleta de dados utilizadas.....	91
Tabela 5 - Agentes e materiais utilizados para a obtenção dos dados.....	92
Tabela 6 - Perspectivas teóricas utilizadas para a argumentação.....	93
Tabela 7 - Conclusões dos artigos analisados.....	96
Tabela 8 - Décadas de implementação das unidades de conservação.....	106
Tabela 9 - Causa dos conflitos.....	111
Tabela 10- Grupos de interesse envolvidos nas disputas.....	112
Tabela 11- Presença de projetos e empresas desenvolvimentistas.....	117
Tabela 12- Efeitos sociais relatados.....	118
Tabela 13- Técnicas utilizadas para a coleta dos dados.....	128
Tabela 14- Agentes e materiais utilizados para obtenção dos dados.....	129
Tabela 15- Perspectiva teórica adotada nas análises.....	130
Tabela 16- Principais conclusões.....	137
Tabela 17- Décadas de implementação das áreas de conservação.....	146
Tabela 18- Objetivos da criação das áreas de conservação.....	147
Tabela 19- Origem ou causa dos conflitos.....	152
Tabela 20- Grupos de interesse.....	154
Tabela 21- Presença de projetos e empresas desenvolvimentistas.....	158
Tabela 22- Efeitos sociais.....	160

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A.P	Área protegida
APA	Área de proteção Ambiental
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
AWF	African Wildlife Foundation
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CI	Conservation Internacional
CI	Conservation International
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEMA	Fundação do Meio Ambiente do Estado de Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEF	Programa Global Environment Facility
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IUCN	União Internacional para a Conservação da natureza
IUCN	International Union for the Conservation of Nature
KINAPA	Kilimadjaro National Park
LabGeo	Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Aplicados
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
NEPAM	Centro de estudos e pesquisas ambientais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIGs	Organizações intergovernamentais
ONGs	Organizações Não Governamentais Conservacionistas Internacionais
ONU	Organização das nações Unidas
PCTs	Povos e Comunidades Populações Tradicionais
PhD	Philosophy Doctor
RBCS	Revista Brasileira de Ciências Sociais
Resex	Reserva Extrativista
RPCSA	Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TANAPA	Tanzania National Parks Authority-)
TANAPA	Autoridade dos Parques Nacionais da Tanzânia
TFSA	Tanzania Forest Services Agency
TNC	Nature Conservancy
TNC	Nature Conservancy
U.C	Unidade de conservação
UERJ	Universidade Estadual de Rio de Janeiro

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USF	Universidade São Francisco
WDPA	World Database on Protected Areas
WMAs	Áreas de manejo da Vida Selvagem
WWF	World Wildlife Fund
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	JUSTIFICATIVA	23
1.2	PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	29
1.3	METODOLOGIA	31
1.3.1	Passos da pesquisa.....	34
2	CAPÍTULO 1: Estudo das legislações ambientais sobre áreas protegidas do Brasil e da Tanzânia e sua relação com o campo ambiental em disputa	45
2.1	Legislação ambiental brasileira sobre áreas protegidas.....	45
2.2	Legislação ambiental da Tanzânia sobre áreas protegidas.....	56
2.3	Correntes do ambientalismo e áreas protegidas	70
2.4	(Novas) Sensibilidades e tradições do campo ambiental.....	76
2.5	Conflitos Ambientais Territoriais.....	80
3	CAPÍTULO 2: Análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais no Brasil	83
4.	CAPÍTULO 3: Análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais na Tanzânia	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
7	ANEXO: Artigos utilizados como objetos de estudo para a pesquisa	178

1. INTRODUÇÃO

A criação de áreas protegidas¹ sem presença humana se constitui na principal estratégia de conservação disseminada nos países do sul global. A idéia de natureza intocada ou de santuários ecológicos têm se sustentado a partir de uma tradição dicotômica que coloca a natureza de um lado e a sociedade de outro. Essa visão, herdeira de um sistema-mundo eurocêntrico, se expressa pela vertente “preservacionista” (DIEGUES, 2004) com origens no século XIX, prevalentemente na Grã-Bretanha e nos EUA.

Tal vertente, fundamentada na história natural e seu processo de valorização idílica da natureza, era defendida pelos naturalistas que sustentavam a idéia de preservação de áreas selvagens intocadas pelo homem, e também pelos escritores românticos que apreciavam a natureza selvagem para fins contemplativos, estéticos e meditativos (DIEGUES, 2008a). Além disso, Franco *et al.* (2015) ressaltam o uso desta natureza selvagem como forma de afirmação nacional e cultural do país.

O Parque Nacional de Yellowstone, implementado nos Estados Unidos em 1872, é o símbolo mundial deste modelo. Justificado pela idéia de preservação de ambientes prístinos e de áreas naturais selvagens (*wilderness*) virgens e sem presença humana, tais parques foram implementados nos Estados Unidos da América associados a um contexto de expansão das fronteiras para o oeste, à consolidação do capitalismo, à pressão por terras para a produção agrícola e à crescente aceleração da urbanização e industrialização. Assim, tais parques vieram também atender as demandas de usufruto recreativo pelas populações urbanas, espaços para realização de pesquisa dos conservacionistas, constituindo-se também em si mesmo num meio para estancar o crescimento desenvolvimentista (Diegues, 2008a). Porém, neste processo foram invisibilizados os conflitos e os efeitos sociais decorrentes da imposição desta nova territorialidade sobre espaços sociais que supostamente eram inabitados.

De acordo com Spence (1999), em seu livro *Dispossessing the Wilderness: Indian Removal and the Making of the National Parks*, a criação dos Parques Nacionais como os de Yellowstone, Geleira e Yosemite, ilustram o mito da natureza virgem desabitada, na qual as histórias de desapropriação de terras nativas foram invisibilizadas. O que é hoje o Parque

¹ A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) define áreas protegidas como espaços geográficos delimitados que são criados e administrados através de diretrizes específicas, que têm intuito de conservar a natureza, os “serviços ecossistêmicos e valores culturais associados” (IUCN, 2013, p.5).

Nacional de Yellowstone era originalmente território de várias nações indígenas, como os *Shoshone*, *Bannock*, *Crow*, *Nez Perce*, entre outros. Etnias que foram obrigadas a se “realocarem”² para outras áreas, através da replicação de padrões coloniais de poder que as impediam de retornar a seus territórios e realizar suas práticas tradicionais de extrativismo e caça.

Apesar dos conflitos já existentes entre grupos humanos e a criação das primeiras áreas protegidas no mundo, tal modelo se tornou hegemônico no campo ambiental, orientando as ações predominantes de conservação na América Latina e África. O controle territorial sobre extensas áreas “intocadas”, centralizada nas mãos de organizações conservacionistas, técnicos e pesquisadores da biologia da conservação se converteu numa espécie de “preservacionismo territorializante” (LITTLE, 2002), acirrando conflitos sociais e agrários junto às populações locais e grupos étnicos nos dois continentes que estão sob ameaça de expropriação, ou que foram expropriados de seus territórios e/ou foram reassentados compulsoriamente em outras áreas.

A partir do final da década 1980, com o advento da Biologia da Conservação, houve uma expansão expressiva de áreas protegidas e o aumento significativo de conflitos para os países latino-americanos e africanos, a exemplo do Brasil no continente latino-americano e Tanzânia no continente africano, objetos deste estudo. A “adequação ambiental” (ZHOURI et al, 2005) das áreas têm servido funcionalmente enquanto instrumento político na implementação ou mitigação de projetos desenvolvimentistas (ANAYA & ESPÍRITO-SANTO, 2018). Neste contexto, surgiram paralelamente grandes Organizações Não Governamentais Conservacionistas Internacionais (ONGs), que vieram legitimando uma forma de “jogo da mitigação” (CARNEIRO, 2005). Elas são sustentadas por programas de mitigação através do financiamento do Banco Mundial (BM), de organizações intergovernamentais (OIGs) e corporações multinacionais (DIEGUES, 2008a).

As grandes ONGs transnacionais como World Wildlife Fund (WWF), Nature Conservancy (TNC) e Conservation Internacional (CI) influenciam a agenda política dos países e executam projetos “socioambientais” nos países chamados de terceiro mundo ou em

² Categoria técnica utilizada para encobrir a violência do processo de expropriação e os conflitos sociais advindos do estabelecimento dessas áreas protegidas e a imposição de outra dinâmica de uso desse espaço social.

desenvolvimento. Além disso, este modelo tem servido, em casos específicos, a interesses de empresas que usam da imagem de sustentabilidade para a promoção dos seus produtos (CHAPIN, 2008). De acordo com Diegues (2008b), a ampliação do alcance das ONGs conservacionistas se deve a uma nova roupagem da sua estratégia lucrativa, introduzida a partir da noção de conservação em larga escala para países do sul durante a década de 90, com o auxílio das tecnologias para a designação de “áreas prioritárias” para conservação. Movimento esse que, de acordo com Mac Chapin (2008), fez das ONGs conservacionistas empresas ricas.

Essa abordagem também é reforçada pela análise crítica de Daniel Compagnon (2008) sobre atuação dessas organizações segundo uma lógica empresarial que não só mobiliza recursos financeiros, como também mobiliza a opinião pública como um recurso de pressão. A corrida pelos financiamentos, captações de recursos e atração de doadores foi primordial para o crescimento e aquisição de poderio econômico e político destas organizações, criando conseqüentemente uma competitividade entre elas a ponto de desenvolverem uma territorialidade sobre áreas geográficas onde atuam, afastando assim outras organizações de mesmo cunho conservacionista (COMPAGNON, 2008; CHAPIN, 2008).

Apesar do discurso socioambiental incorporado pelos Estados nacionais, pelas grandes ONGs conservacionistas e os projetos propostos junto às populações que já residiam nessas áreas, tais populações ainda constituem na visão destas instituições uma ameaça à biodiversidade, portanto, passíveis de serem realocadas em outras áreas. Autores como Chapin (2008) e Mark Dowie (2008) relacionam essas expulsões mais contemporâneas com o crescimento das ONGs conservacionistas. Por outro lado, existem também interligações das expulsões com uma execução das legislações ambientais promovidas pelos Estados nacionais (BROCKINGTON e IGOE, 2008), bem como da introdução de políticas dos governos africanos para a promoção do turismo (BRITO, 2013).

Os estudos de Geisler (2003a) relatam a existência de aproximadamente 14.4 milhões de vítimas de expropriação originados pela implementação de unidades de conservação na África (BROCKINGTON & IGOE, 2008). Dowie (2008) chama essas vítimas de “refugiados da conservação”, e segundo o mesmo, eles existem em todos os continentes. Na América Latina, as maiores vítimas desse processo são populações

tradicionais e indígenas, e para elas a conservação se tornou no inimigo (CHAPIN, 2008). Na perspectiva desses grupos afetados a conservação se iguala ao desenvolvimento, e os conservacionistas são vistos como outro colonizador em função da “extensão das grandes forças da hegemonia econômica e cultural” (DOWIE, 2008, p.120).

Nessa mesma linha de raciocínio, as ações impositivas dos conservacionistas e de seus financiadores realizadas sobre territórios, sobre as ONGs locais e sobre os Estados nacionais (que agregam em si mesmo uma diversidade de atores também autointeressados) em troca de financiamento dos projetos conservacionistas são equiparados por Compagnon (2008) a um “Imperialismo Verde”. Ora, o expressivo número dos expropriados e os efeitos sociais gerados a partir desse processo evidenciam os impactos negativos da conservação e contradizem a representação benéfica das áreas protegidas sem humanos propagada pelos conservacionistas e incorporada pelos Estados nacionais.

O processo de transposição e imposição de áreas protegidas na base do “wilderness” tem gerado diversos conflitos ambientais que se interseccionam com outros tipos de conflitos e desigualdades já existentes nessas realidades (DIEGUES, 2008), uma vez que esses lugares não se constituem em espaços vazios (ACSELRAD, 2004). Para Little (2004), são as diferentes formas de exercício da territorialidade dos grupos envolvidos que entram em choque. A territorialidade é assim compreendida como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (LITTLE, 2004, p.253)”.

Deste modo, a noção de conflito ambiental aqui a ser trabalhada não é aquela, segundo Henry Acselrad (2004) concebida de forma equivocada e reducionista, estritamente ligada a situações de escassez de recursos naturais. Na sua especificidade, o conflito ambiental territorial será o conceito-chave a ser utilizado neste trabalho para interpretar as disputas territoriais que envolvem diferentes atores com distintas visões de mundo e projetos sociais para os seus lugares, e que possuem relações de poder assimétricas em relação ao acesso e uso do ambiente.

Como proposto por Zhouri e Laschefski (2010) a noção de conflitos ambientais territoriais diz respeito a conflitos resultantes da sobreposição de novos territórios de um determinado grupo de interesse sobre territórios já ocupados por outros grupos. Sendo assim, os conflitos ambientais territoriais ocorrem quando as diferentes formas de conceber e

produzir espaços, o que resulta conseqüentemente em diferentes modos de apropriação da base material e simbólica (ACSELRAD, 2004) que garantem a continuidade dos modos de vida dos grupos sociais, se contradizem (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Nessa perspectiva, os conflitos em torno de áreas de proteção ambiental intocadas, evidenciam práticas autoritárias e excludentes sobre grupos sociais que habitam e se produzem socialmente nos lugares onde estas áreas são implementadas, comprometendo seus modos vida e sobrevivência no território. Ou seja, a dimensão do ser, do estar e da continuidade futura desses grupos nos territórios se encontra comprometida com a introdução de áreas protegidas onde o ser humano tem que estar obrigatoriamente apartado da natureza. Estes grupos afetados são dotados de cosmografias próprias, referido como “saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território (LITTLE, 2004, p.254)”.

É no final da década de 1980 que haverá um crescimento exponencial na criação de áreas protegidas, instrumento principal de proteção da natureza preconizada pela emergente Biologia da Conservação. Período também acompanhado pela ascensão de grandes ONGs conservacionistas que disseminarão este modelo para todo o mundo, com destaque para África e América Latina. Na África, assim como na América Latina, houve um processo de implementação de áreas protegidas a partir de modelos alheios às realidades locais, fator esse que condicionou expropriações e o surgimento dos refugiados da conservação, as restrições de uso de recursos e conflitos ambientais territoriais devido a sobreposição de territórios (BROCKINGTON & IGOE, 2006; CHAPIN, 2008; DOWIE, 2008).

O crescimento das áreas protegidas, aliada a expansão das grandes ONGs e a desapropriação de grupos sociais impulsionaram a produção científica conseqüentemente. Para o presente trabalho que tem como seu principal objeto de estudo a produção científica sobre os conflitos ambientais territoriais, foi feito um recorte para a República Unida da Tanzânia no contexto africano devido a quantidade de áreas protegidas implementadas e para o Brasil no contexto latino-americano devido ao meu percurso acadêmico.

No contexto de grande parte dos países africanos, e da Tanzânia em específico, a década de 1980 foi marcada pela democratização, descentralização e adoção de Programas de Ajuste Estrutural veiculados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Para

compreender a dinâmica da conservação da natureza no contexto deste país é necessário entender como a sua política conservacionista se configura (UNEP-WCMC, 2021).

A República Unida da Tanzânia é um país da África Oriental com uma superfície de 947.253 km² que possui fronteiras terrestres com países como Quênia, Moçambique, Zâmbia e República Democrática do Congo. Antes colônia alemã e posteriormente inglesa após a primeira Guerra Mundial, a Tanganyika (parte continental) se tornou independente oficialmente em 1961, assim como Zanzibar (parte insular) se tornou independente em 1964 após a Revolução de Zanzibar (ZANZIBAR, 1996; NOE; SULLE; BROCKINGTON, 2017). Nesse mesmo ano foi efetivado a união de Tanganyika e Zanzibar resultando num único país, a atual Tanzânia ou República Unida da Tanzânia (ZANZIBAR, 1996; KIWANGO *et al.*, 2015).

Em 1961, três meses antes da independência oficial da Tanganyika (atual Tanzânia), foi realizado o *Simpósio Pan-Africano de Conservação da Natureza e Recursos Naturais nos Estados da África Moderna* onde o ápice do evento foi a apresentação do *Manifesto de Conservação de Arusha* que se constituiu no primeiro compromisso de conservação pós-colonial assumido pelo governo de transição tanzaniano, representado pelo então primeiro-ministro Mwalimu Julius Kambarage Nyerere (NOE; SULLE; BROCKINGTON, 2017). Segundo os mesmos autores, esse manifesto redigido junto a parceiros europeus e personalidades com vínculos institucionais com a *World Wild Fund For Nature* (WWF), abriu precedentes para a concretização de parcerias criadas e incorporadas como estratégias durante o período de transição do colonialismo para a independência dos países africanos (BONNER, 1993 apud NOE; SULLE; BROCKINGTON, 2017).

Essas parcerias criaram bases para a continuidade de influência e controle externos, onde os parceiros bilaterais de desenvolvimento e organizações conservacionistas internacionais passaram a ter grande relevância na decisão das prioridades da conservação da vida selvagem em países africanos (NOE; SULLE; BROCKINGTON, 2017). O manifesto passou a orientar as ações das instituições ambientais da Tanzânia recém liberta da dominação colonial e a ser um instrumento, a partir da qual doadores, parceiros bilaterais e ambientalistas adquiriram e exercem uma certa legitimidade sobre as políticas conservacionistas nacionais (NOE; SULLE; BROCKINGTON, 2017).

Nas análises de Wilhelm A. Kiwango *et al.* (2015), a Tanzânia incorporou um projeto de governança ambiental descentralizada no final dos anos 1980 que, contraditoriamente, se transformou numa recentralização do poder e da autoridade pelo aparelho estatal evidenciando um fracasso na tentativa de inclusão das populações e gestão eficiente dos recursos através da *Política da Vida Selvagem* de 1998. A *Política da vida Selvagem* foi implementada num contexto em que a *Lei da Conservação da Vida Selvagem* de 1974 ainda estava em vigor a partir do modelo “*strict fortress conservation*” (conservação de fortaleza), aquela baseada no viés preservacionista que legitima as unidades de conservação sem presença humana (KIWANGO *et al.*, 2015).

Essa reforma prezou pela introdução da participação social na gestão efetiva, pela melhoria da “indústria” do turismo e pelo seu principal propósito que se refere a protecção da vida selvagem ameaçada pela caça furtiva. Inclusive existem registros de alertas emitidos pela Sociedade Zoológica de Frankfurt- FZS (ONG alemã) em relação ao suposto risco de perda de animais selvagens no ecossistema Selous, uma reserva criada em 1905 durante o domínio colonial inglês, que na altura foi apontada como uma *hotspot* ou área prioritária pela ONG (NOE; SULLE; BROCKINGTON, 2017, p.11).

O fracasso desse processo de reforma institucional no âmbito de gestão da vida selvagem implicou também na proliferação de conflitos de direitos a terra e de acesso aos recursos naturais envolvendo comunidades rurais, agências governamentais, Ongs internacionais e parceiros privados que apoiam políticas conservacionistas nas esferas financeira e técnica (KIWANGO *et al.*, 2015; NOE; SULLE; BROCKINGTON, 2017, p.11).

A busca pelo crescimento econômico através de políticas desenvolvimentistas e a utilização dos recursos naturais tem sido algumas das principais estratégias adotadas em países do sul global. Os processos históricos de expropriação dos recursos naturais nos continentes africano e sul-americano, o uso exacerbado dos recursos naturais para alcançar o desenvolvimento, assim como as novas políticas de conservação tem criado diversos conflitos tanto na Tanzânia como no Brasil.

No contexto brasileiro, os conflitos relacionados aos direitos de terra e restrição de recursos também ganham significativa relevância. De acordo com os autores Henyo Trindade Barreto Filho (2001) e Diegues (2008b), a política de criação de áreas protegidas, denominadas de unidades de conservação no Brasil, foi inspirada no modelo de áreas

protegidas estadunidense, da qual destaca-se o Parque de Yellowstone. Para caracterizar o processo de implementação das áreas protegidas, Barreto Filho (2001) destaca dois momentos: o primeiro momento, ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, que se distinguiu pela formulação de leis e a constituição do aparato institucional que se encarregaria da gestão dos recursos naturais num contexto de transição do liberalismo para a centralização das ações de unificação e modernização nacional pelo Estado brasileiro.

O segundo momento desse processo, ocorrido na virada da década de 1950 a 1960 e 1970, foi caracterizado pela maior concentração de implementação de unidades de conservação na região centro-oeste do país, com um destaque significativo para a Amazônia dentro de um contexto nacional de implementações de políticas desenvolvimentistas e expansão da fronteira agrícola (BARRETO FILHO, 2001; DIEGUES, 2008b). A agenda conservacionista brasileira foi sendo incorporada por instituições de promoção do desenvolvimento (BARRETO FILHO, 2001), processo esse que pode ser observado na criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBDF), subordinada ao Ministério da Agricultura em 1967, encarregado de gerir tais unidades de conservação (DIEGUES, 2008b).

Como argumenta Diegues (2008b), este órgão permitiu a instituição do *Regulamento dos Parques Nacionais do Brasil* em 1979 e a elaboração do *Plano de Sistema de Unidades de Conservação* no Brasil no mesmo ano. O plano tinha por objetivo a realização de estudos em áreas prioritárias para a conservação (as *hotspots*), propor a revisão das categorias de manejo, consideradas insuficientes, e a criação de novas categorias de unidades de conservação (DIEGUES, 2008b). Entre 1979 e 1983, houve um aumento significativo de unidades de conservação devido a alguns fatores como: atuação autoritária do regime militar que instituiu unidades de conservação de forma verticalizada na altura; e endividamento externo do Brasil junto a organizações multilaterais (ex. do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID) que impunham cláusulas de conservação ambiental para megaprojetos (DIEGUES, 2008b).

Alguns anos mais tarde, em 1989, foi criada um órgão importante para a política conservacionista brasileira, o Instituto Brasileiro do Meio ambiente (IBAMA) que passou a exercer as funções do IBDF e prontamente encomendou na altura a reavaliação do *Plano de*

Sistema de Unidade de Conservação à ONG Funatura³, um documento que foi submetido posteriormente ao Congresso como Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) em 1992 (DIEGUES, 2008b). A avaliação do Diegues (2008b) explicita que a nova proposta resultante dessa reavaliação do plano se baseou: numa visão conservadora, autoritária e tecnocrática; na noção de unidades de conservação como “ilhas” isoladas interligadas pelo SNUC; em princípios que orientaram a implementação de áreas em países desenvolvidos, alheios à realidade brasileira; na hierarquização das categorias das unidades de conservação; na homogeneização dos grupos sociais e bem como das diferentes formas de apropriação dos recursos.

É de salientar que os conflitos ambientais e os efeitos gerados como consequência da implementação arbitrária de áreas protegidas abriu margem para questionamentos e investigações acadêmicas sobre a eficácia desse modelo preservacionista de conservação executada em escala global. A década de 1980 já assinalava um crescimento gradual de literaturas científicas, que posteriormente viriam a atingir um aumento expressivo após 1990, devido ao aumento das expulsões causadas por rigorosas aplicações das legislações e o crescente interesse dos pesquisadores em estudar o “passado obscuro” das áreas protegidas (BROCKINGTON & IGOE, 2006). Desde 1980 até o ano de 2019 contamos com uma elevada quantidade de produções científicas significativas sobre as áreas protegidas, e são esses materiais os principais alvos do interesse dessa pesquisa.

A partir desse contexto surgiram várias questões como: Quais áreas de conhecimento, perspectivas teóricas e categorias têm sido utilizadas nas análises sobre conflitos ambientais territoriais em áreas protegidas? Quais as políticas vêm orientando a implementação de áreas protegidas no Brasil e na Tanzânia? Quais os efeitos sociais e ambientais gerados pela implementação de áreas protegidas pesquisadas nos dois países? Quais são as coletividades afetadas pelas áreas protegidas e como esta questão tem sido tratada na produção científica? E por fim, quais as possíveis contribuições deste debate para o planejamento de políticas de desenvolvimento sustentável e territorial para Brasil e Tanzânia.

³ Criada em 1986, a ONG Funatura ganhou destaque enquanto utilidade pública federal pela sua atuação em prol da conservação e proteção de ecossistemas, melhoria da qualidade de vida, promoção de pesquisas e da educação ambiental e políticas públicas socioambientais. Mais informações disponíveis no site: < <https://funatura.org.br/>>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

É no esforço de compreensão dessas questões que essa dissertação se desenha, visando identificar as dinâmicas que permeiam os conflitos ambientais territoriais gerados pelas áreas protegidas nos dois países. Logo, este trabalho tem como objetivo geral a revisão da literatura científica produzida sobre os conflitos ambientais territoriais resultantes da implementação das áreas protegidas no Brasil e na Tanzânia no período entre 1980 e 2019.

Dentre seus objetivos específicos se propôs: mapear a produção científica sobre os conflitos ambientais territoriais em áreas protegidas localizadas no Brasil e na Tanzânia; e identificar quais perspectivas teóricas, categorias e metodologias utilizadas pelos autores na discussão sobre o tema; identificar os principais agentes em conflito e efeitos socioambientais sobre as coletividades afetadas resultantes da implementação das áreas protegidas. Logo, este estudo visa contribuir para o conhecimento da produção acadêmica sobre a temática e para a visibilidade das afetações provocadas por este modelo de conservação sobre grupos sociais que possuem seus territórios sobrepostos por áreas protegidas; colocando em questão propostas alternativas de conservação nas quais natureza e cultura sejam pensadas de forma dialética.

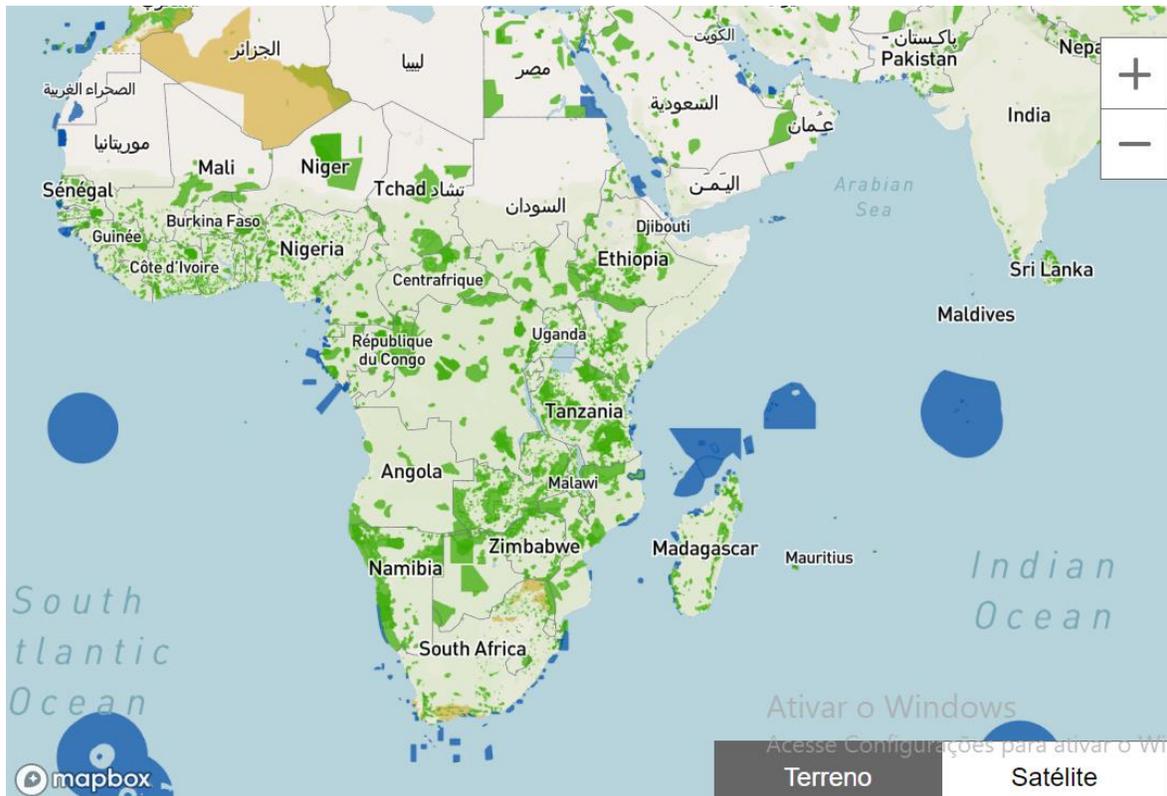
1.1 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica na medida que permite conhecer a produção científica sobre a temática, e sistematizar as principais teorias e conceitos-chave que são utilizados para ler e interpretar os conflitos que envolvem áreas protegidas no Brasil e na Tanzânia. Embora, tanto o Brasil quanto a Tanzânia tenham um histórico de conflitos em unidades de conservação bastante expressivos dentre os continentes sul-americano e africano, minha escolha, também se relaciona com minha trajetória de vida, de migrante que se fez no ir e vir do meu percurso acadêmico.

Para África, a escolha da Tanzânia se deu em função da quantidade expressiva de unidades de conservação implementadas, em relação a outros países da região da África austral, um total de 838 unidades de conservação declaradas, segundo as informações do *World Database on Protected Areas* (WDPA) (Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas) em 2021. Essa plataforma reúne dados a nível global sobre a biodiversidade, em específico sobre as áreas protegidas (terrestres e marinhas). O banco de dados foi concebido através de uma parceria conjunta entre o Programa de Meio Ambiente

da Organização das nações Unidas (ONU) e a ONG União Internacional para a Conservação da natureza (IUCN).

Figura 1: Mapa de distribuição das unidades de conservação



Fonte: <https://www.protectedplanet.net/en>

Além da Tanzânia apresentar maior prevalência de áreas protegidas no continente africano, conforme apresentado na plataforma “*Protected Planet*”, este país também apresenta a maior incidência de conflitos ambientais advindos desta modalidade de conservação, conforme o mapa (Figura 2) abaixo, do “*Global Atlas of Environmental Justice*”. De acordo com o *EJ Atlas*, os conflitos que envolvem áreas protegidas no mundo se concentram na África Ocidental, África Austral e Oriental⁴, na qual destaca-se a região da Tanzânia.

A plataforma disponibiliza o mapeamento dos conflitos ambientais relatados nos diferentes países e continentes. Já foram registrados 3.567 casos até o momento, com a

⁴ Países da África Oriental e Austral: Tanzânia, Maurícia, Lesoto, África do Sul, Namíbia, Moçambique, República Democrática do Congo, Zimbábue, Suazilândia, Madagáscar, Botswana, Malawi, Angola, Zâmbia.

possibilidade de aumentar devido a atualização recorrente do site. Os tipos de conflitos relatados variam desde aqueles que envolvem mineração, descarte de resíduos perigosos, dívida climática, injustiça e racismo ambiental. Além de mapear, a plataforma também documenta as histórias e mobilizações dos grupos afetados e marginalizados.⁵

Figura 2: Mapa de conflitos ambientais georeferenciados



Fonte: <https://ejatlas.org>

O mapeamento de conflitos ambientais que envolvem áreas protegidas revela uma “geopolítica” da conservação imposta aos países do sul global, na qual prevalece uma visão hegemônica de proteção da natureza desconectada das dinâmicas socioambientais dos lugares, e tem como resultado a proliferação de conflitos e expropriação de sujeitos com lógicas diferenciadas de apropriação e uso da natureza. As expropriações dos grupos sociais vulnerabilizados, aliados a destruição de seus modos de vida e de viver, de suas economias locais e seus ambientes, e das restrições de acesso e usufruto de seus territórios fazem parte de um conjunto amplo que a Zhouri *et al.* (2016) denominam de “violências das afetações”.

⁵ Para mais informações consultar o site < <https://ejatlas.org/about>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

De acordo com a autora, todo esse conjunto de violências dizem respeito às “dinâmicas das afetações”⁶, que se materializam nesses territórios onde não foram engendrados (ZHOURI, 2018). A imposição deste modelo preservacionista da natureza, pelos países do norte global, tem servido como um artefato para mitigação dos problemas ambientais, se apropriando de territórios e alterando os modos de vida das populações locais, onde estas áreas protegidas são implementadas. Fato esse que evidencia a existência de diferentes formas como os sujeitos e as instituições são afetadas. Existem os positivamente afetados e os negativamente afetados pelas áreas protegidas sem presença humana.

Essa diferença das afetações, oriunda do processo de sobreposição de territórios, se concretiza em conflitos ambientais territoriais. A análise das produções científicas sobre estes conflitos ambientais territoriais se torna necessária, pois permite problematizar quais territorialidades estão em jogo, visibilizar os efeitos sociais deste modelo sobre grupos étnicos e minoritários, e compreender as narrativas produzidas no campo científico que tratam desta temática no período entre 1980 e 2019. Inicialmente tínhamos optado por trabalhar apenas com materiais produzidos sobre áreas protegidas de uso restrito, no entanto, durante os mapeamentos iniciais fomos deparando com trabalhos que problematizam a existência de conflitos em áreas protegidas de uso sustentável. Pois, tais estudos evidenciam que, apesar da área protegida ser de uso sustentável, nas esferas decisórias não existe uma gestão democrática. Ou seja, o fato da área protegida ser de uso sustentável não a torna imune a conflitos. Deste modo, deve-se também observar as formas de governança na área protegida.

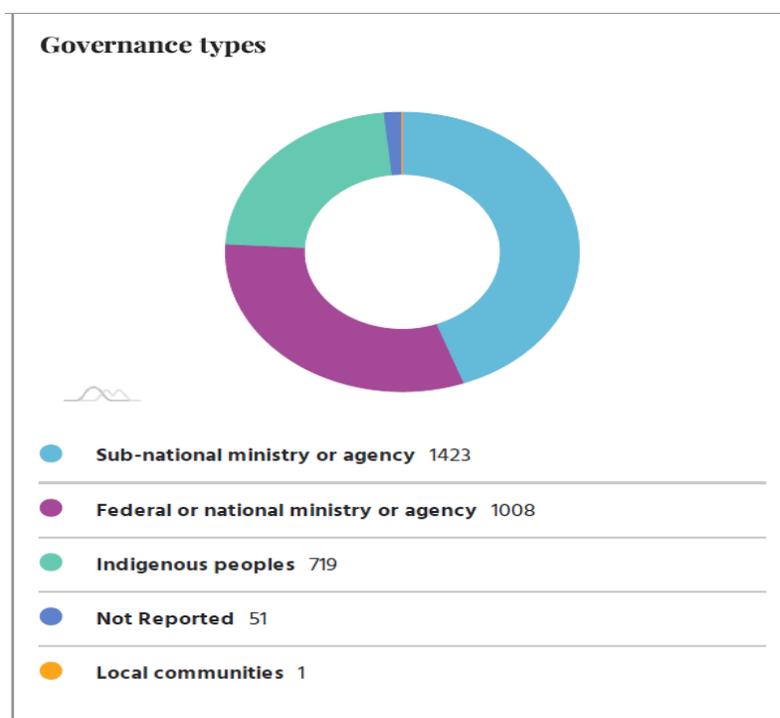
O levantamento das formas de governança nas áreas protegidas de uso restrito e de uso sustentável no Brasil (Figura 3), realizado pelo Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA-2021) apresenta as assimetrias nas relações de poder de governança destas áreas, nas quais prevalece a decisão dos institutos públicos ambientais nacionais, estaduais e municipais ou fundações e agências ambientais nacionais e estaduais (sub-national ministry or agency / national ministry or agency). A categoria “governança”, assim como “desenvolvimento” estão constantemente em disputa. De acordo com as reflexões de Zhouri (2008), a “governança ambiental” é um termo utilizado por organizações

⁶ Zhouri (2018) usa esse termo no contexto das discussões sobre o neoextrativismo, mas nesse texto ele é tomado como contribuição para o debate dos efeitos sociais e territoriais similares originados a partir da implementação das áreas protegidas com restrição a presença humana.

internacionais (a exemplo do Banco Mundial), ONGs, etc., para a implementação de projetos externos à comunidade, a exemplo e programas de apoio ao desenvolvimento sustentável.

A atribuição de significados à “governança ambiental” varia. De acordo com as análises críticas de Zhouri (2008), para organizações como Banco Mundial ela é empregada como sinônimo de “gestão” atrelado a idéia de consenso que visa adequar as dimensões ambientais, econômicas e sociais sem, no entanto, considerar as assimetrias de poder. Acrescentando à discussão crítica, Marcos Cristiano Zucarelli (2018) chama atenção para a dimensão da “participação social” que estas organizações introduzem através do que é conhecido como empoderamento de pessoas afetadas por grandes projetos, a qual ele atribui similaridades a um processo civilizatório que remonta a um *modus operandi* colonial utilizado para “pacificar”, instruir e monitorar ou fiscalizar as resistências.

Figura 3: Tipos de governança das unidades de conservação do Brasil



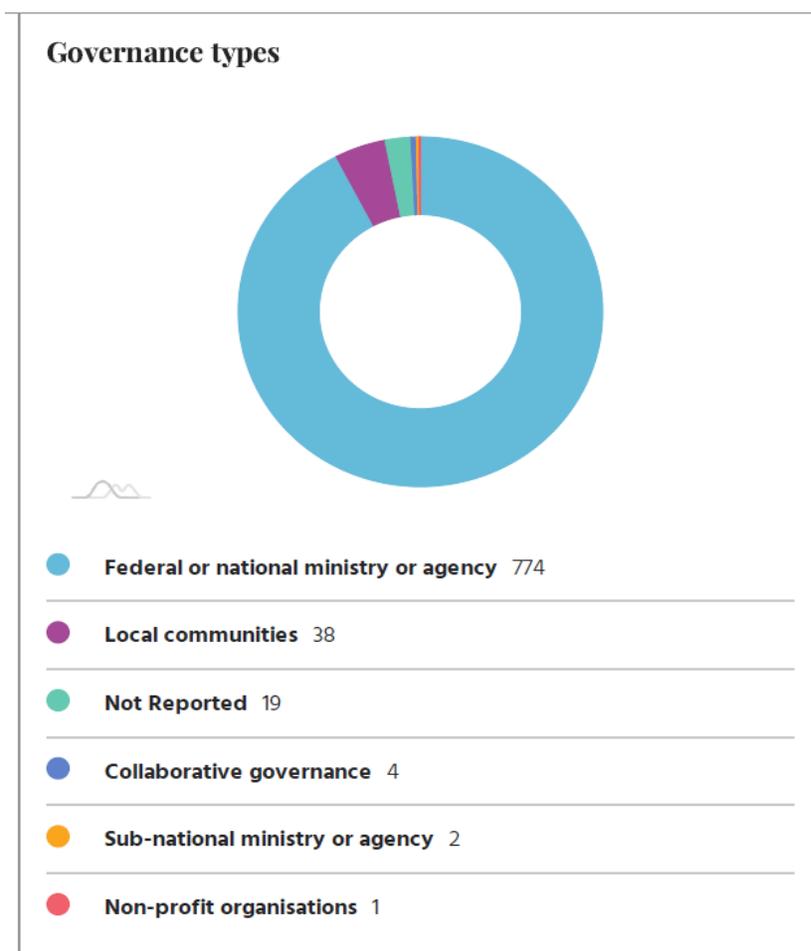
Fonte: <https://www.protectedplanet.net/country/BRA>

De acordo com o levantamento da WDPA (2021) os institutos públicos ambientais e as agências/fundações do âmbito estadual e municipal possuem um percentual de 44,4%, maior governança quando se trata de áreas protegidas no Brasil. Em seguida estão os

institutos públicos ambientais e as agências/fundações do âmbito nacional com 31,5%, acompanhado de 22,5% percentual de governança exercida por povos indígenas. Por outro lado, apenas 1% da governança nas unidades de conservação está sob direção de comunidades locais, o que revela uma exclusão expressiva quando se trata da governança por comunidades locais.

Assim como no Brasil, os tipos de governança das áreas protegidas da Tanzânia temos um grande destaque para Ministério ou agência federal ou nacional com um percentual de 92,3%. Embora a comunidade local se destaque na segunda posição com 4,5%, ela se apresenta qualitativamente menor como mostra a figura 4 abaixo (WDPA, 2021).

Figura 4: Tipos de governança das unidades de conservação da Tanzânia



Fonte: <https://www.protectedplanet.net/country/TZA>

Tanto o Brasil como a Tanzânia têm a predominância do tipo de governança “Ministério ou agência federal ou nacional” em suas áreas protegidas, na Tanzânia é o mais predominante que o Brasil, o segundo mais relevante em termos numéricos. Para fins desta pesquisa cabe ressaltar que a investigação foi realizada com áreas protegidas de uso restrito e de uso sustentável, devido à ocorrência de conflitos nas duas modalidades.

Deste modo, a análise das produções científicas sem diferenciação do tipo de uso vai possibilitar a compreensão de como essa temática tem sido problematizada pela academia, uma vez que os estudos também refletem a perspectiva teórica e analítica de quem produz, a partir de qual lugar simbólico (e geográfico) ele produz e a que uso essas narrativas científicas irão servir. Sendo assim, as produções científicas se constituem em discursos passíveis de serem utilizados como fontes de dados a serem analisados, sistematizados e interpretados.

O processo de análise sobre o que é produzido sobre as áreas protegidas, localizadas no Brasil e na Tanzânia, também vai permitir um melhor entendimento sobre o paradigma ambiental prevalente que rege as políticas de implementação de áreas protegidas, sua lógica e seus efeitos sobre os territórios e as coletividades desses lugares. A presente pesquisa contribuirá para o conhecimento destas produções científicas sobre as áreas protegidas nos dois países, e possivelmente para a constituição de um banco de dados sobre o tema, auxiliando na visualização e publicitação acadêmica das pesquisas que tenham como foco as relações sociedade e natureza e os conflitos ambientais.

1.2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

A minha inscrição para o Programa de Mestrado Associado UFMG/Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território esteve relacionada com a intenção de pesquisar temáticas relacionadas ao campo ambiental. A proposta inicial para entrar no programa se relacionava aos impactos socioambientais do golpe de Estado de 12 de abril de 2012 na Guiné-Bissau (meu país natal). A ideia era analisar este golpe como um conflito socioambiental e não só um conflito político, além de compreender a participação da sociedade civil, das comunidades locais, do Estado e de empresas chinesas nesse conflito iniciado em 2012. A inserção na temática socioambiental, faz parte, entretanto, de um momento anterior que diz

respeito ao meu percurso acadêmico no Brasil, onde me envolvi com dois projetos de extensão. Em 2017 participei do Projeto de Extensão “Biblioteca Náutica” dentro do qual tive contato com comunidades ribeirinhas que se auto-sustentam através da pesca e da mariscagem. Nessa troca, as histórias contadas por essas comunidades sempre refletiam a sua relação com o seu lugar.

Tal experiência foi complementada pela vivência que tive no Projeto de Extensão “Revitalização, Memória e Tradição” realizado nos territórios quilombolas de São Braz e Acupe (Santo Amaro) em 2018. Embora o propósito principal fosse promover o debate comunitário sobre histórias locais e regionais, as rodas de conversa traziam um cotidiano da prática da mariscagem e inquietações dos membros dessas comunidades quilombolas com os projetos desenvolvimentistas a exemplo da proposta de criação de *resorts* no seu território, fato esse que impactaria diretamente no seu modo de vida. O contato com essas comunidades teve um papel importante no meu interesse por estudos sobre impactos ambientais e políticas ambientais.

Estes dois projetos tiveram uma importância significativa na redefinição do meu olhar sobre o destino dos benefícios e malefícios do desenvolvimento. Um reflexo desses aprendizados foi o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso de Ciência Sociais sobre o descarte ilegal de resíduos tóxicos no continente africano, onde foram analisadas as Convenções de Basileia (nível internacional) e de Bamako (a nível da África) enquanto narrativas e contra-narrativas ambientais que refletem disputas e debates sobre o desenvolvimento e a (neo) colonialidade.

Com a entrada no mestrado e o processo de realização das disciplinas me envolvi com o Projeto Brasil/África⁷, através da minha orientadora Felisa Cançado Anaya em colaboração com Alex Shankland (University of Sussex- Inglaterra). A entrada neste projeto contribuiu para minha mudança de objeto de pesquisa sobre conflitos ambientais de um nível micro para um nível macro, através de um mapeamento da produção científica sobre conflitos ambientais com áreas protegidas. A proposta deste projeto visava o estudo comparativo de conflitos ambientais territoriais entre Brasil e África através da análise das:

⁷ Proposta de estágio pós-doutoral aprovada e financiada pela Capes no âmbito do programa professor visitante no exterior.

“[...] relações de poder relacionados ao domínio e acesso aos recursos naturais, às desigualdades ambientais, riscos à saúde e vulnerabilidades socioambientais decorrentes dos modelos de desenvolvimento; levando-se em consideração as coletividades alijadas deste processo e suas estratégias de resistência (ANAYA, 2019, p.1)”.

A partir desta proposta de análise, reelaborei meu projeto de pesquisa colocado em perspectiva comparativa “A dinâmica das afetações entre África e América Latina: uma análise das produções científicas sobre conflitos ambientais territoriais em áreas protegidas (1980-2019)”. A proposta do trabalho era analisar as formas de compreensão e descrição na literatura científica produzida sobre os conflitos ambientais territoriais resultantes da implementação das áreas protegidas na África e América Latina no período entre 1980-2019.

A proposta inicial era examinar os impactos socioambientais de um “evento” específico (golpe), datado (12 de abril de 2012) e localizado (Guiné-Bissau) a partir de uma “releitura” de um determinado acontecimento enquanto um conflito ambiental. Depois amplificamos, Felisa e eu, as possibilidades de análises dos conflitos ambientais a partir de materiais produzidos sobre os “eventos” específicos, datados (por vezes de forma contínua) e territorialmente localizados em África e América-Latina.

1.3- METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, a metodologia se tornou um dos pilares importantes do trabalho. Uma vez que a metodologia científica é um mecanismo de reflexões e aprendizados que induz o desenvolvimento de um “olhar científico” que ultrapassa um mero cumprimento mecânico das regras e dos procedimentos impostos (GOLDENBERG, 2007). A apropriação da metodologia para o aperfeiçoamento desse olhar científico, que se materializou nesta dissertação, através de ato um contínuo de “construção” que foi se aperfeiçoando ao longo da pesquisa, visto que tal processo exigia um domínio adequado da técnica e dos métodos para a sua construção (DESLANDES, 2009).

A adoção de uma abordagem qualitativa e quantitativa, foi fundamental para a coleta, a interpretação dos dados e suas análises, permitindo uma melhor compreensão do que estava sendo pesquisado (GOLDENBERG, 2007). De acordo com Mauro Meirelles (2014), a metodologia qualitativa possibilita ao pesquisador uma imersão profunda e investigação precisa de tendências e padrões que existem numa determinada população, e a

metodologia quantitativa nos possibilita (com um recorte especial para a estatística) obter, observar e analisar padrões de comportamentos, bem como criar estratégias e modelos de análises a partir da manipulação de dados.

No que se refere aos procedimentos técnicos aplicados para a coleta e análise dos dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica uma vez que ela se debruçou unicamente em fontes bibliográficas (GIL, 2002). Segundo o Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é aquela que é elaborada a partir de materiais já produzidos a exemplo de livros, artigos, teses, etc. Nessa perspectiva, foi feito um estudo exploratório de periódicos científicos através da aplicação do método da Revisão Sistemática de Literatura.

Com o aparecimento datado a partir da década de 1950, a Revisão Sistemática de Literatura viria a se consolidar apenas em 1980 com o aprimoramento dela enquanto uma metodologia de pesquisa adotada no campo da saúde para fins de coleta, análise e síntese de evidências (GALVÃO & PEREIRA, 2014; ROCKEMBACH, 2018). Pelo fato das revisões sistemáticas se debruçarem principalmente sobre materiais bibliográficos elas são caracterizadas como estudos primários (aqueles que obtêm os dados diretamente das fontes), entretanto, alguns autores as consideram, também como estudos secundários (GALVÃO & PEREIRA, 2014).

Diferentemente das revisões tradicionais ou narrativas, caracterizadas por Galvão & Pereira (2014) como amplas por resumirem informações gerais sobre o tema de debate, a Revisão Sistemática de Literatura seria “(...) um meio eficaz de coletar dados e proceder uma análise crítica sobre o conhecimento produzido em determinado tema (ROCKEMBACH, 2018, p.91)”. Na realização do manual sobre os procedimentos necessários para a realização de uma Revisão Sistemática de Literatura para os Sistemas de Informação⁸ que possuem metodologias de pesquisas diferentes da área da saúde, Chitu Okoli (2019) se refere à palavra “Sistemática” como um adjetivo qualificativo na medida em que ela demonstra uma natureza qualificativa e evidencia, de forma explícita, uma intencionalidade de orientar sistematicamente a adoção de uma abordagem metodológica delimitada e criteriosa.

Fato esse que, para as Ciências Sociais e demais áreas além da saúde, se constitui num meio eficaz que possibilitaria a obtenção de maior objetividade na pesquisa, diminuindo

⁸ Sistema de Informação é um termo utilizado por Okoli (2019) para se referir a um conjunto combinado de diferentes áreas de estudos, nomeadamente Ciências Sociais, Administração e ciência da Computação.

assim o risco de enviesamento, permitindo a averiguação de hipóteses e busca de respostas para questionamentos específicos, além de sintetizar de forma padronizada a grande quantidade de informações que vêm sendo produzidas (PETTICREW & ROBERTS, 2006; FONSECA & SÁNCHEZ-RIVERO, 2019). Deste modo, recomenda-se que a Revisão Sistemática de Literatura seja, além de sistemática no que se refere a abordagem metodológica, explícita na descrição dos passos e procedimentos adotados, abrangente englobando todo material importante, e reproduzível a fim de permitir a reaplicação dos mesmos procedimentos para fins de comprovação e orientação de outras revisões temáticas (OKOLI, 2019).

Desta forma, a Revisão Sistemática de Literatura seja, além de sistemática no que se refere a abordagem metodológica, deve ser explícita na descrição dos passos e procedimentos adotados, em relação a todo material importante, e reproduzível, a fim de permitir a reaplicação dos mesmos procedimentos para fins de comprovação e orientação de outras revisões temáticas (OKOLI, 2019). Passos que serão detalhadamente descritos no item 1.3 deste capítulo.

Para a interpretação dos dados obtidos após o levantamento e sistematização da busca realizada nos periódicos via Revisão Sistemática de Literatura, foi utilizada a análise do conteúdo como uma das metodologias qualitativas utilizadas neste trabalho. Para Romeu Gomes (2009), a análise de conteúdo parte do exercício de um olhar rigoroso sobre os dados e consiste em uma técnica a ser utilizada com finalidades de averiguar as hipóteses, responder questões problematizadas na fase inicial da pesquisa e discernir o que existe nas entrelinhas do conteúdo.

Por sua vez, Laurence Bardin (2016) define a análise de conteúdo como um “método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo” e também como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos (...) (BARDIN, 2016, p.36-37)”. O uso desta técnica permitiu o enriquecimento e possibilidade de um maior aprofundamento na exploração do tema e na compreensão dos dados coletados, bem como possibilitaria também reunir “provas” comprobatórias que podem ser verificadas posteriormente (BARDIN, 2016).

1.3.1- PASSOS DA PESQUISA: revisão bibliográfica, revisão sistemática da literatura, análise estatística e análise de conteúdo.

Etapa 1: Revisão Bibliográfica

A princípio foi feito um levantamento de bibliografias e categorias utilizadas para as discussões sobre o processo de implementação de áreas protegidas, entre as quais destacam-se temáticas como: desenvolvimento sustentável, justiça ambiental, adequação ambiental, refugiados da conservação, correntes ecológicas, imperialismo verde, etc. Para um melhor aprofundamento e entendimento do tema, foram revisados estudos significativos sobre áreas protegidas e suas classificações, conflitos ambientais, expropriações de grupos sociais, atuação das grandes ONGs conservacionistas transnacionais e processos de imposições de áreas protegidas.

Incluem-se também estudos críticos de revisão de literatura produzidas sobre refugiados da conservação que foram de grande valia para uma melhor compreensão das metodologias que envolvem a revisão sistemática de literatura. Posteriormente foram inclusos estudos sobre as legislações brasileiras e da República Unida da Tanzânia, obtidos a partir de leis, decretos e programas de modo a compreender como esses processos de implementação das unidades de conservação se dão nesses países.

Quadro 1: Organização do referencial teórico

Temas	Assuntos	Autores
Áreas protegidas e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Processo histórico de sua constituição; • Definições; • Categorias e classificações; 	FRANCO, SCHITTINI, BRAZ (2015); DIEGUES, (2008a); DIEGUES (2008c); MEDEIROS (2006); BRITO (2010); LITTLE (2004); IUCN (2013); SPENCE (1999); BROCKINGTON & IGOE (2006);
	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade; • Alternativas ao desenvolvimento; 	CARNEIRO (2005a); ZHOURI et al. (2005); ESTEVA (1996); QUIJANO (2002); LANG (2016); CARVALHO (1994);
Correntes do Ambientalismo e Paradigmas do campo ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre as áreas protegidas com as correntes: Culto à vida silvestre (ou preservacionismo); evangelho da ecoeficiência (preservacionismo e conservacionismo) e Socioambientalismo; 	MARTÍNEZ-ALIER (2007); DIEGUES (2008c); CHIMÈRE-DIAW (2008);
	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilidades e tradições do campo Ambiental: Sujeito Ecológico; Modernização Ecológica; Justiça Ambiental, Ecologismo dos Pobres; Adequação Ambiental, Jogo da Mitigação. 	CARNEIRO (2005); ZHOURI et al. (2005); ; ACSELRAD (2014); GÓMEZ-POMPA e KAUS (2000); (DIEGUES, 2008c); CASTRO (2000); THOMAS (1996); EWING (2017);
Áreas protegidas na África e América Latina	<ul style="list-style-type: none"> • Formas institucionais de proteção da natureza; • Papel e interesse dos Estados, das ONGs internacionais, das empresas e do Banco Mundial; 	DIEGUES (2008a); DIEGUES (2008b); NEUMANN (2002); BRITO (2010); GUHA (2000); LITTLE (2004); BRITO (2013) PIMBERT & PRETTY (2000); COMPAGNON (2008); CHAPIN (2008);
Conflitos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos sociais; conflitos socioambientais e Conflitos ambientais territoriais; 	ZHOURI & LASCHEFSKI (2010); ACSELRAD (2004); ACSELRAD (2014); MARTÍNEZ- ALIER (2007);
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservacionismo territorializante; <i>Conservation Refugees</i>; <i>Green Imperialism</i>; <i>Green Colonialism</i>; <i>Ecology of Eviction</i>; Colonialidade; 	DOWIE (2008); BROCKINGTON & IGOE (2008); SPENCE (1999); BROCKINGTON & IGOE (2006); LITTLE (2004); SANTOS (2010);
Sociedade e Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Território, Ambiente, Cultura, identidade, Etnicidade; etc. 	THOMAS (1996); CUNHA (2002); BRANDÃO (2012); ACOSTA (2016); ESCOBAR (2005); CASTELLS (2000); ESCOBAR (2015); BARTH (1998);

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Etapa 2: Revisão sistemática da literatura

Este trabalho teve como base informações fornecidas pelos artigos selecionados sob os seguintes critérios: artigos revisados por pares, escritos em línguas portuguesa e inglesa, e publicadas em revistas indexadas no período entre 1980 e 2019. A coleta dos artigos foi feita em plataformas de busca, bibliotecas digitais e bases de dados indexados e envolveu o levantamento de conflitos em dois continentes: África e América do Sul. Para auxiliar na tabulação dos dados utilizamos o programa *Excel* e para análise de dados qualitativos e quantitativos utilizamos o software *Statistical Package for Social Sciences*⁹ (SPSS).

Para dar início ao processo metodológico, foi realizado um mapeamento inicial das plataformas de busca, bibliotecas digitais e portais de periódico a serem utilizados como meios para um levantamento prévio de bibliografias. A priori foram pré-selecionadas as seguintes bases científicas: *Scielo*, *Portal da Capes*, *OpenAire*, *African Journals Online (AJOL)*, *Africabib*, *Scopus*, *Web of Science* e *Google scholar*.

Foi feito o uso de booleanos “AND e OR” para incluir ou excluir os artigos e ampliar as buscas. As palavras de busca foram sendo construídas simultaneamente durante o processo de testagem. Os testes permitiram o afinamento das palavras-chaves e das bases de buscas para um resultado mais alinhado com os interesses dos objetivos delimitados. Foram feitas leituras dos títulos e dos resumos dos artigos encontrados nas bases, de modo a avaliar se as bibliografias encontradas com determinada palavra-chave nas plataformas de busca correspondiam aos problemas e objetivos da pesquisa.

Os testes de busca envolveram um levantamento prévio de material bibliográfico nas plataformas com intuito de: mapear de forma rápida a quantidade e qualidade das produções, verificar a possibilidade (viabilidade) de execução do objetivo da pesquisa e, melhor delinear as palavras-chaves que seriam utilizadas na busca efetiva. Primeiramente foram selecionadas as seguintes palavras-chaves: Conflitos em áreas protegidas, “conflitos em áreas protegidas”, Conflitos AND (areas protegidas or conflitos) AND "(areas protegidas)", (conflitos AND (areas protegidas)) OR (Africa AND (America Latina)), Conflitos ambientais, Environmental conflicts, Conflicts in protected areas, Conflicts and protected areas.

⁹ Pacote Estatístico para Ciências Sociais, em livre tradução.

Após a filtragem dos artigos, foram sistematizadas em tabelas o que foi observado a partir da leitura dos resumos em: as principais revistas (disponíveis e integradas na plataforma), a categoria dos conflitos, os tipos de áreas protegidas, os povos/grupos étnicos atingidos, idiomas e o país de estudo. A partir disso, as palavras-chaves de busca foram sendo melhor delimitadas de acordo com os resultados obtidos. Para a segunda fase das buscas, o número de plataformas foi reduzido para 6, sendo eles: *Web of Science*, *Portal da Capes*, *Scopus*, *SciELO*, *Openaire*, *Ajol*.

As palavras-chaves também foram sendo ampliadas para testar a quantidade e qualidade dos trabalhos, e depois reajustadas em função da disponibilidade e da qualidade de artigos que trabalham com a temática de conflitos em áreas protegidas e seus efeitos. Fato esse que também ajudou a redelimitação das plataformas que, além da disponibilidade e qualidade de artigos, também considerou a repetição dos artigos entre as plataformas. Nessa fase, testamos as seguintes: Conflitos em áreas protegidas, Conflitos em unidades de conservação, Conflitos em parques protegidos, Conflitos socioambientais em parques protegidos, Conflitos ambientais and parques protegidos, Áreas protegidas and America Latina, Unidades de conservação and África, parques protegidos and América do Sul, conflictos en áreas protegidas, conflictos en los parques protegidos de América del Sur, conflicts in protected areas.

A partir da leitura panorâmica dos resumos, foram introduzidas novas categorias a serem observadas na leitura dos resumos como: principais agentes envolvidos, origem dos conflitos, propostas/objetivos de estudo dos artigos, idioma, categoria/tipos de conflitos, tipos de áreas protegidas, principais revistas, regiões ou países, principais autores, principais áreas de estudo ou temáticas, bases/plataformas onde os trabalhos estão sendo filtrados.

Esse processo permitiu o delineamento das bases/plataformas de busca e a escolha do *Portal de Periódicos da Capes* para a busca dos artigos. Essa escolha deve-se ao fato de a plataforma permitir uma filtragem ampliada por ano e a aplicação de marcadores específicos em função dos objetivos da pesquisa que são: a possibilidade de expandir os resultados filtrados, de escolher o tipo de documento (artigo) e especificar se o documento teve avaliação ou não de pares (artigos revisados por pares). Outro motivo importante para a escolha do *Portal de Periódicos da Capes* se deve ao fato dela agregar muitas outras plataformas importantes, a partir da qual só podemos alcançar através do acesso remoto via

CAFe (comunidade acadêmica federada) com o login do aluno utilizado no sistema da “Minha UFMG”. Fato esse que permitiu o acesso a artigos de caráter restrito de diversas plataformas agregadas como: *Web of Science, Scielo, Scopus, Openaire, Directory of Open Access Journals (DOAJ)*, etc.

Até então, o levantamento dos artigos cobria os continentes africano e sul-americano, como mostra a Tabela 1. Porém, com a grande quantidade de artigos filtrados e o curto período de tempo que envolve a construção de uma dissertação de mestrado, optamos pela delimitação da amplitude da pesquisa, reduzindo-a a um país para cada continente.

Tabela 1: Quantidade de artigos filtrados

Palavras-chaves utilizadas	Nº de artigos filtrados
Conflitos em áreas protegidas	449
Conflitos em unidades de conservação	532
Conflitos em parques protegidos	45
Conflitos socioambientais em parques protegidos	11
Conflitos ambientais and parques protegidos	15
Áreas protegidas and America Latina (Áreas protegidas y America Latina)	1.093
Unidades de conservação And Africa	81
Parques protegidos and América do Sul	79
Conflictos en áreas protegidas	156
conflictos en los parques protegidos de américa del sur	54
Conflicts in protected areas	79.836
Total	82.351

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Para América Latina, escolhemos o Brasil e para África escolhemos a Tanzânia devido ao elevado número de áreas protegidas e também pela analogia do mapa das áreas protegidas com o mapa de conflitos ambientais georeferenciados na região da África Oriental. Definido os países a serem levantados os casos de conflitos com áreas protegidas, refizemos novas filtragens no *Portal de Periódicos da Capes*, e as palavras-chaves foram novamente redelineadas em: Conflict "protected area" "Brasil", Conflitos em unidades de conservação, “Conflitos” and “áreas protegidas” “Brasil”, Conflitos em parques protegidos "Brasil", Conflitos socioambientais em parques protegidos "Brasil", Conflitos em áreas protegidas “Brasil”, Conflicts in protected parks "Brasil". Para Tanzânia foram utilizadas a mesma lógica, trocando apenas a palavra “Brasil” por “Tanzânia”.

Entre essas, foram selecionadas definitivamente as seguintes palavras-chaves: Conflict "protected area" "Brasil", Conflitos em unidades de conservação, “Conflitos” and “áreas protegidas” “Brasil”, Conflict "protected area" "Tanzânia", Conflitos” and “áreas protegidas” “Tanzânia”. Os filtros usados na plataforma são: expandir meus resultados; ano (data) de publicação (1980-2019); artigos; e artigos revisados por pares.

Após o delineamento definitivo das palavras-chaves e dos testes, foi realizado o download das produções científicas após a leitura dos resumos de trabalhos que discutem não apenas os conflitos, mas também a conservação em áreas protegidas da Tanzânia e Brasil de forma mais ampla. As palavras-chaves filtraram 1.795 artigos a partir da qual foram coletados apenas 51 e selecionados apenas 23 artigos. Para a Tanzânia, foram filtrados 1.388 artigos, coletados 35 e selecionados apenas 25 artigos. No total, foram filtrados 3.183 artigos, coletado 86 artigos e selecionados 48 documentos para os estudos que têm como foco a discussão efetiva de conflitos ambientais territoriais em áreas protegidas do Brasil e da Tanzânia. Vide a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Quantitativo de artigos filtrados, coletados e selecionados

País	Nº de artigos filtrados	Nº de artigos coletados	Nº de artigos selecionados
Brasil	1.795	51	23
Tanzânia	1.388	35	21
Total	3.183	86	44

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

O número de artigos coletados esteve condicionada pela quantidade de artigos que não atenderam aos critérios estipulados após a leitura dos resumos no Portal de Periódicos da Capes e pela quantidade dos artigos não disponíveis nos links disponibilizados. A seleção dos artigos obedeceu aos seguintes critérios rigorosamente aplicados: artigos que discutem conflitos ambientais territoriais em áreas protegidas no Brasil e na Tanzânia (afinidade dos artigos com o tema da pesquisa), revisados por pares, escritos em línguas portuguesa e inglesa, e publicadas em revistas indexadas no período entre 1980 e 2019. E por sua vez, a quantidade de artigos selecionados de forma definitiva esteve condicionada ao número de artigos descartados por não atenderem aos critérios da seleção acima mencionados (e reaplicados) após a leitura definitiva dos artigos e pelo número de artigos descartados por repetição como mostra a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Quantitativo de artigos indisponíveis e descartados

País	Nº de artigos filtrados não disponíveis nos links da plataforma	Nº de artigos descartados por não atenderem aos critérios de seleção	Nº de artigos descartados por repetição
Brasil	7	13	15
Tanzânia	11	12	2
Total	18	25	17

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Este processo de seleção ou escolha dos documentos a serem analisados com base nas exigências dos critérios de inclusão remete à pré-análise, primeira fase da análise de conteúdo. Foram selecionados 44 artigos no total para servirem de fonte de dados primários para essa pesquisa. Os artigos analisados foram amostras relativas de um conjunto de trabalhos que se debruçaram sobre os conflitos em áreas protegidas no Brasil e na Tanzânia e, devido a esse fato as análises possuem limitações e não permitem caracterizar as buscas feitas como exaustivas. Estamos cientes de que a análise dessa quantidade de documentos selecionados não nos permite fazer generalizações, porém destacamos que a análise dos artigos nos permite compreender melhor como a temática vem sendo abordada pelos autores.

Etapa 3: Tratamento estatístico e análise de conteúdo

Após a extração dos dados onde foram privilegiadas as variáveis mencionadas no quadro 2, o tratamento de dados foi a próxima etapa. Para tanto utilizamos a análise estatística e a de conteúdo. Segundo Edna Afonso Reis e Ilka Afonso Reis (2002), a análise estatística, especificamente a análise descritiva de dados, permite agregar os resultados obtidos através de gráficos, tabelas e sínteses de porcentagens de modo a melhor organizar, resumir e descrever os pontos ou características relevantes dos dados coletados. Posteriormente, após análise descritiva, esses dados foram interpretados e integrados a análise de conteúdo, como parte da revisão sistemática da literatura de forma integrada.

O processo de análise de conteúdo deste trabalho envolveu três fases, nomeadamente a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados aliados a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016). Após o refinamento, os documentos foram organizados e numerados em ordem crescente para sua identificação e devida exploração

para a extração dos dados. A ficha de leitura foi o guia importante que auxiliou no processo de exploração dos materiais selecionados. Foi criado um arquivo no *Excel* para a formação de um banco de dados. Foram separadas duas abas no arquivo em função das duas secções da ficha de leitura com os seus respectivos pontos a serem extraídos durante a leitura sistemática.

Quadro 2: Variáveis das secções da ficha de leitura

1ª Secção	2ª Secção
Número de identificação do artigo	Bioma
Título do artigo	Classificação da área protegida
Autores	Nome da área protegida
Universidade ou Instituição dos autores	Ano de criação da área protegida
Departamento ou instituto da universidade	Ano de implementação da área protegida
Formação do autor	Política/objetivo que originou a área protegida
País de estudo	Idealizadores da área protegida /elaboradores da proposta de criação
Estado/Regiões	Origem da demanda
Cidade/região/município	Planos/programas de manejos implementados ou já implementados
Idioma do artigo	Promotores de implantação e/ou gestores da área protegida
País de publicação	Órgãos de financiamento
Ano de publicação	Tipos de conflitos
Área de publicação	Origem dos conflitos
Nome da revista	Grupos de interesses envolvidos
Objetivos do estudo	Grupos sociais negativamente afetados
Justificativa de estudo	Número de pessoas afetadas
Metodologias	Existência de políticas de indenização
Técnica de coleta de dados	Presença de empresas /projetos/atividades desenvolvimentistas dentro ou no entorno da área protegida
Sujeitos/objetos de estudos	Efeitos sociais relatados
Perspectiva teórica da discussão dos casos	-
Conceitos aplicados	-
Principais referências	-

Resultados alcançados	-
Principais conclusões	-
Uso pela qual o estudo serviu	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Como bem explicita a definição de Pinto (2013), os dados obtidos a partir da análise de conteúdo dever ser integrados para a realização de uma interpretação das interpretações sintetizadas (BICUDO, 2014). Para realizar a integração dos dados obtidos, recorreremos ao software *IBM SPSS* (versão 21). O *SPSS* foi o instrumento utilizado para a síntese e organização dos dados em variáveis quantitativas (que se subdividem em variáveis discretas e variáveis contínuas) e variáveis qualitativas ou categóricas (nominais ou ordinais) exportados do *Excel* para análise univariada de dados que visa gerar tabelas de frequência simples e representações gráficas, de modo a tornar os resultados visuais e auxiliar na interpretação a partir da leitura crítica dos dados compilados em contraponto com o referencial teórico, permitindo-nos responder aos questionamentos que deram base a realização da pesquisa (REIS & REIS, 2002; MEIRELLES, 2014).

Os artigos selecionados se constituem em amostras a partir da qual extraímos dados que foram tabulados em variáveis para a formação do banco de dados no *Excel*. De acordo com as considerações de Meirelles (2014), as amostras são recortes de um todo ou população que possui determinadas características ou atributos que podem ser mensurados. Para a execução desse trabalho realizamos a mensuração dos dados organizados no banco de dados do *Excel* em variáveis quantitativas discretas, variáveis quantitativas contínuas e variáveis qualitativas nominais. Lembrando que as variáveis são características de interesse mensurados nas amostras (REIS & REIS, 2002). As variáveis qualitativas/categóricas nominais servem para aferir outras características das amostras (artigos selecionados para o estudo) por meio de categoriais nominais sem ordenação que são menos objetivos e que não possuem um valor numérico por representar uma classificação das amostras (REIS & REIS, 2002; MEIRELLES, 2014).

Desse modo as variáveis categóricas utilizadas nessa pesquisa foram: autores, universidade ou instituição dos autores, departamento ou instituto da universidade, formação do autor, país de estudo, estado/regiões, cidade/região/município, idioma do artigo, país de publicação, área de publicação, nome da revista, justificativa de estudo, metodologias,

técnica de coleta de dados, sujeitos/objetos de estudos, perspectiva teórica da discussão dos casos, principais referências, resultados alcançados, principais conclusões, uso pela qual o estudo serviu, bioma, classificação da área protegida, política/objetivo que originou a área protegida, idealizadores da área protegida /elaboradores da proposta de criação, planos/programas de manejos implementados ou já implementados, promotores de implantação e/ou gestores da área protegida, tipos de conflitos, origem dos conflitos, grupos de interesses envolvidos, grupos sociais negativamente afetados, existência de políticas de indenização, presença de empresas /projetos/atividades desenvolvimentistas dentro ou no entorno da área protegida e efeitos sociais relatados.

Por outro lado, as variáveis quantitativas contínuas são aquelas que possuem características distribuídas em escalas contínuas, medidas normalmente por algum instrumento onde os valores fracionais fazem sentido (REIS & REIS, 2002). As variáveis quantitativas contínuas desse trabalho foram: ano de publicação dos artigos, ano de criação das áreas protegidas e ano de implementação das áreas protegidas. No que diz respeito às variáveis quantitativas discretas, elas apresentam valores discretos, isto é, contabilizam valores brutos inteiros (numéricos) (REIS & REIS, 2002; MEIRELLES, 2014). A variável quantitativa discreta desse trabalho foi a quantidade/número de pessoas afetadas pela implementação das áreas protegidas.

O passo seguinte dessa 3ª etapa foi a categorização (criação de valores) das variáveis em função das informações extraídas dos artigos por meio da análise de conteúdo e posteriormente a sua codificação (identificação numérica dos valores criados ou atribuição de rótulos da variável) ainda no *Excel*. No processo de categorização algumas variáveis tiveram seus valores já pré-estabelecidos de forma comum para os dois países a exemplo de: idioma do artigo (inglês, português), técnica de coleta de dados (entrevista, questionário, observação, etc), perspectiva teórica da discussão dos casos (antropologia, ecologia, ecologia política, interdisciplinar e sociologia).

Diferentemente das variáveis acima citadas, as variáveis efeitos sociais, conclusões, grupos de interesses, grupos sociais negativamente afetados, resultados alcançados, classificação da área protegida, conclusões, biomas e estado/regiões não tiveram seus valores pré-estabelecidos porque estes estiveram condicionados a alguns fatores importantes. No processo de categorização dessas variáveis valorizamos as especificidades dos países no que

se refere as suas legislações, sua composição étnica, seus tipos de biomas e as diferentes informações fornecidas pelos artigos de cada país, pois isso nos permitiu visualizar melhor os padrões, as semelhanças e as diferenças entre os dois contextos.

Apesar das variáveis criadas na ficha de leitura ilustradas no Quadro 2, nem todas as elas foram incluídas para a geração de tabelas e gráficos de frequências devido a sua fraca relevância na interpretação dos dados pela quase que nula informação obtida a partir dos artigos. As variáveis eliminadas foram: título do artigo, área de publicação, uso pela qual o estudo serviu, nome da área protegida, órgãos de financiamento.

Após a categorização e a codificação, o banco de dados do *Excel* foi transportado para o *SPSS* para a criação das tabelas de frequências e gráficos. Para as variáveis de respostas únicas (único valor) foi feito o uso do comando Analisar/Estatísticas Descritivas/Frequência e para variáveis de múltiplas respostas foi necessário definir um conjunto de múltiplas respostas e codificá-las em dicotomias (sim equivalente a 1 ou não equivalente a 0 para esse trabalho) de modo a obter as frequências. Os comandos executados no *SPSS* foram Analisar/Múltiplas respostas/Definir conjuntos de múltiplas respostas (e codificar variáveis em dicotomias) /Adicionar/Fechar. Após a definição do conjunto de múltiplas respostas e a codificação da dicotomia, foi necessário a extração da frequência a partir da qual os comandos executados no programa foram Analisar/Múltiplas respostas/Frequências.

A geração das tabelas de frequências e os percentuais das variáveis através do *SPSS* permitiu-nos a visualizar padrões e tendências nas amostras que possibilitaram-nos interpretar os conflitos ambientais territoriais em diversas dimensões, além de permitir a comprovação de hipóteses ou sua refutação e a explicação sobre a causa da existência de determinadas predisposições observadas nos dados (MEIRELLES, 2014). Por fim, para a geração das nuvens de frequência de palavras dos principais conceitos e das principais referências, fez-se o uso do site eletrônico da *wordclouds*, a <https://www.wordclouds.com/>, onde foram valorizadas a frequência dos conceitos aplicados e dos autores utilizados como principais referências para a criação dos mapas de palavras.

A metodologia deste trabalho foi sendo construída e readequada durante todo o processo de materialização da dissertação. Apesar da importância, ressaltamos que o trabalho apresenta limitações a exemplo da língua em que os trabalhos foram redigidos. Ao privilegiarmos apenas trabalhos escritos em português, inglês e espanhol, assumimos a plena

consciência de que com essa decisão deixamos por fora das análises materiais importantes produzidos em outras línguas. Essa mesma perda de materiais também se verifica com a delimitação das datas de publicação dos artigos entre 1980 a 2019, e a definição de uma única plataforma para a coleta dos artigos, o Portal de Periódicos da Capes.

Durante o tratamento de dados com a análise descritiva também tivemos algumas perdas de informações, uma vez que elas foram condensadas e resumidas para fins de análise e interpretação. Em vista disso, Reis & Reis (2002) ressaltam que a perda de informações nesse tipo de análise é irrisória levando em consideração o benefício adquirido com a clareza da interpretação permitida através da melhor organização e sistematização dos dados.

2. CAPÍTULO 1: Estudo das legislações ambientais sobre áreas protegidas do Brasil e da Tanzânia e sua relação com o campo ambiental em disputa

Este capítulo se dedica à apresentação das legislações do Brasil e da Tanzânia no que diz respeito às áreas protegidas, explicitando os movimentos conceituais e ideológicos da tradição ambiental que orientam o processo de implementação das unidades de conservação em territórios com realidades próprias, e bem como os desdobramentos que podem originar diferentes tipos de conflitos ambientais.

2.1. Legislação ambiental brasileira sobre áreas protegidas

Ao traçar a *“Trajetória da política ambiental federal no Brasil”*, Adriana Maria Magalhães de Moura (2016) defende que a política ambiental brasileira começou a ser planejada partir de meados de 1930, tendo ganho maior proporção anos depois devido a influência de parceiros internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e parceiros multilaterais a exemplo do Banco Mundial. O Parque de Itatiaia, primeiro parque criado em 1937, é um exemplo de modelos de unidades de conservação que aspiravam as intenções da época que partiam de um princípio de controle dos recursos e seu uso para proveito econômico (MOURA, 2016).

É no final da década de 1960 que se inicia a criação de órgãos encarregados da gestão dos recursos naturais, a exemplo da criação do Instituto Brasileiro de

Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967, um órgão encarregado de executar as legislações referentes a proteção dos recursos naturais e administração das áreas protegidas através do *Plano de Sistema de Unidade de Conservação* (DIEGUES, 2008b; MOURA, 2016). O plano criado pelo IBDF viria a ser reavaliado e transformado no *Sistema Nacional de Unidade de Conservação* (SNUC) na gestão do órgão que substituiu o IBDF, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) criado em 1989 através da Lei nº 7.735 (DIEGUES, 2008b; MOURA, 2016).

Segundo Moura (2016), o IBAMA foi resultado de um processo de uma remodelação através do “Programa Nossa Natureza” que reuniu diversos órgãos federais¹⁰ que tinham responsabilidades sobre a gestão dos recursos naturais. Entre diversas ações importantes do IBAMA, destaca-se a proposta do SNUC submetido ao Congresso Nacional em 1992, uma peça importante para este estudo com foco em unidades de conservação. Em tom de crítica, Diegues (2008b) aponta a visão conservadora do documento devido a concepção de unidades de conservação enquanto “ilhas” isoladas, a adoção de uma perspectiva autoritária que destoa com a realidade brasileira e a atuação tecnocrática que hierarquiza as categorias das unidades de conservação e uniformiza os diferentes grupos sociais.

O SNUC foi instituído oficialmente em 18 de Julho de 2000, através da Lei nº 9.985/2000, com atribuições de unificar e regulamentar as ações de criação e gestão das unidades de conservação brasileiras (BRASIL, 2006; MOURA, 2016). No segundo artigo (art. 2) do documento, define-se a unidade de conservação como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2006, p.7).

O sétimo artigo (art. 7) do terceiro capítulo deste mesmo documento do SNUC divide as unidades de conservação brasileiras em dois tipos respectivamente: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável (BRASIL, 2006). As Unidades de Proteção

¹⁰ Os órgãos federais são: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência da Borracha (Sudhevea), Secretaria Especial do Meio ambiente (Sema), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) (MOURA, 2016).

de Uso Restrito têm como finalidade a preservação da natureza permitindo apenas o uso indireto dos recursos quando autorizados (BRASIL, 2006). As unidades de proteção de usos restrito englobam as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional (Parque Estadual e Parque Natural Municipal quando criados por órgãos estaduais e municipais), Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. O Quadro 3 abaixo descreve os objetivos, as permissões e as proibições ou restrições dentro das unidades de proteção de uso restrito, que como pode-se observar não permitem residência humana e privilegiam a conservação dos recursos, a pesquisa científica e a visitação pública.

Quadro 3: Objetivos, permissões e proibições e/ou restrições das categorias das unidades de conservação de uso restrito brasileiras (continua).

Categorias de áreas Protegidas de Uso restrito	Objetivos	Permissões	Proibições
Estação Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação da natureza; - Servir de espaço para a realização de pesquisas científicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa científica com autorização; - Alterações no ecossistema em casos de recuperação de ecossistemas degradados, manejo de espécies e pesquisas científicas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Visitação pública (exceto para fins educacionais); - Ocupação/Residência humana;
Reserva Biológica	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação integral da biota e outros recursos naturais existentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Medidas de recuperação de ecossistemas degradados; - Manejo necessários para a recuperação e preservação do equilíbrio natural, a diversidade biológica e processos ecológicos naturais; - Pesquisa científica com autorização da gestão; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação/residência humana ou uso dos recursos; - Modificações ambientais; - Visitação Pública (exceto para fins educacionais);
Parque Nacional (Parque Estadual, Parque Natural Municipal)	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas científicas (com autorização); - Desenvolvimento de atividades educacionais e de interpretação ambiental; - Recreação; - Turismo ecológico; - Visitação pública (com restrições); 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação/Residência humana e utilização dos recursos;

Quadro 3: Objetivos, permissões e proibições e/ou restrições das categorias das unidades de proteção integral brasileiras (conclusão).

Categorias de unidades de proteção integral	Objetivos	Permissões	Proibições
Monumento Natural	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação de sítios naturais raros ou de grande beleza cênica; 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização da terra e dos recursos naturais (em casos de o monumento natural ser constituído por áreas particulares e haver compatibilidade das atividades); - Visitação pública (com restrições); 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação/residência humana e utilização dos recursos (em casos de ser constituído por áreas particulares em que existe incompatibilidade de atividades com os proprietários);
Refúgio da Vida Silvestre	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção de ambientes naturais; - Garantir a existência, reprodução de espécies ou comunidades da flora e flora local ou migratória; 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização da terra e dos recursos naturais (em casos de o monumento natural ser constituído por áreas particulares e haver compatibilidade das atividades); - Visitação pública (com restrições); - Pesquisa científica (com autorização); 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação/restrições humana ou utilização dos recursos (em casos de ser constituído por áreas particulares em que existe incompatibilidade de atividades com os proprietários)

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nas informações do Brasil (2006).

As unidades de proteção integral não conciliam a conservação com o uso sustentável dos recursos e a presença humana nos seus limites. Em consequência disso, o artigo 35 do capítulo 9 da Lei do SNUC prevê que as populações tradicionais que residiam anteriormente na área convertida em unidade de proteção integral terão “direito” ao reassentamento (BRASIL, 2006). Diferentemente das unidades de proteção de uso restrito, as unidades de uso sustentável têm a finalidade de conciliar o uso sustentável dos recursos naturais e a conservação (BRASIL, 2006). As unidades de conservação que pertencem ao grupo de uso sustentável permitem a presença das populações tradicionais e extrativistas, bem como o usufruto dos recursos naturais de acordo com o vigésimo terceiro artigo (art. 23) da Lei do SNUC (BRASIL, 2006).

São pertencentes ao grupo de uso sustentável as seguintes categorias de unidades de conservação: Área de proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional (Floresta Estadual e Floresta Municipal quando criados por órgãos estaduais e municipais), Reserva Extrativista (Resex), Reserva da Fauna, Reserva de Desenvolvimento sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2006). O estabelecimento dessas unidades tem como principais objetivos a conservação da natureza, a proteção dos modos de vida e a regulação do uso dos recursos como pode-se observar na sistematização do quadro 4.

Quadro 4: Objetivos, permissões e proibições e/ou restrições das categorias das unidades de conservação de uso sustentável (continua).

Categorias de unidades de Uso Sustentável	Objetivos	Permissões	Restrições
Área de proteção Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção da diversidade biológica; - Proteção de áreas com valores estéticos ou culturais que garantem a qualidade de vida e os bem-estar das pop. Humanas; - Regular o processo de ocupação humana; - Garantir o uso sustentável dos recursos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação/residência humana; -Visitação pública (as condições para tal serão definidas pela gestão da unidade ou proprietário privado); - Pesquisa científica (as condições para tal serão definidas pela gestão da unidade ou o proprietário privado); 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso dos recursos naturais; - Uso de propriedade privada localizada dentro da unidade;
Área de Relevante Interesse Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção de características naturais extraordinárias ou biota regional rara; - Manter e regular o uso dos ecossistemas regionais de grande valor natural de modo a cumprir os objetivos da conservação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação/residência humana; 	-----
Floresta Nacional (Floresta Estadual e Floresta Municipal em níveis estaduais e municipais)	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o uso múltiplo e exploração sustentável de recursos florestais; - Garantir a pesquisa científica; 	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência de pop. tradicionais que ali residiam antes do estabelecimento da unidade de conservação; - Visitação pública; - Pesquisa científica; 	-----

Quadro 4: Objetivos, permissões, proibições e/ou restrições das categorias das unidades de conservação de uso sustentável (continua).

Categorias de unidades de Uso Sustentável	Objetivos	Permissões	Restrições
Reserva Extrativista	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção dos modos de vida e cultura das pop. extrativistas tradicionais; - Garantir o uso sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência de pop. extrativistas tradicionais; - Uso dos recursos naturais, prática de agricultura e criação de animais pelas pop. extrativistas tradicionais; - Visitação pública (quando compatível com interesses locais e as normas); - Exploração de madeira (caso for feita de maneira sustentável em situações especiais); 	<ul style="list-style-type: none"> - Proibida a exploração dos recursos minerais e caça amadorística ou profissional;
Reserva da Fauna	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico e sustentável dos recursos da fauna; 	<ul style="list-style-type: none"> - Visitação pública (respeitando as normas); - Comercialização dos produtos e subprodutos oriundos das pesquisas (respeitando as normas); 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação/Residência humana; - Proibida a exploração dos recursos minerais e caça amadorística ou profissional;

Quadro 4: Objetivos, permissões, proibições e/ou restrições das categorias das unidades de conservação de uso sustentável (conclusão).

Categorias de unidades de Uso Sustentável	Objetivos	Permissões	Restrições
Reserva de Desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação da natureza; - Garantir as condições de e meios necessários para a melhoria e a continuidade da reprodução dos modos de vida dessas pop. tradicionais; - Aprimoramento dos conhecimentos e das técnicas de manejo das pop. tradicionais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação das pop. tradicionais; - Exploração dos recursos naturais pelas pop. tradicionais; - Visitação pública (respeitando as normas); - Pesquisa científica voltada para a conservação, a educação ambiental e a relação com as comunidades locais (respeitando as normas); - Exploração de componentes do ecossistema naturais; - Substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis (respeitando as normas e ao zoneamento); 	-----
Reserva Particular do Patrimônio Natural	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação da diversidade biológica; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa científica; - Visitação turística e recreativa; - Visitação educacional; 	-----

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nas informações do Brasil (2006).

A legislação do SNUC também atribui as populações tradicionais, de acordo com o primeiro parágrafo do artigo 23, o dever de participar do processo de conservação da unidade em que se encontram resididos através de conselhos consultivos (BRASIL, 2006). Foi estabelecido que esses conselhos serão presididos pela administração da unidade de conservação com a participação da sociedade civil, representantes de órgãos públicos e populações tradicionais (BRASIL, 2006).

Vale lembrar que já existia uma tentativa de privatização da gestão das unidades de conservação a alguns anos após a institucionalização do SNUC. Em 13 de Abril de 2021 foi emitido o Decreto nº 10.673 que dispõe sobre a qualificação e inclusão de nove unidades de proteção de uso restrito no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e no Programa Nacional de Desestatização (ABA, 2021). De acordo com a nota técnica emitida pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a privatização da gestão das unidades de conservação viola os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais em diversos níveis como: o direito à consulta prévia, o direito à participação devido à imposição de uma gestão autoritária, a desvalorização do social em prol da sobrevalorização do viés econômico através da promoção do desenvolvimento sustentável a base do turismo.

Ainda no que se refere à gestão, pelas ordenações do SNUC espera-se que as comunidades estejam sujeitas aos planos de manejo das unidades e cumpram com as normas estabelecidas pela gestão para o acesso aos recursos naturais, como por exemplo a proibição do uso de espécies ameaçadas e a proibição de atividades que causam danos ao ecossistema (BRASIL, 2006). Nem sempre existe um consenso no que diz respeito a atividades ou formas de manejo tradicionais que são prejudiciais ao meio ambiente, da mesma forma que não se tem uma única visão sobre os usos dos recursos e do território, fatos esses que podem levar a conflitos de interesses entre essas populações e a gestão das unidades de conservação sobre o mesmo território.

A noção de território e os usos sobre ele são diversos, porque nem sempre eles obedecem aos limites, divisões administrativas e geopolíticas estipuladas pelos Estados devido às dimensões simbólicas impressas em formas de memórias sociais e históricas dessas populações, como mostra a Cartilha do Ministério Público de Minas Gerais- MPMG (2014) sobre o “Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais”. Segundo o Decreto 6.040 criado

em Fevereiro de 2007, que estabelece Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, territórios tradicionais são:

[...] espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e (BRASIL, 2007, s.p.).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi um importante avanço em termos legislativos, pois procurou garantir a legitimidade de uso do território e de seus recursos para a comunidades, a minimização dos conflitos, a segurança alimentar e nutricional, o acesso à saúde e educação, o acesso à linguagem acessível, a descentralização e a participação nos espaços de decisão, e bem como a garantia e a consolidação dos direitos dos povos (BRASIL, 2007).

Quase duas décadas após a criação do SNUC em 2000, o atual órgão encarregado de gerir as unidades de conservação, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), propôs através do parecer nº 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU a compatibilização das atividades dos Povos e Comunidades Populações Tradicionais (PCTs) com os objetivos das unidades federais de conservação de uso restrito (ICMBio, 2021). O parecer propõe uma mudança de paradigma no que se refere a forma de tratamento dos conflitos resultantes do processo de sobreposição das unidades de conservação sobre os territórios tradicionais (ICMBio, 2021). Paradigma esse que recomenda a compatibilização dos usos do território por meio dos instrumentos de gestão para situações em que os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) não querem ser removidos dos seus territórios tradicionais.

Em casos de resolução dos conflitos em casos de oposição entre legislações que envolvem a área ambiental e os direitos territoriais, o parecer estabelece algumas medidas como a aplicação do princípio da convencionalidade estipulado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho adotada em 1989, mas que entrou em vigor formalmente no Brasil apenas em 2004 pelo Decreto n.º 5.051 (MPMG, 2014; ICMBio, 2021). Em outras palavras, o SNUC não pode se sobrepor à Convenção de 169, assim como sobre outros tratados nacionais e internacionais a exemplo da Lei da Biodiversidade, a Convenção do Clima, etc. A partir de então a literalidade do SNUC vem sendo assim

substituído em favor ao cumprimento dos tratados paralelos a ela acima citados através da institucionalização de um novo paradigma que deve servir de guia para as instituições ambientais responsáveis pela criação e fiscalização das unidades de conservação brasileiras.

2.2 Legislação ambiental da Tanzânia sobre áreas protegidas

No contexto da República Unida da Tanzânia, o estabelecimento das áreas protegidas se inicia desde o período colonial com as reservas de caça na década de 1900 (MTAHIKO, 2007). Após a independência em 1961, de acordo com Francis Stolla (2005), a conservação da vida selvagem foi tida como um dos pilares importantes para o crescimento da economia e redução da pobreza. No decorrer dos anos, a Tanzânia adotou três legislações oficiais sobre a conservação da vida selvagem, nomeadamente: *The Wildlife Conservation Act* de 1974, *The Wildlife Conservation Act* de 2009 e *The Wildlife Conservation Act* de 2013.

O *The Wildlife Conservation Act* de 1974 se apoiava num modelo de conservação baseado nos moldes preservacionistas ou na também conhecida como “*strict fortress conservation*”, em que as áreas protegidas são tidas como fortalezas ilhadas e restritas ao usufruto da vida selvagem (KIWANGO *et al.*, 2015). Nessa época haviam três categorias de áreas protegidas, nomeadamente: *Game Reserves* (Reservas de jogos/caça), *Partial Game Reserves* (Reservas parciais de jogo/caça) e *Game Controlled Areas* (Áreas de jogo/caça controlado/a) (STOLLA, 2005; UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2013).

O fracasso da lei de 1974 era relacionado, segundo Francis Stolla (2005), a um contexto onde vigorava um modelo político baseado no socialismo, chamado de *Ujamaa*¹¹, onde houve um rigoroso controle sobre o acesso e uso dos recursos naturais pelo governo além de promover um processo de vilagização forçada da população em núcleos comunitários (STOLLA, 2005).

¹¹ Oriunda da língua *swaili*, o *Ujamaa* foi concebido e implementado em 1967 pelo então presidente da Tanzânia Julius Kambarage Nyerere durante a “Declaração de Arusha”, enquanto um modelo de desenvolvimento socialista que recria núcleos comunitários fraternos inspirados na família africana que assenta sua forma de produção na agricultura rural, na economia coletiva e solidária, na educação e na igualdade social (DEVÉS-VALDÉS, 2008).

Numa tentativa de melhorar o desempenho da lei, foi introduzida a *Política da Vida Selvagem* em 1998 enquanto uma possibilidade de mudança de política ambiental do *The Wildlife Conservation Act* de 1974. A adoção dessa política foi condicionada pelo processo de democratização e descentralização que o país tinha adotado na década de 1980, sob financiamentos do Programa de Ajuste Estrutural do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (STOLLA, 2005; KIWANGO *et al.*, 2015).

Essa nova estratégia buscou incluir as comunidades locais no processo de gestão das áreas protegidas permitindo o uso comum e sustentável de terras comunitárias e da vida selvagem, incentivar a indústria do turismo e a melhoria da qualidade de vida da população. A política também estabelecia uma nova categoria de áreas protegidas em terras das aldeias, as chamadas “*Wildlife Management Areas*” (áreas de manejo da vida selvagem), regulamentadas oficialmente em 2002 para a materialização do apoio a “*Community Based Conservation*” (Conservação de Base Comunitária) (STOLLA, 2005; KIWANGO *et al.*, 2015).

Apesar dessa reforma legislativa almejar metas inclusivas e democráticas, a *Política da Vida Selvagem* se revelou um fracasso na medida em que coexistiu com o *The Wildlife Conservation Act* de 1974 e se converteu numa recentralização do poder estatal que novamente marginalizou populações locais (STOLLA, 2005; KIWANGO *et al.*, 2015). A introdução do *The Wildlife Conservation Act* de 2009 teve entre outros importantes objetivos, o reconhecimento da importância do manejo e do conhecimento das comunidades locais para a conservação, e bem como da importância da vida selvagem para as populações rurais (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2009). Um reconhecimento que também implicou a inclusão das comunidades no processo de gestão das áreas protegidas e no usufruto dos benefícios do turismo, assim também como o comprometimento com a mitigação dos conflitos entre humanos e a vida selvagem (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2009).

Apesar de todos esses objetivos, a mesma legislação restringe o acesso e o uso dos recursos às populações locais e os criminaliza em casos de desobediência às regras impostas. A legislação mais recente sobre as áreas protegidas da Tanzânia que revogou a lei de 2009, o *The Wildlife Act* de 2013, institui na Parte XII do seu artigo 44 o objetivo de administrar e ampliar as áreas de conservação da vida selvagem. A legislação também agrega a noção de desenvolvimento sustentável quando assume o compromisso de promover, fortalecer e

aumentar a contribuição do domínio da vida selvagem para a promoção do desenvolvimento sustentável no país (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2013). A administração da vida selvagem na Tanzânia está sob as ordens da Divisão da vida Selvagem (*The Wildlife Division*), um órgão atrelado ao ministério responsável pela gestão dos recursos naturais do país (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2013).

Este órgão, por conseguinte, regula a gestão da vida selvagem a ser realizada por diversos órgãos específicos criados para a gestão de uma determinada unidade de conservação, a exemplo da Autoridade da Vida Selvagem da Tanzânia (*Tanzania Wildlife Management Authority*), a Autoridade da Área de Conservação de Ngorongoro (*Ngorongoro Conservation Area Authority*), a Autoridade dos Parques Nacionais da Tanzânia (*Tanzania National Parks Authority- TANAPA*), a Agência de Serviços Florestais da Tanzânia (TFSA), Polícia Florestal Nacional- Zanzibar (*National Forest Policy*) e a Divisão da pesca (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2013).

As áreas de conservação da Tanzânia possuem diferentes categorias como: Parque Nacional, Área de Conservação Marinha, Reserva de jogo (Reserva de caça), Área controlada de jogo/caça, Plantação Florestal, Áreas de manejo da Vida Selvagem (WMAs), Área de Conservação, Parque Marinho, Reserva florestal, Reserva Marinha (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2013). Essas categorias de áreas protegidas são instituídas por diferentes leis criadas para implementação de uma determinada área protegida como sintetiza o Quadro 4.

A instituição das áreas protegidas da Tanzânia não está centralizada exclusivamente numa única lei, e se encontra alicerçada num conjunto de leis estabelecidas a partir de estruturas estatais de gestão. A Lei da conservação da vida selvagem estabelece categorias de áreas protegidas como reserva de caça, área controlada de jogo/caça, área de manejo da vida selvagem, corredores, rotas migratórias, zonas de tampão e área de dispersão. A Lei da Conservação de Ngorongoro estabelece a Área de conservação de Ngorongoro, a Lei das Antiguidades estabelece a área de conservação, e a Lei de Parques e Reservas Marinhas estabelece os parques as reservas marinhas do país. A Lei Florestal restrita a Tanzânia continental estabelece as reservas florestais e a Lei de Manejo e Conservação de Recursos Florestais de Zanzibar como mostra o quadro 5 (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA 1959; 1975; 1974; 1979; 1997; 1994; 1997; 2002; 2003; 2009; 2013; ZANZIBAR, 1996).

Quadro 5: Relação das Leis e as categorias das áreas protegidas da Tanzânia.

Leis da Tanzânia continental e Zanzibar	Categorias de áreas protegidas que instituem e regulam
<p><i>The wildlife act (1974; 2009;2013)</i> (Lei da conservação da vida selvagem 1974; 2009; 2013) (restrito aos territórios da Tanzânia continental)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reserva de caça; - Área controlada de jogo/caça; - Área de manejo da vida selvagem; - Corredores da vida selvagem; - Rotas migratórias; - Zona de tampão; - Área de dispersão;
<p><i>Ngorongoro Conservation Act (1959)</i> (Lei da Conservação de Ngorongoro, 1959)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Área de conservação de Ngorongoro;
<p><i>Antiquities Act (1979)</i> (Lei das Antiguidades, 1979)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Área de conservação;
<p><i>Marine Parks and Reserves Act (1994)</i> (Lei de Parques e Reservas Marinhas, 1994)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Parques marinhos; -Reservas marinhas;
<p><i>National Parks Act (1959; 2003)</i> (Lei dos Parques Nacionais 1959; 2003)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Parque Nacional;
<p><i>Tanzania Forest Act (2002)</i> Lei Florestal da Tanzânia (2002)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reserva Florestal; - Reserva Natural;
<p><i>The Zanzibar Forest Resources Management and Conservation Act (1996)</i> (A Lei de Gestão e Conservação de Recursos Florestais de Zanzibar 1996 (restritos a Zanzibar)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reserva Florestal; - Reserva Natural;

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir de informações do UNITED REPUBLIC OF TANZANIA (1959; 1975; 1974; 1979; 1997; 1994; 1997; 2002; 2003; 2009; 2013) e ZANZIBAR (1996).

O arquipélago de Zanzibar, antiga República Popular de Zanzibar e Pemba anexada a antiga Tanganica (Tanzânia continental) em 1964 após a revolução de Zanzibar, possui leis próprias por ser um território semi-autónomo (VICENTINI, 2011). A lei florestal de Zanzibar não difere muito da lei florestal da Tanzânia, a diferença mais evidente é de que a lei de Zanzibar se limita aos territórios das ilhas de Zanzibar e as leis da Tanzânia se estendem a todo território da parte continental do país.

Não foram encontradas nenhuma distinção explícita em grupos sobre os tipos de usos das diferentes categorias das áreas protegidas da Tanzânia, apenas a lei florestal de

Zanzibar fez uso do termo “*Permanent Preservation Areas*” para se referir a áreas de uso restrito. No presente trabalho, as categorias das áreas protegidas da República da Tanzânia foram reunidas em grupos apenas para fins de análise, onde foram feitas diferenciações das áreas protegidas a partir das permissões, restrições e/ou proibições de uso como demonstram os Quadros 6 e 7.

As categorias das áreas protegidas reunidas no Quadro 5 dizem respeito a unidades de preservação permanente que não permitem a habitação humana dentro dos seus limites e regulam de forma restrita, quando não proíbem de forma imediata, o acesso e uso dos recursos pelas populações. As áreas de conservação agrupadas em categorias de preservação permanente ou de uso restrito são: *Game Reserve* (reserva de caça/jogo), *Game Controlled Area* (Área de caça controlada), *National Park* (Parque Nacional), *Natural Forest Reserve* (Reserva florestal natural), *Forest Protection Reserve* (Reserva de Proteção florestal), *Forest Production Reserve* (Reserva Florestal de Produção ou Plantação Florestal), *Marine Reserve* (Reserva Marinha), *Marine Park* (Parque marinho), *Conservation area* (Área de conservação).

Quadro 6: Objetivos, permissões e proibições/restrições das categorias das áreas de preservação permanente (continua).

Categorias das áreas de conservação	Objetivos	Permissões	Proibições
Game reserve (Reserva de caça)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação da vida selvagem; - Turismo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Caça (quando emitida a licença de caça); 	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma das atividades abaixo é permitida, exceto quando existe autorização; - Ocupação/Residência humana; - Uso dos recursos naturais (exceto a autorização); - Caçar sem autorização; - Porte de armas de fogo, arcos e flexas (exceto quando autorizado); - Queimar árvores, - Pastoreio de gado; - Queimar, capturar, matar, ferir ou molestar qualquer animal (exceto quando autorizado); - Derrubar, cortar, queimar, ferir ou remover qualquer árvore, arbusto, grama ou muda (exceto quando autorizado);
Game Controlled Área (Área de caça controlada)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação da vida selvagem fora das terras da aldeia; - Proteger qualquer animal ou classe de animais e seu habitat; 	<ul style="list-style-type: none"> - Caça (quando emitida a licença de caça); 	<ul style="list-style-type: none"> - Caçar sem autorização; Ocupação/residência; - Cavar, colocar ou construir qualquer armadilha, rede, laço ou usar outro dispositivo qualquer, capaz de matar, capturar ou ferir qualquer animal; - Porte de armas de fogo, arcos e flexas (exceto quando autorizado); - Cultura agrícola; - Coletar areia, realizar prospecção ou minas (exceto quando envolver ou for destinado à prospecção ou mineração de óleo gás ou urânio e a avaliação de impacto ambiental for realizada de acordo com a Lei de Gestão Ambiental, e a custo de proteção foi pago pelo investidor e o governo for o empreendedor); - Pastoreio de gado (exceto quando autorizado);

Quadro 6: Objetivos, permissões e proibições/restrições das categorias das áreas de preservação permanente (continua).

Categorias das áreas de conservação	Objetivos	Permissões	Proibições
National park (Parque Nacional)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação sustentável dos recursos da biodiversidade; - Desenvolvimento do turismo; 	-----	Proibições: <ul style="list-style-type: none"> - Posse de armas; - Ocupação/habitação humana; - Cavar, construir armadilhas ou outras estratégias capazes de matar, capturar ou ferir qualquer animal (exceto quando autorizado); - Danificar ou remover ninho do parque; - Caçar, capturar qualquer animal na unidade (exceto quando autorizado); - Matar animais da unidade (não será penalizado em caso de defesa da vida humana ou propriedade); - Mineração (exceto quando autorizado); - Presença de animal doméstico;
Natural forest reserve (Reserva florestal natural) (Pode ser implementada por autoridades federais ou por autoridades locais)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação do solo; - Proteger a natureza e áreas cênicas de importância nacional ou internacional; - Manter e aumentar a biodiversidade e genética recursos; - Para fins científicos, educacionais, sociais ou usos recreativos compatíveis; 	-----	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupar /residir dentro da unidade; - Cortar, queimar, derrubar, desenterrar ou remover qualquer árvore, vegetação ou planta selvagem; - Colher, coletar, pegar ou remover qualquer produto florestal; - Entrar, perambular para fins de turismo ou acampar; - Retirar e remover qualquer rocha, pedra, areia, conchas ou solo; - Realizar atividades de mineração; - Limpar, cultivar ou separar para o cultivo terras dentro da unidade; - Erguer quaisquer edifícios ou outras estruturas como estradas, hridrovias, ferrovias; - Pastoreio ou entrada de gado na unidade; - Caçar, pescar; - Uso de armadilhas ou qualquer outra forma de capturer animal; - Realização de pesquisas com apresentação de licenças;

Quadro 6: Objetivos, permissões e proibições/restrições das categorias das áreas de preservação permanente (continua).

Categorias das áreas de conservação	Objetivos	Permissões	Proibições
Forest Protection Reserve (Reserva de Proteção florestal)	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção de mananciais, bacias hidrográficas e de plantas silvestres; 	-----	<ul style="list-style-type: none"> -Ocupar/ residir dentro da unidade; - Cortar, queimar, derrubar, desenterrar ou remover qualquer árvore, vegetação ou planta selvagem; - Colher, coletar, pegar ou remover qualquer produto florestal; - Entrar, perambular para fins de turismo ou acampar; - Retirar e remover qualquer rocha, pedra, areia, conchas ou solo; - Realizar atividades de mineração; - Limpar, cultivar ou separar para o cultivo terras dentro da unidade; - Erguer quaisquer edifícios ou outras estruturas como estradas, hridrovias, ferrovias; - Pastoreio ou entrada de gado na unidade; - Caçar, pescar; - Uso de armadilhas ou qualquer outra forma de capturer animal; - Realização de pesquisas com apresentação de licenças;
Forest Production Reserve (Reserva Florestal de Produção ou Plantação Florestal)	<ul style="list-style-type: none"> -Produção sustentável de madeira e outros produtos florestais; - Usufruto de entidade ou personalidade autorizada para exploração e produção de produtos florestais; 	-Exploração sustentável dos recursos florestais;	<ul style="list-style-type: none"> - Exportar madeira ou produtos florestais sem licença;

Quadro 6: Objetivos, permissões e proibições/restrições das categorias das áreas de preservação permanente (continua).

Categorias das áreas de conservação	Objetivos	Permissões	Proibições
Marine reserve (Reserva Marinha)	<p>-Proteger, conservar, restaurar as espécies; -Proteger a diversidade genética dos recursos marinhos dos processos do ecossistema das áreas marinhas e costeiras;</p> <p>-Promover a sustentabilidade da utilização dos recursos existentes e a recuperação de áreas e recursos que foram sobre-explorados ou de outra forma danificados;</p> <p>- Garantir a participação das comunidades na gestão, compartilhamento</p>	<p>- Acesso e uso da unidade de conservação pelos residentes locais se dará após a solicitação aprovação do certificado de usuário de residente local (aldeãos);</p> <p>- Construção de estradas, pontes, aeródromos, parques, edifícios e cercas (quando autorizado pelo conselho);</p> <p>- Fornecimento de abastecimento de água e execução das obras necessárias para os fins desta Lei (quando autorizado pelo conselho);</p>	<p>- Entrada ou residência dentro da unidade (restrições);</p> <p>- Emissão de licenças;</p> <p>- Título;</p> <p>- Arrendamento;</p> <p>- Privilégio ou isenção;</p> <p>- Realização de obras ou construções sem avaliação de impacto ambiental;</p> <p>- Pescar, caçar, matar ou capturar qualquer peixe ou animal ou perturbar qualquer ovo, ninho, ovas ou desova dentro do parque marinho ou reserva;</p> <p>- Coletar, coletar ou remover qualquer peixe, animal, flora aquática ou vegetação, viva ou morta, ou qualquer areia, minerais ou substrato aquático;</p> <p>- Vender ou transportar qualquer peixe, animal, flora aquática, vegetação ou seus produtos ou qualquer areia, mineral ou substrato aquático;</p> <p>- Possuir qualquer arma, explosivo, armadilha ou veneno;</p> <p>- Dedicar-se à aquicultura;</p>

	<p>de benefícios e usufruto dos recursos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tomar medidas para assegurar a conservação; segurança e uso sustentável de peixes, animais, vegetação, substrato aquático e Solo (quando autorizado pelo conselho); - Reservar a totalidade ou parte de um parque marinho como criadouro de peixes e outros animais e como viveiros de flora e vegetação aquática (quando autorizado pelo conselho); - Controle, operação, estabelecimento ou gestão de qualquer hotel, loja, serviço turístico ou empreendimento ou subsídio semelhante das concessões ou licença a outras pessoas para operar tais serviços (quando autorizado pelo conselho); - Venda ou troca de qualquer espécime animal ou vegetal (quando autorizado pelo conselho); 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar qualquer atividade de pesca esportiva, turismo ou outra atividade comercial; - Operar qualquer embarcação ou veículo dentro de qualquer parque marinho ou reserva; - Limpar ou cultivar terras para qualquer uso agrícola, ou usar ou operar implementos ou máquinas agrícolas; - Construir ou estender quaisquer edifícios, estradas ou qualquer outra obra; - Destruir, desfigurar ou remover qualquer objeto dentro da unidade; - Realização de atividades comerciais dentro da unidade (exceto quando autorizado); - Mineração, extração ou instalação de qualquer indústria pesada dentro da unidade; -Deposito ou descarregar qualquer óleo, produtos químicos ou outras substâncias perigosas dentro da unidade; -Depositar ou descarregar qualquer esgoto, lixo, lixo ou outro artigo ou substância; -Transferir qualquer permissão, licença ou certificado exigido por esta Lei ou legislação subsidiária, ou forjá-la ou de outra forma;
--	---	--	--

Quadro 6: Objetivos, permissões e proibições/restrições das categorias das áreas de preservação permanente (conclusão).

Categorias das áreas de conservação	Objetivos	Permissões	Proibições
Marine Park (Parque marinho)	<p>-Proteger, conservar, restaurar as espécies; -Proteger a diversidade genética dos recursos marinhos dos processos do ecossistema das áreas marinhas e costeiras;</p> <p>-Promover a sustentabilidade da utilização dos recursos existentes e a recuperação de áreas e recursos que foram sobre-explorados ou de outra forma danificados;</p> <p>- Garantir a participação das comunidades na gestão, compartilhamento de benefícios e usufruto dos recursos;</p>	<p>- Acesso e uso da unidade de conservação pelos residentes locais se dará após a solicitação aprovação do certificado de usuário de residente local (aldeãos);</p> <p>- Construção de estradas, pontes, aeródromos, parques, edifícios e cercas (quando autorizado pelo conselho);</p> <p>- Fornecimento de abastecimento de água e execução das obras necessárias para os fins desta Lei (quando autorizado pelo conselho);</p> <p>- Tomar medidas para assegurar a conservação; segurança e uso sustentável de peixes, animais, vegetação, substrato aquático e Solo (quando autorizado pelo conselho);</p>	<p>- Ocupação/ residência humana dentro da unidade;</p> <p>- Emissão de licenças;</p> <p>- Título;</p> <p>- Arrendamento;</p> <p>- Privilégio ou isenção;</p> <p>- Realização de obras ou construções sem avaliação de impacto ambiental;</p> <p>- Pescar, caçar, matar ou capturar qualquer peixe ou animal ou perturbar qualquer ovo, ninho, ovas ou desova dentro do parque marinho ou reserva;</p> <p>- Coletar, coletar ou remover qualquer peixe, animal, flora aquática ou vegetação, viva ou morta, ou qualquer areia, minerais ou substrato aquático;</p> <p>- Vender ou transportar qualquer peixe, animal, flora aquática, vegetação ou seus produtos ou qualquer areia, mineral ou substrato aquático;</p> <p>- Possuir qualquer arma, explosivo, armadilha ou veneno;</p> <p>- Dedicar-se à aquicultura;</p> <p>- Realizar qualquer atividade de pesca esportiva, turismo ou outra atividade comercial;</p> <p>- Operar qualquer embarcação ou veículo dentro de qualquer parque marinho ou reserva;</p> <p>- Limpar ou cultivar terras para qualquer uso agrícola, ou usar ou operar implementos ou máquinas agrícolas;</p>

<p>Conservation area (Área de conservação)</p>	<p>- Preservação e proteção de sítios e artigos de interesse arqueológico, histórico ou natural;</p> <p>- Proteger património nacional valioso por seu valor estético;</p> <p>- Conservação de monumentos, estruturas ou formas de ocupação humana valiosos pelo seu valor arquitetónico, cultural, histórico e social;</p>	<p>- Reservar a totalidade ou parte de um parque marinho como criadouro de peixes e outros animais e como viveiros de flora e vegetação aquática (quando autorizado pelo conselho);</p> <p>-----</p>	<p>- Construir ou estender quaisquer edifícios, estradas ou qualquer outra obra;</p> <p>- Destruir, desfigurar ou remover qualquer objeto dentro da unidade;</p> <p>- Realização de atividades comerciais dentro da unidade (exceto quando autorizado);</p> <p>- Mineração, extração ou instalação de qualquer indústria pesada dentro da unidade;</p> <p>- Deposito ou descarregar qualquer óleo, produtos químicos ou outras substâncias perigosas dentro da unidade;</p> <p>- Depositar ou descarregar qualquer esgoto, lixo, lixo ou outro artigo ou substância;</p> <p>- Transferir qualquer permissão, licença ou certificado exigido por esta Lei ou legislação subsidiária, ou forjá-la ou de outra forma;</p> <p>- Destruir, danificar ou desfigurar o mesmo ou fazer qualquer alteração, adição ou reparo;</p> <p>- Escrever, desenhar ou esculpir qualquer escrita, desenho ou figura;</p> <p>- Permitir que qualquer animal sob seu controle o danifique ou entre em qualquer parte cercada por ou em nome do Diretor ou do proprietário;</p> <p>- Alterar o curso do cultivo de modo a afetar em seu detrimento qualquer parte de interesse paleontológico, arqueológico, histórico ou natural;</p> <p>- Exportação de objetos ou relíquias;</p>
--	---	--	---

Fonte: Quadro criado a partir de informações da UNITED REPUBLIC OF TANZANIA (1959; 1975; 1974; 1979; 1997; 1994; 1997; 2002; 2003; 2009; 2013) e da ZANZIBAR (1996).

As categorias das áreas protegidas de preservação permanente reunidas no Quadro 6 permitem atividades de caça turística ou recreativa e outras atividades desenvolvimentistas ao mesmo tempo que legitimam a exclusão e expropriação das comunidades tradicionais. As comunidades tradicionais foram definidas no *The wildlife Act* de 2013 como “[...] um agrupamento de pessoas habitualmente residentes em áreas ocupadas por animais selvagens e cujos estilos de vida sociais, culturais e normais dependem da vida selvagem (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2013, p.6. tradução nossa).” A definição apresentada na legislação é problemática na medida em que reforça uma visão dicotômica entre o selvagem e o civilizado, e principalmente entre o rural e o urbano. As comunidades tradicionais são relacionadas nesses contextos rurais como não civilizados ou selvagens o que conseqüentemente gera uma estigmatização que os caracteriza como atrasados e não modernos.

Por sua vez, foram agrupadas no Quadro 7 as categorias de áreas protegidas que permitem a presença das comunidades tradicionais dentro dos limites das áreas protegidas, o usufruto dos recursos naturais por elas e sua participação no processo de gestão. Nessas unidades, destacam-se três categorias de áreas protegidas das unidades da República Unida da Tanzânia onde legislativamente a conservação dos recursos natureza assume um papel mais inclusivo e menos restritivo em relação às comunidades tradicionais. Pode-se nomear a *Community Forest Reserves* (Reservas florestais comunitárias), *Ngorongoro Conservation Area* (Área de conservação de Ngorongoro) e *Wildlife Management Area* (Área de manejo da vida selvagem).

Quadro 7: Objetivos, permissões e proibições/restrições das categorias das áreas protegidas que permitem a presença de comunidades tradicionais e usufruto dos recursos pelas comunidades tradicionais.

Categorias das áreas de conservação	Objetivos	Permissões	Proibições/Restrições
Community Forest Reserves (Reservas florestais comunitárias)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação dos recursos naturais; - Usufruto de comunidades locais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Residência de membros comunitários; - Usar e colher os produtos da floresta de forma sustentável; 	<ul style="list-style-type: none"> - Exportar madeira ou produtos florestais (exceto se tem licença emitida pelo grupo)
Ngorongoro Conservation Area (Área de conservação de Ngorongoro)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservar a biodiversidade e o património cultural; - Melhorar a subsistência das comunidades nativas (indígenas); - Promover o turismo; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação/Residência humana (apenas com certificado de residência); 	<ul style="list-style-type: none"> - Condução de veículos motorizados (exceto quando autorizado); - Venda ou comércio de produtos dentro dos limites das unidades; - Colocar placa de anúncios dentro ou ao redor da unidade; - Entrar do desfiladeiro (exceto quando estar com um guia oficial ou grupo de turistas acompanhados por guias); - Caçar (exceto quando autorizado); - Pastoreio de gado;
Wildlife Management Area (Área de manejo da vida selvagem)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação da vida selvagem; - Usufruto das comunidades; 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso dos recursos naturais; - Ocupação/Residência humana; 	-----

Fonte: Quadro criado a partir de informações da UNITED REPUBLIC OF TANZANIA (1959; 1975; 1974; 1979; 1997; 1994; 1997; 2002; 2003; 2009; 2013) e ZANZIBAR (1996).

A inclusão das comunidades tradicionais garantida pela legislação que instituem as categorias descritas no Quadro 7, não garante uma convivência harmoniosa devido a diversos interesses em jogo e diferentes modos de concepção e uso dos recursos. Deste modo, os processos de participação e de acesso e uso de recursos nem sempre é pacífico. Muitas vezes são conflitivos, quer pelas proibições e restrições impostas pela gestão das unidades, quer pelo processo de sobreposição arbitrária de territórios, ou ainda pelo conflito entre humanos e animais selvagens.

Os diferentes conflitos de interesses também se estendem entre humanos e animais devido a invasão das plantações ou depredação de gado pelos animais selvagens. Sobre esse problema, o *The Wildlife Act de 2013* estabelece como forma de colaboração para a mitigação dos conflitos no seu parágrafo 31 da Parte VIII, que os guarda auxiliem as comunidades no manejo e controle de animais selvagens problemáticos (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2013). O modelo/corrente o ambientalismo adotado no processo de implementação das áreas protegidas, aliadas às formas de gestão e às realidades das mesmas onde serão efetivadas, são fatores importantes para a leitura dos conflitos eminentes.

2.3 Correntes do ambientalismo e áreas protegidas

A criação das áreas protegidas como políticas de conservação ambiental esteve intimamente ligada ao preservacionismo, uma das correntes hegemônicas do ambientalismo ocidental. O Parque Nacional de Yellowstone, se tornou a principal referência dos fundamentos do preservacionismo norte-americano que se tornou hegemônico no campo ambiental. Criou-se todo um conjunto de conceitos, técnicas e formas de gestão adequados para a organização e administração das áreas protegidas implementadas, de modo que estas seguissem os parâmetros que a corrente almeja como um fim. Os fins podem variar, podendo eles ser de caráter econômico, acadêmico-científico ou mitigatório.

Deste modo, compreender os movimentos ideológicos e conceituais que sustentam a criação das áreas protegidas se torna importante, na medida em que permite compreender as estratégias que legitimam as ações desenvolvidas sobre esses territórios e a tradição ambiental que os antecede e influencia as produções científicas e as críticas na contemporaneidade.

Todas essas dinâmicas se dão no campo ambiental. O campo ambiental é definido como “um espaço narrativo organizado em um campo de relações sociais (...) materiais, institucionais e simbólicas em torno da preocupação ambiental (CARVALHO, 2005, p.1-3)”. Para melhor explicar as dinâmicas do campo ambiental, Isabel de Carvalho (2001) propõe a divisão do campo ambiental em duas dimensões importantes que se influenciam entre si: movimento da tradição e o movimento dos intérpretes. A autora caracteriza a primeira como sendo uma dimensão instituída e mais estruturada, envolvendo movimentos ecológicos etc., enquanto a segunda dimensão envolve o sujeito ecológico (intérprete).

Neste tópico sobre os conflitos ambientais e áreas protegidas debruçaremos na primeira dimensão, em específico no movimento ecológico. Juan Martínez-Alier (2007) explica que a expansão do movimento ecológico esteve condicionada ao crescimento econômico, embora a oposição ao crescimento não seja um consenso unânime entre os adeptos do movimento.

A evolução histórica do movimento ecológico¹² passa por três correntes descritas e caracterizadas por Juan Martínez-Alier (2007) e António Carlos Diegues (2008c). A primeira, o “culto ao silvestre”, é caracterizado por Alier como sendo uma corrente que celebra a sacralidade da natureza no seu estado puro. O surgimento desta corrente está estritamente ligado a fins estéticos e românticos, tendo como objetivo preservar a natureza pura e frear o desenvolvimento ancorado no ideal de crescimento econômico (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; DIEGUES, 2008c).

Contrário à visão materialista, o “Culto a vida silvestre” propõe a defesa das reservas naturais sem a presença humana como sua principal proposta política. Analisando a relação entre homem e natureza proposto pela corrente, torna-se evidente a existência de uma visão biocêntrica que compreende o mundo natural como uma comunidade onde o homem é pertencente, assim como outros seres vivos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Estruturado em 1960, a Biologia da Conservação se tornou no principal suporte científico do “Culto a vida silvestre”. E as Ong’s conservacionistas se tornaram nos principais

¹² O principal ponto de distinção entre o movimento da conservação e o movimento ecológico é de que este último não se restringe apenas na conservação. O movimento ecologista se organizou enquanto um movimento social crítico que almejava transformar a sociedade (MARTINEZ-ALIER, 2007). Apesar dessa diferença, Carvalho (2005) argumenta que a visão ética que entende a natureza como portadora de direitos por si mesma, além de sua utilidade para os humanos, permanece como elemento de continuidade entre estes dois movimentos dentro do campo ambiental.

difusores dessa corrente através da transposição de modelos de parques nacionais norte-americanos para outros países (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Algumas dessas organizações se destacam pela sua relevância no assunto, a exemplo da World Wildlife Fund (WWF), da Nature Conservancy (TNC), da Conservation International (CI) e Internacional Union for the Conservation of Nature (IUCN) (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; DIEGUES, 2008).

A exportação do modelo estadunidense de áreas de conservação para países do “terceiro mundo” trouxe uma série de problemas sociais, políticos e econômicos agrupados por Diegues em três conjuntos: aqueles que envolvem os tipos e as características das áreas protegidas desabitadas; os que se referem aos impactos político-territoriais e fundiários originados a partir da implementação dos parques; e os de caráter social e étnico associados às expulsões das populações tradicionais e étnicas (DIEGUES, 2008c).

Para melhor explicar a influência dos tipos de áreas protegidas, Diegues (2008c) aponta a existência de duas visões sobre a conservação nos Estados Unidos durante o século XIX. A visão Preservacionista, assim como a corrente do “culto a vida silvestre”, defende o uso da natureza para fins estéticos e espirituais. Ela intenciona proteger a natureza perante os avanços do desenvolvimento urbano-industrial, mantendo a natureza em seu estado primitivo, intacto e selvagem (*wilderness*) (DIEGUES, 2008c).

Tendo como seu principal teórico o naturalista americano John Muir, o preservacionismo teve apoio científico da História Natural (em particular a Teoria da Evolução) e da teoria do biocentrismo que contraria a ideia de controle e domínio da natureza pelo homem (DIEGUES, 2008c). Fato esse que sustenta o que Diegues (2008c) chama de “Mito da natureza intocada”. O “Mito da natureza intocada” diz respeito, a todo um conjunto de representações criadas e projetadas a partir de um ideal de natureza intacta e sem interferência humana, tendo como pano de fundo a reverência a uma natureza anterior a existência humana (DIEGUES, 2008c).

Nessa perspectiva, desenha-se um quadro antagônico entre a conservação da natureza e seres humanos, onde estes últimos são considerados principais inviabilizadores da conservação, e daí a necessidade de apartar os dois (DIEGUES, 2008c). Por outro lado, a segunda corrente, a conservacionista, defende o uso racional dos recursos naturais de modo

a garantir a sua disponibilidade e durabilidade para a geração vindoura (DIEGUES, 2008c)¹³. Seu principal idealizador, o engenheiro florestal Gifford Pinchot, defendia que o uso racional dos recursos naturais pode ser visto nos três princípios desta corrente ambientalista:

“A grande aceitação desse enfoque reside na ideia de que se deve procurar o maior bem para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não-renováveis, assegurando a produção máxima sustentável (DIEGUES, 2008c, p. 31)”.

Pode-se notar que nos princípios estabelecidos por Pinchot, existe uma preocupação com a mercantilização da natureza, porém a técnica é tida como aliada para a superação desses problemas visando garantir a viabilidade do desenvolvimento. Desse modo, torna-se evidente que a relação homem/natureza aqui é concebida a partir de uma concepção antropocêntrica, onde o homem tem direitos de posse sobre a natureza concebida como sua dicotomia (DIEGUES, 2008c).

Na mesma linha do debate, a segunda corrente assinalada por Martínez-Alier (2007) converge com a caracterização proposta por Diegues (2008) sobre a corrente conservacionista. Como afirma Martínez-Alier (2007), o “evangelho da eficiência” ocupa a segunda posição dentro do movimento ecológico. A atribuição dessa nomenclatura se deve a uma referência ao termo “evangelho da eficiência” utilizado pelo Samuel Hays para descrever o “Movimento Progressista pela Conservação” estadunidense (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 27). Martínez-Alier (2007) explica que esta concepção teve apoio de engenheiros e economistas, e se encontra fortemente ancorada no utilitarismo e na eficiência a partir de uma gestão científica dos recursos naturais, prezando sempre pelo proveito econômico que a natureza pode propiciar.

A economia se torna o cerne do debate nessa corrente, sendo traduzida na ideia de crescimento econômico que tem agora no desenvolvimento sustentável, seu principal meio de continuidade. Acrescenta-se a recomendação de melhor racionar o uso dos recursos e a confiança na capacidade de prever e mitigar os danos através da “Modernização ecológica”, tido como um mecanismo eficaz na “regulação”¹⁴ do desenvolvimento (MARTÍNEZ-

¹³ Diegues (2008c) explica que essa noção da conservação criou raízes necessárias para o desenvolvimento sustentável posteriormente.

¹⁴ Grifo do autor.

ALIER, 2007). O atual debate do “evangelho da ecoficiência” nos Estados Unidos e países europeus gira em torno das chamadas “Curvas Ambientais de Kuznets” originadas pelos empreendimentos. E são elas:

“[...] aumento da contaminação, mas no final conduz a sua redução; o “desenvolvimento sustentável”, interpretado como crescimento econômico sustentável; a busca de soluções de “ganhos econômicos e ganhos ecológicos”-win-win -, e a “modernização ecológica”, terminologia inventada por Martin Jaenicke (1993) e por Arthur Mol (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 28)”.

Consequentemente, essa corrente se converte numa arma de mediação entre o desenvolvimento e a lida “sustentável” com todos os seus efeitos negativos através da técnica. Sendo assim, ela se converteu numa pauta a serviço das empresas, tornando-se uma justificativa para legitimar projetos desenvolvimentistas (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

O preservacionismo e conservacionismo constituem o paradigma da “Modernização Ecológica” (JAENICKE & MOL, 1993) em oposição a corrente socioambientalista, também denominada por Alier (2007) como “Ecologismo dos pobres”, configurando o paradigma da “Justiça Ambiental”. O paradigma da justiça Ambiental surge dentro de um contexto de reivindicações de determinados grupos sociais por justiça social nos Estados Unidos. Sob a influência do movimento dos direitos civis norte-americanos liderado por Martin Luther King, o “Movimento pela Justiça Ambiental” estadunidense consolidado em 1980, almejava combater o racismo ambiental visível através da desigualdade na exposição de determinados grupos, em especial a população negra, a riscos ambientais (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

A diferença entre o “Movimento da Justiça Ambiental” e o “Ecologismo dos Pobres”, é de que este último abrange países do terceiro mundo e estende a sua atuação para populações pobres e vítimas de impactos ambientais gerados pelo sistema capitalista (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Formando uma mesma corrente, estes dois se debruçam sobre os impactos ambientais resultantes de conflitos ecológicos distributivos¹⁵, como salienta Alier. Deste modo, o autor enfatiza que:

¹⁵ Os conflitos ecológicos distributivos são o principal objeto de estudos da Ecologia Política. Segundo Martínez-Alier (2007, p.114), eles são lidos por alguns economistas como “externalidades” ou “falhas do mercado” de forma a camuflar a intencionalidade da transferência dos custos enquanto um fim como bem apontado pelos economistas ecológicos. Deste modo, os conflitos ecológicos seriam “conflitos pelos recursos ou serviços ambientais, comercializados ou não (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 110)”.

“O movimento pela justiça ambiental, o ecologismo popular, o ecologismo dos pobres, nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. Os exemplos são os conflitos pelo uso da água, pelo acesso às florestas, a respeito das cargas de contaminação e o comércio ecológico desigual, questões estudadas pela ecologia política (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p.39)”.

O movimento é resultado de uma ação de protesto empreendido pelas vítimas como forma de defender seus modos de vida. Em prol disso, existe uma defesa da incapacidade das técnicas em gerenciar outras dimensões dos danos causados pelo desenvolvimento econômico, principalmente os de cunho social, político, e inclusive ambiental (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Estes protestam criando seus próprios mecanismos de defesa e luta, através de reivindicações dos direitos territoriais e recursos naturais como garantias da sua subsistência (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Ou seja, esta corrente não considera a natureza separada dos homens.

Contrariamente ao “Mito da natureza intocada” discutido anteriormente, a concepção do “Mito bioantropomórfico” criado por Edgar Morin (1991) é central nesta terceira corrente (DIEGUES, 2008c, p.55). Esse mito consiste na interpretação do mundo natural como domesticado pelo homem, ou seja, ela defende que mundo selvagem e intocado não existe, porque ele já sofreu manejo dos seres humanos (DIEGUES, 2008c). A natureza é domesticada por populações que não dissociam a natureza de sua cultura, a exemplo das populações indígenas, grupos étnicos, ribeirinhos, extrativistas, etc. (DIEGUES, 2008c).

A multiplicidade de percepções, e de mitos coexistentes e contrastantes sobre a natureza e sua utilidade (ou não) para os humanos, mostra a diversidade e a dinâmica conflitiva que envolve o campo ambiental enquanto uma especificidade do “Campo Social”¹⁶ (CARVALHO, 2001). A coexistência de diferentes *mitos* (DIEGUES, 2008c), *tradições* (CARVALHO, 2001), *sensibilidades* (THOMAS, 1989) ou *habitus*¹⁷ (BOURDIEU, 2007), assim como a sua imposição, cria brechas para a materialização dos conflitos.

¹⁶ A definição do Campo Social aqui utilizada diz respeito ao “(...) universo onde as formulações éticas encontram legitimidade e a partir do qual podem exercer suas pretensões de universalidade, disputando reconhecimento para além do seu campo específico (CARVALHO, 2001, p.60)”.

¹⁷ Segundo Pierre Bourdieu (2004), o “*habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em consequência, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social (BOURDIEU, 2004, p.158)”.

Pois, as disputas relacionadas às percepções sobre como viver e usufruir da natureza se dão em torno da legitimação das racionalidades e dos ideais éticos de natureza como um bem, *ethos* que constituiu o campo ambiental (CARVALHO, 2001). Essas diferentes percepções ou *sensibilidades*, assim chamadas por Keith Thomas (1989), estão em jogo o tempo todo dentro do campo ambiental pela sua legitimação.

2.4 (Novas) Sensibilidades e tradições do campo ambiental

O estudo feito por Thomas (1989) sobre as mudanças de atitude do homem perante a natureza na Inglaterra durante o século XVIII, revelou o nascimento de novas *sensibilidades*. Como afirma Thomas (1989), as *sensibilidades* são reflexos do incômodo causado pelo processo modernizador/civilizatório marcado pelos ideais de progresso. Em outras palavras, a noção de *sensibilidades* aqui utilizada diz respeito aos efeitos de uma série de acontecimentos e mudanças sociais que desenvolveram sentimentos ou percepções estéticas e morais (THOMAS, 1989).

A industrialização e o domínio da natureza, introduzidos como principais viabilizadores desse progresso, começam a ser questionados após a evidência dos seus impactos poluitivos e degradantes nas cidades e no meio ambiente (THOMAS, 1989; CARVALHO, 2001). Como consequência, houve uma mudança de sensibilidades motivada por diversos fatores como: o crescimento das cidades e da poluição industrial ocasionando uma revalorização do campo; apreciação de paisagens naturais não dominadas diante da crescente domesticação e padronização das paisagens pela agricultura; estímulo a proteção de espécies selvagens em ambientes nativos após a diminuição da ameaça dos animais selvagens; pressão pela adequação das necessidades físicas com as novas exigências em defesa da natureza (THOMAS, 1989).

Torna-se visível a grande influência das experiências urbanas sobre o meio ambiente na mudança das sensibilidades. Tanto na Inglaterra no século XVIII, bem como nos EUA com a ideia do *wilderness* durante o século XIX (CARVALHO, 2001), a influência da percepção urbana contribuiu muito no entendimento da natureza e de sua relação com o homem.

Segundo Thomas (1989), as sensibilidades floresciam em contraposição aos valores pregados pela sociedade inglesa do século XVIII, ressaltando a demanda por uma valorização estética, bem como a propagação de um sentimentalismo moralista em relação aos animais. Não se pode esquecer da importância do romantismo e sua relevância para a sensibilidade estética, e nem tampouco da religião como um dos principais influenciadores da sensibilidade estética e moral, onde a natureza selvagem servia como fonte de renovação espiritual. Além desse aspecto, a religião também se constituiu no principal difusor do imaginário da natureza como um paraíso terrestre repleto de virtude, um “lugar mais virtuoso que a cidade (THOMAS, 1989, p. 353)”.

É de se notar que existe uma série de interesses privados de um reduzido segmento populacional sendo colocados na esfera pública como pauta. Para Carvalho (2001), as novas *sensibilidades* podem ser consideradas também como “parte do mundo dos sentimentos e valores privados do indivíduo burguês que tendiam a generalizar-se num *ethos* público”, embora elas não se limitem a classe (CARVALHO, 2001, p. 76).

Existiram uma série de sujeitos e grupos que influenciaram na mudança de *sensibilidades* no início do século XVIII, principalmente naturalistas, botânicos, românticos, teólogos etc. De acordo com Carvalho (2001), a criação dos parques, santuários ecológicos, reservas etc., foram a concretização das demandas dessas sensibilidades subjetivas que se universalizaram e fazem parte de tradições históricas de longa duração.

A eminência de um conflito entre as novas *sensibilidades* e os preservacionistas durante o século XVIII, já denotava a dificuldade em conciliar a preservação da natureza e o seu usufruto enquanto um bem útil para a produção e consumo (THOMAS, 1989). A natureza aqui se encontra separada da sociedade e de todas as relações sociais a qual ela está interligada, assim como o privado do público e subjetivo do objetivo (ZHOURI *et al.*, 2005).

No entanto, no século XX e XXI a aliança entre a conservação e a apropriação utilitária da natureza tem se constituído enquanto visão hegemônica imposta no campo ambiental a partir do “Paradigma da Modernização Ecológica” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007), também denominado por Carneiro (2005) de “Jogo da Mitigação” e Zhouri *et al.* (2005) de “Paradigma da Adequação Ambiental”. Tal paradigma têm em seus mecanismos de mitigação, conciliação e compensação modos eficazes de viabilização do crescimento

econômico fundamentado na exploração e apropriação dos recursos naturais, através da ideologia do “Desenvolvimento Sustentável” (ZHOURI *et al.*, 2005).

Segundo Carneiro (2005, p.27), o “Desenvolvimento Sustentável” introduzida pelo *Relatório de Brundtland*, destaca a necessidade de uma compatibilização entre o desenvolvimento econômico, a conservação da natureza, e a justiça social. Com a universalização do “Desenvolvimento sustentável”, convertendo-se assim numa “doxa da questão ambiental”, houve um processo de “administração científica” dessa conciliação (CARNEIRO, 2005, p. 41).

Este processo também implicou uma redefinição do campo ambiental onde a natureza se converteu, de acordo com Zhouri *et al.* (2005, p. 15), numa “variável” ou “externalidade” isolada e passível de ser governada através de uma gestão que prioriza a garantia do almejado desenvolvimento. Essa gestão não se limita apenas sobre a natureza, mas se estende sob formas de capacitação e treinamento para outros atores sociais, quer civis, entidades governamentais, não-governamentais e entidades privadas (ZHOURI *et al.*, 2005).

Dentro dessa ótica, a negociação se tornou numa máxima e o consenso o principal alvo para a mediação de conflitos (ZHOURI *et al.*, 2005). A partir dessa premissa, a recorrência a uma “especialidade técnica” ou qualificação científica em área ambiental se tornaram requisitos para legitimação do debate e da mediação dentro do campo ambiental, como bem mostra Carneiro:

“Essa doxa, consenso tácito e inconsciente sobre um silêncio, define os limites do problematizável, estimulando a formação de concepções, demandas e engajamentos que se mantenham dentro de um jogo de regras e resultados pré-definidos. As lutas sociais pela apropriação das condições naturais são então reduzidas a discussão - entre interlocutores (cientistas, jornalistas, acadêmicos, ambientalistas, técnicos, burocratas ONGs etc.) que se consideram “legítimos” e “responsáveis” – em torno dos múltiplos usos das condições naturais, discussões em que cada agente evoca a noção de desenvolvimento sustentável para caucionar o seu posicionamento (CARNEIRO, 2005, p.41- 42)”.

Obedecendo a essa lógica, conseqüentemente as populações nativas perdem a legitimidade de se fazerem ouvir e decidir sobre o futuro de seus territórios. As leituras que não se adequam aos padrões técnico-científicos são marginalizadas, dando lugar à técnica como alternativa viável para o alcance da sustentabilidade (ZHOURI *et al.*, 2005). Mesmo quando inseridos, como supostamente demanda a ideologia do desenvolvimento sustentável,

as populações envolvidas se deparam com um espaço dominado por linguagens técnicas e científicas, dificultando cada vez mais sua participação (CARNEIRO, 2005).

Existe toda uma reconfiguração do campo ambiental com a introdução da ideologia do desenvolvimento sustentável, onde a pressão pela “adaptação” dos diferentes agentes sociais se torna imprescindível (CARNEIRO, 2005). A introdução de novos conceitos é um outro ponto que vai marcar esse rearranjo imposto pelo desenvolvimento sustentável, onde a técnica é superestimada. E nem as políticas estatais reguladoras escapam a essa regra. A eficiência técnica na gestão dos recursos defendida pela “Modernização ecológica”, pela “Adequação Ambiental” e pelo “Jogo da Mitigação” vai se inserir num contexto mais amplo, enquanto principal instrumento de compensação e amenização da degradação ambiental (ZHOURI *et al.*, 2005; CARNEIRO, 2005; MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

A criação de áreas protegidas é também mobilizada como um dos instrumentos de mitigação, além do investimento no aprimoramento de técnicas de “menor” impacto ambiental. Em fator disso, são criados novos arcabouços jurídicos para a implementação e administração desses novos territórios destinados a conservação. Mesmo com as regras delimitadas a nível formal, a eminência de conflitos sempre esteve presente porque as diferentes éticas e racionalidades que orientam como se deve apropriar material e simbolicamente do ambiente e território já ocupados, agora sobreposto e administrado, não são compatíveis (CARVALHO, 2001).

Fato esse que abre margem para conflitos e/ou negociações. A depender dos modelos de parques a serem instituídos e no lugar onde será implementado, a situação se aprofunda ainda mais, porque as visões de mundo não são compatíveis. E em casos como a importação de modelos de parques dos países do Norte para os do Sul, torna-se evidente que existem grandes diferenças culturais, econômicas e sociais (ZHOURI *et al.*, 2005).

Carvalho (2001) afirma que é em torno desses enfrentamentos entre éticas e racionalidades convergentes, que disputam a organização e a forma como a sociedade usufrui e constrói socialmente o cuidado com a natureza, que o campo ambiental se consolida. A formulação e reformulação das dinâmicas do campo ambiental mostram a existência de uma tradição ambiental que se alicerça em “experiências históricas de aproximação e valorização da natureza, mas também de temor e afã da nominação (CARVALHO, 2001, p.63)”.

As experiências históricas influenciam os presentes na medida que podem servir de modelos passíveis de serem retomados, reformulados ou refutados no presente. Isto é um indício de que dentro do campo ambiental não existe passividade, mas sim uma intensa disputa pelo poder simbólico de nominar e dar sentido (CARVALHO, 2001). Por isso Carvalho defende que:

“[...] no campo ambiental vão se produzir uma visão de mundo, um circuito de produção de conhecimento, um espaço de comunicação, e uma arena de ação. [...] Neste sentido, o campo ambiental ele próprio poderia ser visto como fenômeno posicionado, enquanto uma consciência histórica particular, dentro de um horizonte histórico que o ultrapassa. [...] poderíamos traduzir a organização deste campo social como um processo de invenção do ambiental e de seu correlato, o sujeito ecológico (CARVALHO, 2001, p.61-62)”.

A dimensão da tradição que envolve tudo o que o campo ambiental permite vai além de uma construção social do ambiental, como relatado pela autora. Isso acontece porque o campo ambiental é caracterizado por uma série de “relações sociais, materiais, institucionais e simbólicas em torno da preocupação ambiental (CARVALHO, 2005, p.1)”.

A importância da tradição também se verifica na leitura e narrativa que o intérprete do campo ambiental, o “sujeito ecológico”, faz uma vez que ele abrange um longo período de tempo e vivências atuais (CARVALHO, 2005, p. 5). Esse intérprete do campo ambiental seria um “tipo ideal” que reivindica e constrói/inventa para si mesmo, uma identidade em paralelo com as aspirações da sociedade em que vive (CARVALHO, 2001, p.84). O “sujeito ecológico” constrói leituras do que interpreta. Essa multiplicidade e confluência de pontos de vista é típico do campo ambiental, onde as sensibilidades privadas influenciam as dinâmicas e o entendimento das dinâmicas do campo.

2.5 Conflitos Ambientais Territoriais

Os intérpretes do campo ambiental não têm um consenso sobre os motivos que originam os conflitos ambientais. Estes ganham diferentes definições dependendo das percepções e perspectivas dos diversos sujeitos ecológicos que estão problematizando e interpretando o campo ambiental. No entanto, no presente tópico debruçaremos nas abordagens feitas por Acselrad (2004), Zhouri e Laschefski (2010).

Henry Acselrad (2004) acredita que associar os conflitos ambientais necessariamente a escassez dos recursos naturais acarreta uma abordagem superficial e um esvaziamento do debate político. O que complementa a visão de Zhouri e Laschefski (2010) quando defendem que o surgimento dos conflitos ambientais tem diferentes motivos, não se limitando a apropriação material. Para esses autores, os conflitos ambientais são originados por distintos atos de “(...) apropriação técnica, social e cultural do mundo material (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p.17)”.

Além da efetivação física da apropriação e a reação dos diferentes grupos sociais perante a ameaça da continuidade dos seus modos de existir e viver, os conflitos ambientais já ganham corpo desde momentos iniciais da gestação de projetos de caráter territorial ou espacial, e em debates acadêmico-científicos e políticos acerca dos diferentes modos de apropriação do mundo material (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

É também apontada por Acselrad (2004) a necessidade de uma análise dos conflitos ambientais em espaços onde se dão os processos de apropriação material e simbólica, uma vez que são neles onde se travam as lutas sociais, políticas, econômicas e simbólicas por distribuição de poder. Ou seja, o meio ambiente é interpretado como um campo disputado no âmbito simbólico e material (ACSELRAD, 2004). Essa visão pode ser constatada na definição que Acselrad dá sobre os conflitos ambientais:

“Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc (ACSELRAD, 2004, p.16)”.

Diferentemente da definição de Henri, Zhouri e Laschefski (2010) se aprofundam mais explorando os diversos tipos de conflitos ambientais. Deste modo, os dois autores distinguem três tipos de conflitos: conflitos ambientais distributivos, conflitos ambientais espaciais e conflitos ambientais territoriais (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Os conflitos ambientais territoriais são definidos como aqueles que se originam da má distribuição dos recursos naturais, e as desigualdades sociais são tidas como principais

condicionantes para o acesso aos recursos da natureza (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Este tipo de conflito esteve em constante debate internacional, principalmente na ONU, devido ao desigual consumo das matérias-primas entre o Norte e o Sul impulsionado pelo atual modelo desenvolvimentista (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Fato esse que resultou em críticas e proposição de soluções, a exemplo dos conceitos de “Pegada ecológica” de Wackernagel e Rees (1996), de “Dívida ecológica” de Martínez-Alier (1999) que evidenciam a dependência dos países do Sul pelo Norte, ou até de “Modernização ecológica” que propõe alternativas técnicas para evitar e resolver problemas ambientais sem, no entanto, questionar o modelo de desenvolvimento fundamentado no capitalismo e os modos de produção deste (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p. 19).

O segundo tipo, conflitos ambientais espaciais, diz respeito aos conflitos gerados quando impactos ambientais negativos adentram em territórios de grupos sociais (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Conforme as descrições dos autores, grandes desastres ambientais como a chuva ácida, o acidente de Bhopal e o caso da Chernobil, influenciaram os movimentos ambientalistas de 1970 e 1980 (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Dentre eles, destaca-se o movimento pela Justiça ambiental que luta contra a desigual distribuição espacial de danos ambientais.

Por último, os conflitos ambientais territoriais são aqueles que derivam de uma sobreposição de territórios de um determinado grupo social sobre o outro. Para Zhouri e Laschefski (2010):

“[...] os conflitos ambientais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial – por exemplo, área para a implementação de uma hidrelétrica *versus* territorialidades da população afetada (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p. 23)”.

Assim como a hidrelétrica exemplificada na citação, a implementação autoritária das áreas protegidas é um exemplo de sobreposição de territórios que tem como justificativa a conservação da natureza, foco principal do presente projeto de pesquisa. Assim sendo, as disputas por um mesmo recorte espacial vão se dar entre grupos sociais com modos distintos de apropriação da natureza e de produção de território (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). O fator identitário e cultural também constituem um diferencial significativo para a reafirmação e reivindicação de pertença ao território, uma vez que a base territorial é a

garantia de continuidade de reprodução dos modos de vida dos grupos (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Os conflitos ambientais podem se sobrepor com a possibilidade de causar efeitos semelhantes a outros tipos de conflitos, o que significa que os mesmos conflitos podem provocar “dinâmicas que são ao mesmo tempo espaciais, distributivas e territoriais (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p.26)”. Baseados no tipo ideal Weberiano, chaves interpretativas a partir da qual Weber procurava compreender as engrenagens que alimentam a racionalidade capitalista ocidental (MORAES *et al.*, 2003), os tipos de conflitos ambientais propostos por Zhouri e Laschefski (2010) têm como objetivo auxiliar as análises dos conflitos através do estabelecimento de conexões das causas e efeitos dos mesmos, visando assim a sua compreensão e busca de soluções viáveis.

De modo geral, os conflitos ambientais têm sido apontados como consequências do desenvolvimento, que a partir da dinâmica capitalista continua criando tensões entre a economia, a natureza e a conservação da mesma. Portanto, as tipologias e categorias interpretativas se tornam importantes para essa pesquisa, pois vão nos permitir analisar os estudos produzidos e suas abordagens teóricas e metodológicas utilizadas para discutir e problematizar conflitos ambientais territoriais resultantes da implementação de áreas protegidas.

3. CAPÍTULO 2: Análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais no Brasil

Esse capítulo é dedicado a apresentação e análise dos resultados referentes aos artigos publicados sobre as unidades de conservação no Brasil.

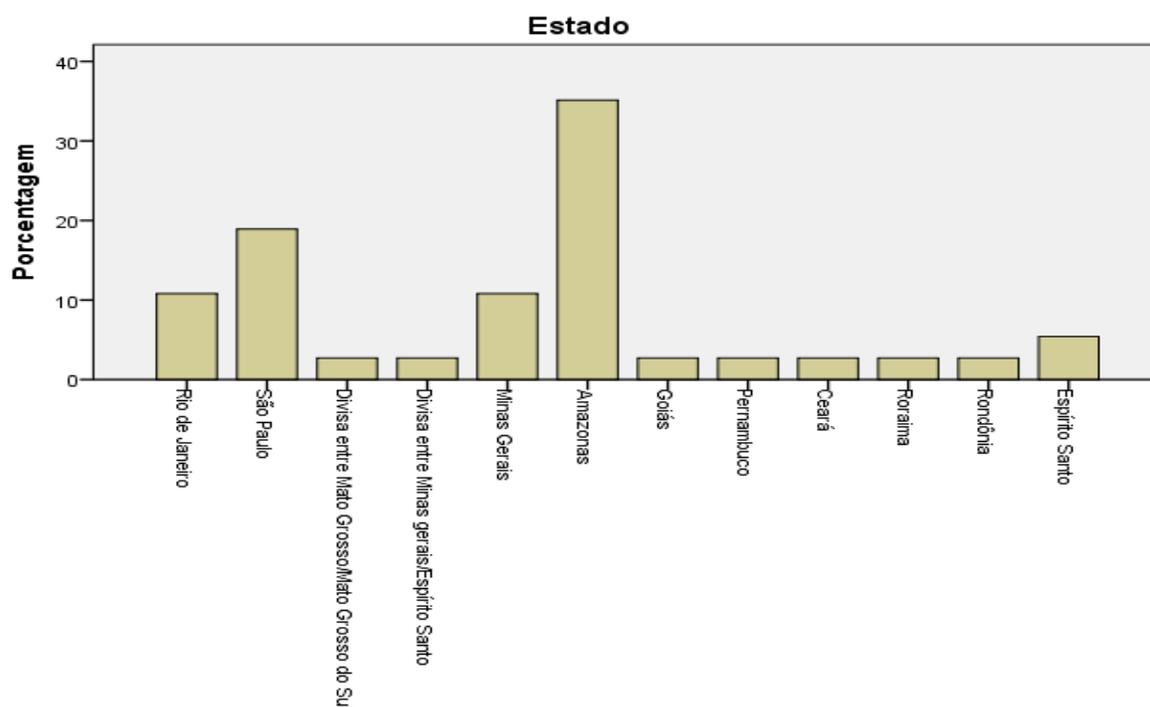
3.1 Localização geográfica ou estado da unidade de estudada

Os trabalhos selecionados tiveram maiores frequências nas unidades de conservação situados nos estados de Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em termos percentuais, destaca-se o estado de Amazonas com 35,1% das unidades estudadas, o estado de São Paulo com 18,9%, o estado de Rio de Janeiro com 10,8% e Minas Gerais com 10,8%.

Como pode-se ver no Gráfico 1, 5,4% das unidades estão localizadas no estado de Espírito-Santo, 2,7% das unidades estão situados na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, do mesmo modo, temos outros 2,7% das unidades de conservação localizados na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. O restante dos estados, Goiás, Pernambuco, Ceará, Roraima e Rondônia, tiveram cada um 2,7% das unidades para cada um.

Pode-se notar que existe uma maior concentração das unidades de conservação estudadas na região Norte com o estado de Amazonas que teve um destaque expressivo entre os demais estados. Houve também um destaque para a região sudeste do país com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Gráfico 1: Localização geográfica das unidades de conservação estudadas



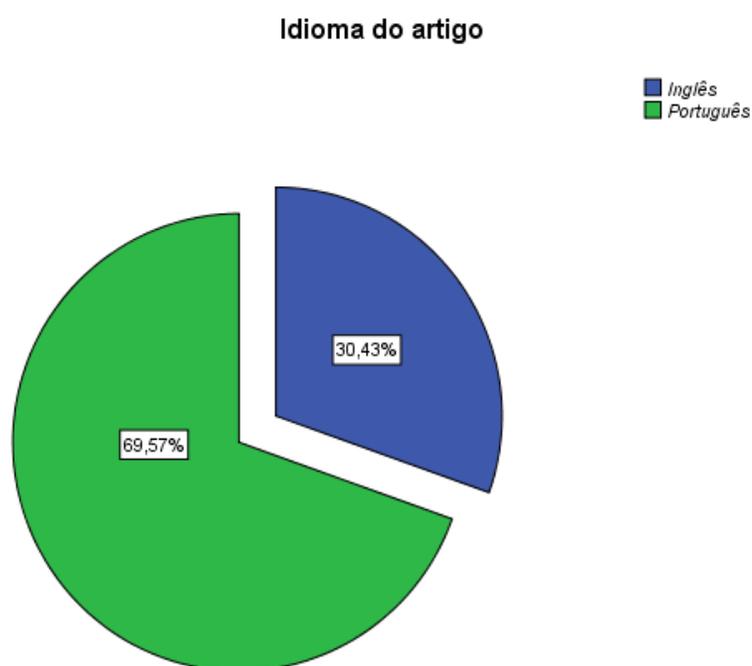
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.2 Idioma dos artigos selecionados

No que diz respeito ao idioma, o Gráfico 2 mostra que 69,57% dos artigos selecionados sobre conflitos em áreas protegidas brasileiras foram redigidos em português e 30,43% em inglês. Uma possível explicação para essa percentagem significativa do inglês

pode ser devido a algumas revistas brasileiras disponibilizarem publicações em português e inglês nas suas plataformas. Por exemplo, algumas revistas como a Holos (presente no Gráfico 5) aceitam trabalhos em línguas inglesa, espanhola e português.

Gráfico 2: Idioma dos artigos

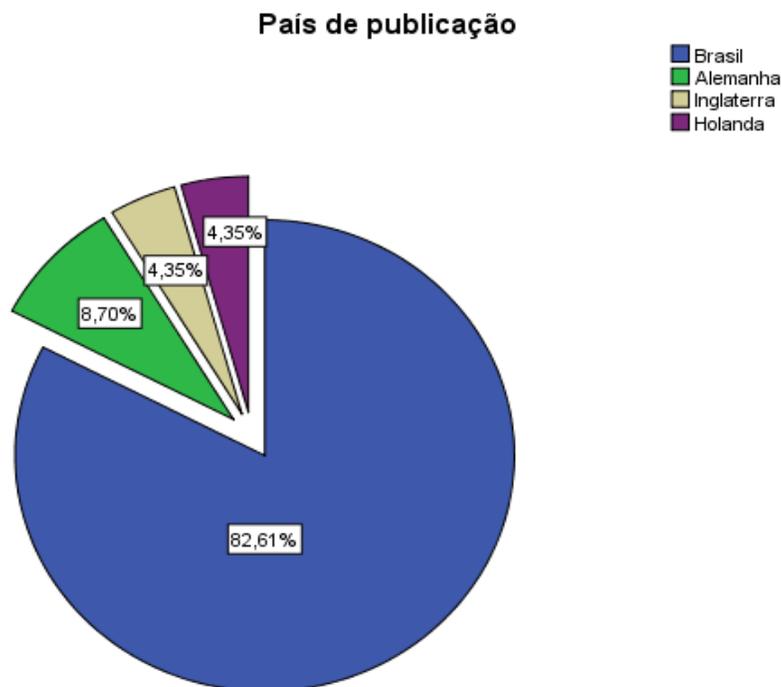


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.3 País de publicação

A maioria dos trabalhos selecionados foram publicados no Brasil, registrando um percentual de 82,61%, seguido da Alemanha com a segunda maior percentagem de 8,70% das publicações. A Holanda e a Inglaterra tiveram a mesma percentagem em relação às publicações nos países, um total de 3,35% para cada país como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3: País onde o artigo foi publicado



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.4 Ano de publicação

Os trabalhos coletados sobre o Brasil foram publicados a partir de 2003. Tivemos um percentual de 4,3% de artigos publicados para os anos de 2003 e 2004. Houve um vazio entre os anos de 2005 até 2007 porque não foram filtrados trabalhos nesse intervalo de anos. Nos dois anos seguintes, 2008 e 2009, houve um aumento para 8,7% dos artigos publicados em cada ano. Não foram selecionados trabalhos publicados em 2010, motivo pela qual houve um vazio em relação a esse ano.

Os anos de 2011, 2012 e 2013 tiveram para cada um 4,3% de artigos publicados nas revistas. Por sua vez, houve 8,7% de artigos publicados em cada ano de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019. Em termos comparativos, 2018 foi o ano com maior publicação dos documentos coletados, esse ano teve um total de 17,4% de artigos publicados, um percentual duas vezes maior que o segundo maior percentual de publicação por ano (8,7%).

Gráfico 4: Anos de publicação dos artigos nas revistas.

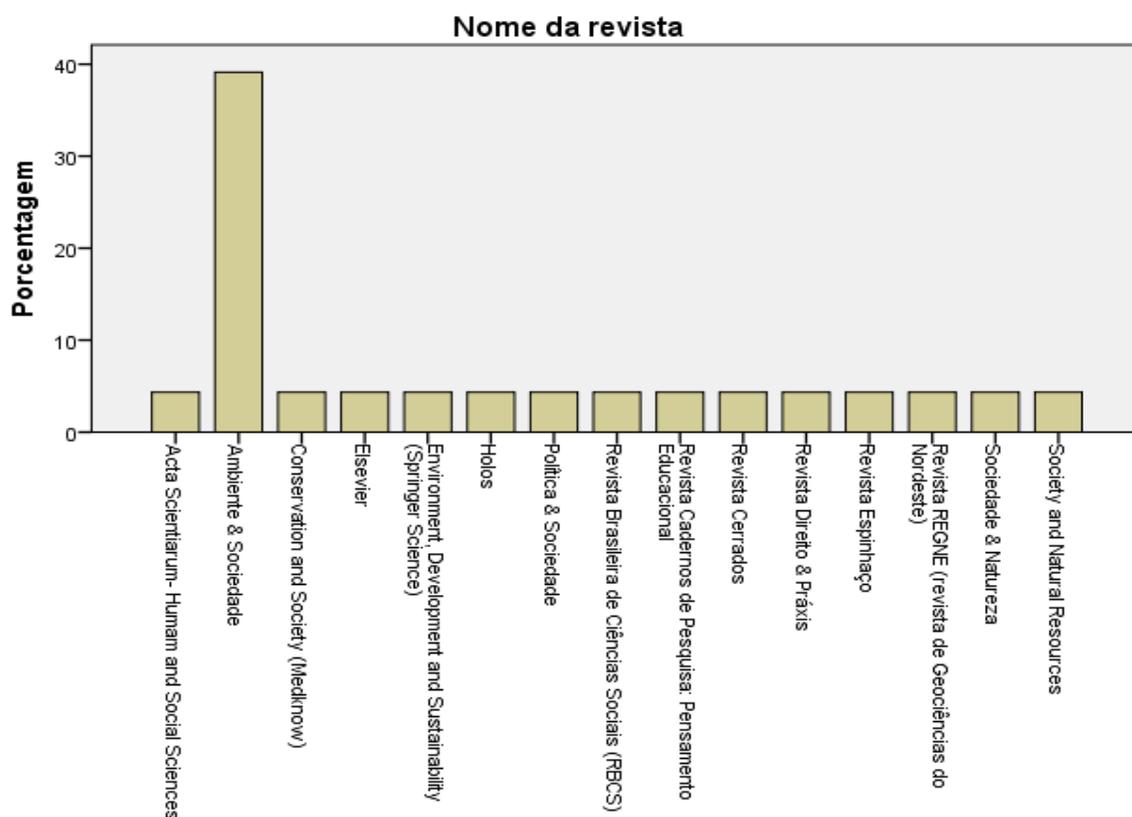


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.5 Revistas onde os trabalhos foram publicados

A revista com o maior número de trabalhos publicados é a Revista Ambiente & Sociedade que soma um total de 39,1% de artigos publicados. As outras revistas tiveram 4,3% de artigos publicados para cada uma, nomeadamente: *Acta Scientiarum- Humam and Social Sciences*, *Conservation and Society (Medknow)*, *Environmental Science & Policy (Elsevier)*, *Environment, Development and Sustainability (Springer Science)*, *Holos*, *Política & Sociedade*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, *Revista Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, *Revista Cerrados*, *Revista Direito & Práxis*, *Revista Espinhaço*, *Revista REGNE (Revista de Geociências do Nordeste)*, e *Sociedade & Natureza e Society and Natural Resources*.

As revistas são na sua maioria interdisciplinares e multidisciplinares. As áreas de publicação variam e perpassam em diferentes áreas como Ciências Biológicas e Ambientais, Ciências Sociais (Aplicadas), Ciências humanas, Políticas ambientais, justiça, Educação.

Gráfico 5: Revistas onde os artigos foram publicados

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

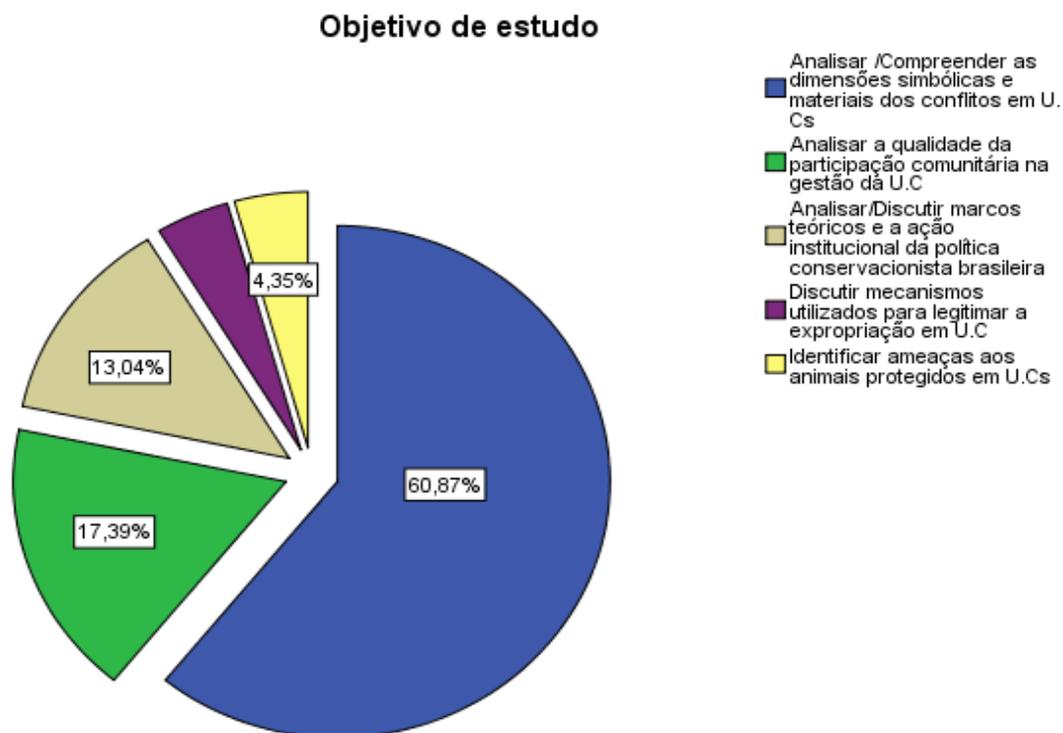
3.6 Objetivo do Estudo

A maioria dos artigos selecionados teve por objetivo analisar ou compreender as várias dimensões de um conflito nas unidades de conservação, o que contabiliza um percentual de 60,9%. Como demonstra o Gráfico 6, o segundo objetivo mais frequente entre os documentos se refere à análise da qualidade da participação comunitária na gestão das unidades registrou um percentual de 17,4%. Um número considerável de artigos, uns 13,04%, teve por objetivo analisar ou discutir os marcos teóricos e a ação institucional da política conservacionista no Brasil.

Por fim, o menor percentual de 4,35% ficou com os dois objetivos que intencionam “Discutir mecanismos utilizados para legitimar a expropriação em U.C” e “Identificar ameaças aos animais protegidos em U.C”. A tentativa de compreensão dos desdobramentos

dos conflitos nas unidades de conservações e a qualidade de participação comunitária/social foram temáticas de maior preocupação entre os trabalhos, sem no entanto desconsiderar a discussão sobre os marcos teóricos e a ação institucional da política de conservação do Brasil.

Gráfico 6: Objetivo dos artigos analisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

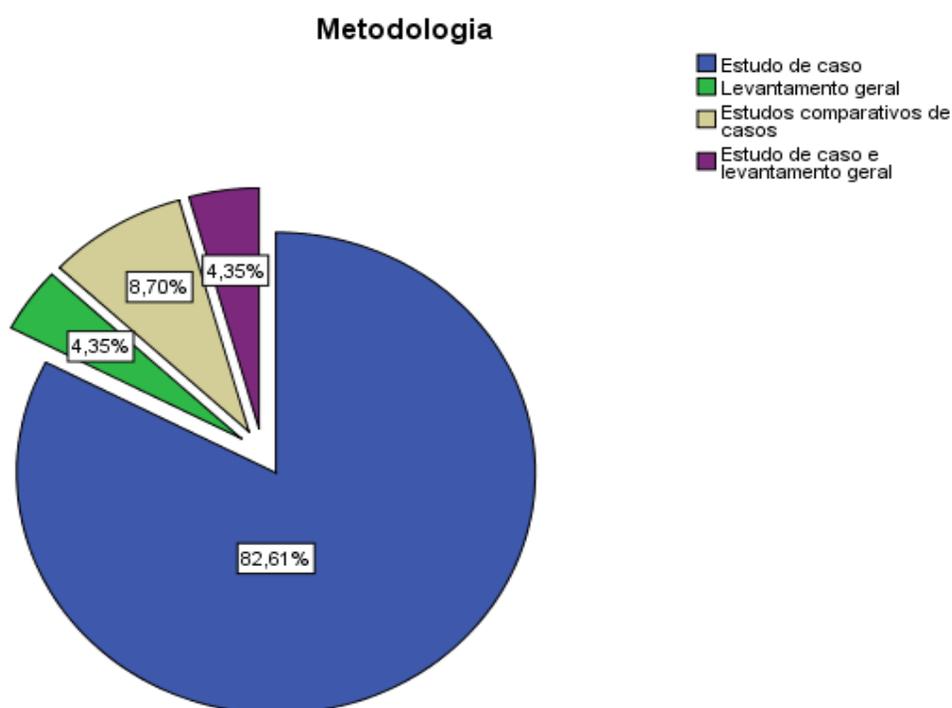
3.7 Metodologia utilizadas nos artigos

As metodologias utilizadas nos documentos analisados são: Estudo de caso, Levantamento geral e Estudos comparativos de casos. Os resultados sintetizados no Gráfico 7 mostram que a maior parte dos documentos analisados, um percentual de 82,61%, tiveram como metodologia o Estudo de caso, uma metodologia utilizada para descrever estudos empíricos pormenorizados e aprofundados de sujeitos ou objetos numa determinada

realidade ou contexto com o intuito de compreender o assunto estudado como um todo (YIN, 2005 apud GIL, 2008; FACHIN, 2005; GIL, 2008).

A segunda metodologia de maior percentual expressivo, em torno de 8,70%, foi o Estudo Comparativo de casos. Este método comparativo investiga, relaciona, explica e analisa dados de casos concretos semelhantes de modo a identificar suas semelhanças (FACHIN, 2005). O Levantamento de campo (survey), método utilizado por 4,35% dos documentos analisados nesse trabalho, é caracterizado pela interrogação de um grupo de pessoas sobre o problema a ser estudado e inferência dos dados por meio da análise quantitativa (GIL, 2008). A combinação de Estudo de Caso e Levantamento de Campo foi utilizado por 4,35% dos trabalhos.

Gráfico 7: Metodologias utilizadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.8 Técnica de Coleta de Dados

As técnicas de coleta de dados empregadas para a elaboração dos artigos, caracterizado por Queiroz (1991) como aquelas estão relacionadas à experiência empírica envolvendo as ações desenvolvidas para atingir um determinado resultado, abrangeram:

entrevista, observação, análise de conteúdo, análise documental, etnografia, questionário, associação livre de palavras, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise da paisagem. Os dados apontaram que 31,5% dos trabalhos utilizaram a entrevista para a coleta de dados e 25,9% recorreram a observação para o mesmo fim.

Observamos também as técnicas que tiveram um uso mediano pelos trabalhos, como a análise documental com 16,7% de uso pelos trabalhos, a Etnografia com 9,3%, a pesquisa bibliográfica com 5,6% e a análise de conteúdo com 3,7%. As técnicas menos utilizadas ou menos recorrentes, como mostra a Tabela 4, registraram apenas 1,9% de utilização entre os trabalhos, e são elas: questionário, associação livre de palavras, pesquisa documental e análise da paisagem.

Tabela 4: Técnicas de coleta de dados utilizadas

Técnicas de coleta de dados ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Entrevista	17	31,5%
Observação	14	25,9%
Análise de conteúdo	2	3,7%
Análise documental	9	16,7%
Etnografia	5	9,3%
Questionário	1	1,9%
Associação livre de palavras	1	1,9%
Pesquisa bibliográfica	3	5,6%
Pesquisa documental	1	1,9%
Análise da paisagem	1	1,9%
Total	54	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

3.9 Agentes e Materiais estudados

Os resultados da Tabela 5 mostram os agentes utilizados para a obtenção dos dados para a pesquisa pela qual destacam-se: “Povos e Comunidades tradicionais” com 26,5%, órgãos públicos com 20,4% e moradores locais e comunidades rurais com 12,2%. A maior

percentagem para os povos e comunidades tradicionais, órgãos públicos, moradores locais e comunidades rurais pode estar ligada ao envolvimento destes nos processos conflituos em torno das unidades de conservação devido as restrições e as expropriações.

Deve-se também ressaltar que a maioria dos trabalhos analisados teve como objetivo a tentativa de compreensão dos impactos das áreas protegidas e a qualidade da participação comunitária nos processos de gestão das unidades, motivos esses que fazem dessas populações os principais sujeitos para se obter informações devido à suas experiências, vivências no lugar e sua relação com a gestão das unidades de conservação.

Tabela 5: Agentes e materiais utilizados para a obtenção dos dados

Agentes e materiais/áreas estudados	Respostas	
	N	Porcentagem
Área física e documentos sobre a criação e a gestão de U.C	3	6,1%
Materiais jornalísticos	2	4,1%
Moradores locais e comunidades rurais	6	12,2%
Povos e Comunidades tradicionais	13	26,5%
Ongs	3	6,1%
Turistas	4	8,2%
Produtores rurais	1	2,0%
Grupos ou personalidades de apoio	2	4,1%
Lideranças rurais	1	2,0%
Grupos ou personalidades de apoio	1	2,0%
Representantes da sociedade civil	2	4,1%
Parcerias público privadas	1	2,0%
Órgãos públicos	10	20,4%
Total	49	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

3.10 Perspectiva teórica da discussão

A perspectiva teórica utilizada de forma predominante nos trabalhos analisados foi a Ecologia Política com um percentual de 68,0%. A preferência por Ecologia Política se deve a problematização que esse campo de estudos faz sobre os impactos da conservação ambiental e dos conflitos dele resultantes, alguns de seus objetos de estudo interligados aos

conflitos socioambientais. A Ecologia Política é um campo que problematiza os conflitos ambientais como consequência de diferentes visões, interesses e formas de apropriação da natureza e do território (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Os resultados mostram que a Antropologia teve 16,0% de uso para a fundamentação nos trabalhos, a Ecologia teve 4,0% de uso, a Sociologia teve 8% de uso e a perspectiva interdisciplinar teve 4,0% de uso nos artigos selecionados como mostra a Tabela 6. Dois trabalhos fizeram uso de duas perspectivas teóricas de forma simultânea, assim como um outro trabalho que não identifica explicitamente as áreas e apenas declara sua perspectiva teórica como interdisciplinar. Embora em menor percentual, esse fato mostra a presença da interdisciplinaridade nas construções teóricas de alguns trabalhos.

Não se pode esquecer que as áreas das ciências sociais humanas e as ciências naturais se comunicam entre si. Além da Ecologia Política e da Ecologia, o uso considerável da Antropologia e da Sociologia pode-se justificar pela tentativa de explicar a relação entre a cultura e os ambientes, e a forma como os grupos sociais se apropriam do território e dos recursos naturais. Nessa mesma linha de raciocínio, Paul Little (2006) destaca no seu trabalho “*Ecologia como etnografia: Um guia teórico e metodológico*”, não somente a relação entre cultura e meio ambiente, mas também a importância da antropologia para a explicação de conflitos de ordem política em função da exclusão e invisibilização de determinados grupos sociais na esfera pública (LITTLE, 2006).

Tabela 6: Perspectivas teóricas utilizadas para argumentação

Perspectiva teórica da discussão	Respostas	
	N	Porcentagem
Antropologia	4	16,0%
Ecologia	1	4,0%
Ecologia política	17	68,0%
Interdisciplinar	1	4,0%
Sociologia	2	8,0%
Total	25	100,0%

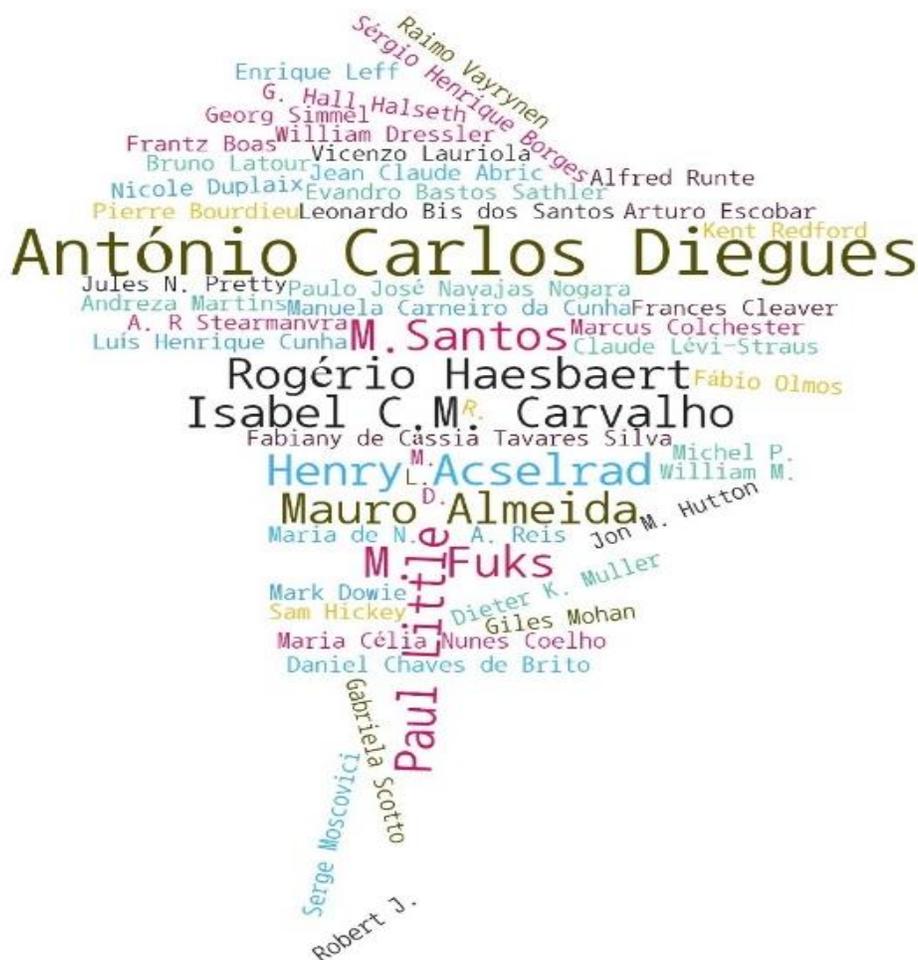
a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.11 Conceitos aplicados e principais referências

A Figura 5 é um mapa de palavras que mostra os autores mais importantes utilizados na fundamentação teórica dos artigos. Os autores mais utilizados foram António Carlos Diegues, Isabel Cristina de Moura Carvalho, Paul Elliot Little, Henry Acselrad, Rogério Haesbaert e Mauro Almeida. Esses autores são de grande relevância e alguns dos principais nomes nas discussões de diversas temáticas como conflitos ambientais, povos e comunidades tradicionais, justiça ambiental, cartografia social, educação ambiental, território, territorialidade, unidades de conservação, sustentabilidade, desenvolvimento, etc.

Figura 5: Mapa de palavras dos principais autores utilizados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Fazendo um adendo com a Figura 6, é possível ver que os conceitos mais relevantes entre os trabalhos foram povos e comunidades tradicionais, unidades de conservação, conflitos, participação, representação, desenvolvimento, território, cultura, conservacionismo e mito. Esses conceitos estão entre as temáticas que os autores da Figura 5 trabalham.

Figura 6: Mapa de palavras dos principais conceitos utilizados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.12 Principais conclusões

As análises dos trabalhos revelaram que 24,1% dos autores deduziram em grande maioria que existe uma necessidade de inclusão das comunidades na gestão das áreas

protegidas. Sob o mesmo ponto de vista, 17,2% dos artigos revelaram que a legislação ambiental contribui para a expropriação das comunidades, e 10,3% informaram que existe um favorecimento de atividades desenvolvimentistas em detrimento das comunidades. A Tabela 7 mostrou também que 10,3% dos trabalhos concluíram que a sobreposição dos territórios é o fator principal na criação de conflitos. Não muito menos importante, notou-se também que 6,9% dos trabalhos concluíram que a implementação das áreas protegidas não trouxe melhorias, porém outros 6,9% dos trabalhos ressaltaram a necessidade de organizar melhor o turismo nas unidades. Numa tentativa de explicar os conflitos, 3,4% dos trabalhos analisados deduziram que os conflitos são reflexos dos diferentes interesses e percepções sobre o uso e formas de apropriação dos recursos naturais.

Alguns trabalhos, embora com um menor percentual de 3,4% cada, realçaram a existência de outros interesses além da conservação em si, a importância da mídia na visibilização dos conflitos e recomendaram a recategorização das unidades de conservação para a resolução dos conflitos. A recategorização das unidades de conservação talvez não seja uma alternativa muito viável para impedir a existência de conflitos, visto que o Gráfico 10 mostra a existência significativa de conflitos em unidades de uso sustentável. No que se refere à mídia, acredita-se que ela pode adquirir um papel ambíguo dependendo de quem ou qual grupo de interesse ela quer favorecer, mas no geral ela pode sim dar visibilidade, quer seja negativa ou positiva dos conflitos ou das lutas por território.

Tabela 7: Conclusões dos artigos analisados (continua)

Principais conclusões	Respostas	
	N	Porcentagem
A implementação da U.C não trouxe melhorias econômicas para a população	2	6,9%
Existe necessidade de inclusão das comunidades na gestão da unidade de conservação	7	24,1%
Os conflitos são reflexos dos diferentes interesses e percepções sobre o uso e formas de apropriação dos recursos	1	3,4%
Existe um favorecimento de atividades desenvolvimentistas em detrimento das comunidades	3	10,3%
A legislação ambiental contribui para a expropriação de comunidades locais	5	17,2%
Constatou-se a continuidade dos conflitos nas unidades de conservação estudadas.	3	10,3%
Necessidade de organizar melhor o turismo	2	6,9%

Tabela 7: Conclusões dos artigos analisados (conclusão)

A sobreposição de territórios como fator principal para criação de conflitos	3	10,3%
Recomenda-se a recategorização da unidade de conservação para a resolução de conflitos	1	3,4%
A mídia como uma ferramenta importante na visibilização de conflitos	1	3,4%
Existe interesses científicos e econômicos-financeiros para a manutenção da vida selvagem	1	3,4%
Total	29	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

3.13 Bioma

O Gráfico 8 mostra a proporção entre os biomas das áreas protegidas estudadas pelos artigos selecionados. Como aponta o resultado ilustrado no gráfico, 16,22% dos artigos não informaram o bioma das áreas protegidas estudadas. Deste modo, 35,14% das áreas protegidas possuem o bioma Mata Atlântica, 2,70% possuem o bioma Pantanal, 37,84% das unidades possuem o bioma Amazônia, 5,41% das unidades possuem o bioma Cerrado e 2,70% possuem o bioma Caatinga.

O bioma de maior frequência entre as áreas protegidas estudadas é a Amazônia com 37,84%. O esforço de proteção desse bioma se concretizou no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) criado em 2002 com o objetivo de expandir o SNUC, promover a conservação através da implementação e expansão das unidades de conservação do bioma amazônia e promover o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2014).

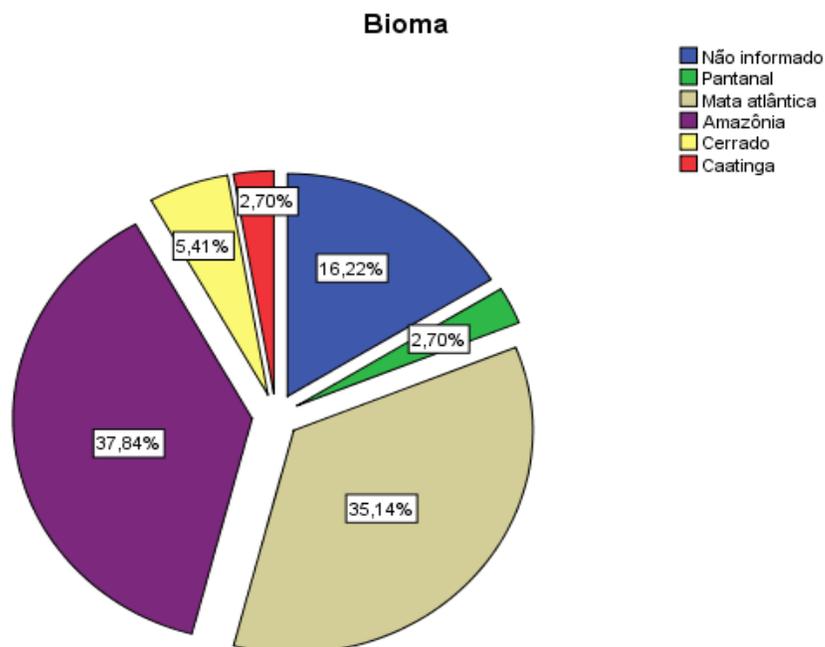
O programa almejou conservar 60 milhões de hectares (15% do território) somados a inclusão posterior de mais 8 milhões de hectares em 2014 distribuídos em 7 estados: Roraima, Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso (BRASIL, 2014). O programa faz parte de uma parceria entre o Governo Federal, Governo Estadual e Sociedade Civil, e é financiado por doações do Programa Global Environment Facility (GEF) do Banco Mundial, da ONG WorldWide Fund for Nature (WWF), do Governo Alemão, do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade e da empresa alemã Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) (BRASIL, 2014).

Aparentemente estamos perante a materialização de um programa que serviu de “adequação ambiental”, de acordo com Zhouri *et al.* (2005), empreendido pelo governo

brasileiro para a mitigação de projetos de desenvolvimento sendo facilitado com o auxílio da ONG internacional WWF e financiamento do Banco mundial e empresas privadas. Como bem descrito no documento da ARPA, esse programa serviu para auxiliar o Brasil a cumprir seus acordos internacionais, como por exemplo o Protocolo de Quioto em relação da emissão de gases e a redução do desmatamento da qual o programa já ajudou reduzindo 37% do desmatamento entre os anos de 2004 e 2006 (BRASIL, 2014).

Por outro lado, uma possível explicação para a predominância do bioma mata atlântica estaria relacionada a aplicação da Lei Nº 11.428, Lei da Mata Atlântica aprovada em 2006 (BRASIL, 2006). A Lei da Mata Atlântica, bioma reconhecido como patrimônio nacional pela constituição de 1988, estabelece este bioma como uma área prioritária (*hotspot*), fomentando a conservação e a recuperação de áreas degradadas ao estabelecer algumas normas necessárias para regular a exploração econômica e o uso de empreendimentos e das populações tradicionais (BRASIL, 2006). Essa mesma lei estabelece um fundo, o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, destinado ao financiamento de projetos e iniciativas de recuperação da biodiversidade e pesquisa científica a partir da qual atuam diversos organismos ambientais, a exemplo da Rede de ONGs da Mata atlântica (BRASIL, 2006).

Gráfico 8: Bioma das unidades de conservação estudadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A reforço à protecção do bioma mata atlântica não se limita apenas ao Brasil, ela também é uma pauta global que ganhou embasamento nos estudos sobre as *hotspots* do grupo de pesquisadores formado por Norman Myers, Russell A. Mittermeier¹⁸, Cristina G. Mittermeier¹⁹, Gustavo A. B. da Fonseca²⁰ e Jennifer Kent. A identificação das *biodiversity hotspots*²¹ (hotspots da biodiversidade) ou áreas prioritárias são determinadas em função da ameaça das espécies exclusivas de uma determinada área (espécies endêmicas), aliada a perda de habitat e da biodiversidade (MYERS *et al.*, 2000).

Os 25 pontos críticos determinados por Myers *et al.* (2000) ilustrados de vermelho na Figura 5, são 1,4% da superfície terrestre que concentra 44% de todas as espécies de plantas vasculares e 35% de espécies de quatro grupo de vertebrados. Essas áreas foram identificadas como *hotspots* e abrangem os dois países de estudo desta dissertação (MYERS *et al.*, 2000; CI-BR, 2003). Destacando o Brasil, as áreas estabelecidas como prioritárias para conservação são os biomas do Cerrado e da Mata Atlântica, e para a Tanzânia, as áreas

¹⁸ Presidente da ONG *Conservation International* (MYERS *et al.*, 2000; CI-BR, 2003).

¹⁹ Possui vínculo com a ONG *Conservation International* (MYERS *et al.*, 2000).

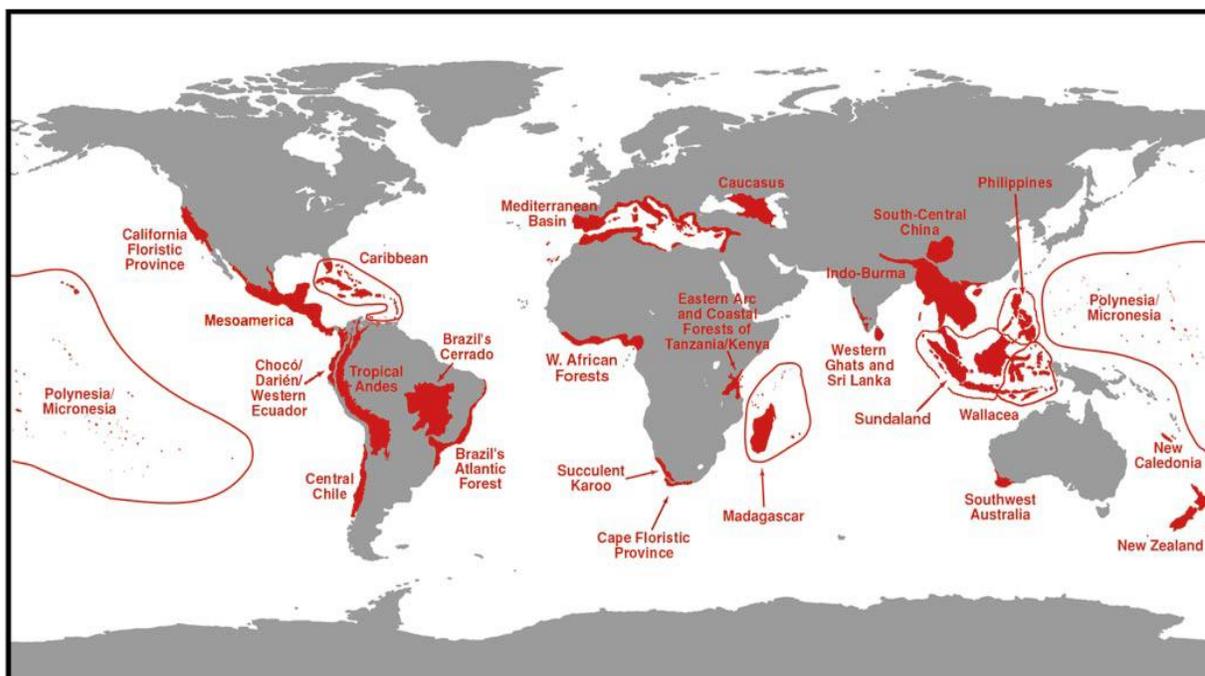
²⁰ Vice-Presidente sênior para a ciência da ONG *Conservation International* (MYERS *et al.*, 2000; CI-BR, 2003).

²¹ O termo foi utilizado pela primeira vez por Norman Myers em 1988 (MYERS *et al.*, 2000).

prioritárias foram as Montanhas do Arco Oriental e as Florestas Costeiras da Tanzânia / Quênia (Eastern arc mountain and coastal forests of Tanzania/Kenya).

É importante salientar que a *Conservation International (CI)*, é uma ONG que adotou para a sua atuação a noção de áreas prioritárias e difundiu esse modelo através de uma campanha mundial de conscientização para a conservação da biodiversidade (MYERS *et al.*, 2000). Destaca-se também a colaboração desta mesma ONG, por meio da atuação dos seus especialistas, na definição das áreas prioritárias e estratégias para as *hotspots* através do “Projeto de Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade dos Biomas Brasileiros” do Ministério do Meio Ambiente entre 1997 e 2000 (CI-Br, 2000; MMA, 2017). Fato esse que, mais uma vez, evidencia uma certa capacidade de influência das grandes ongs internacionais em planejamentos nacionais.

Figura 7: Mapa da expansão das hotspots da biodiversidade global



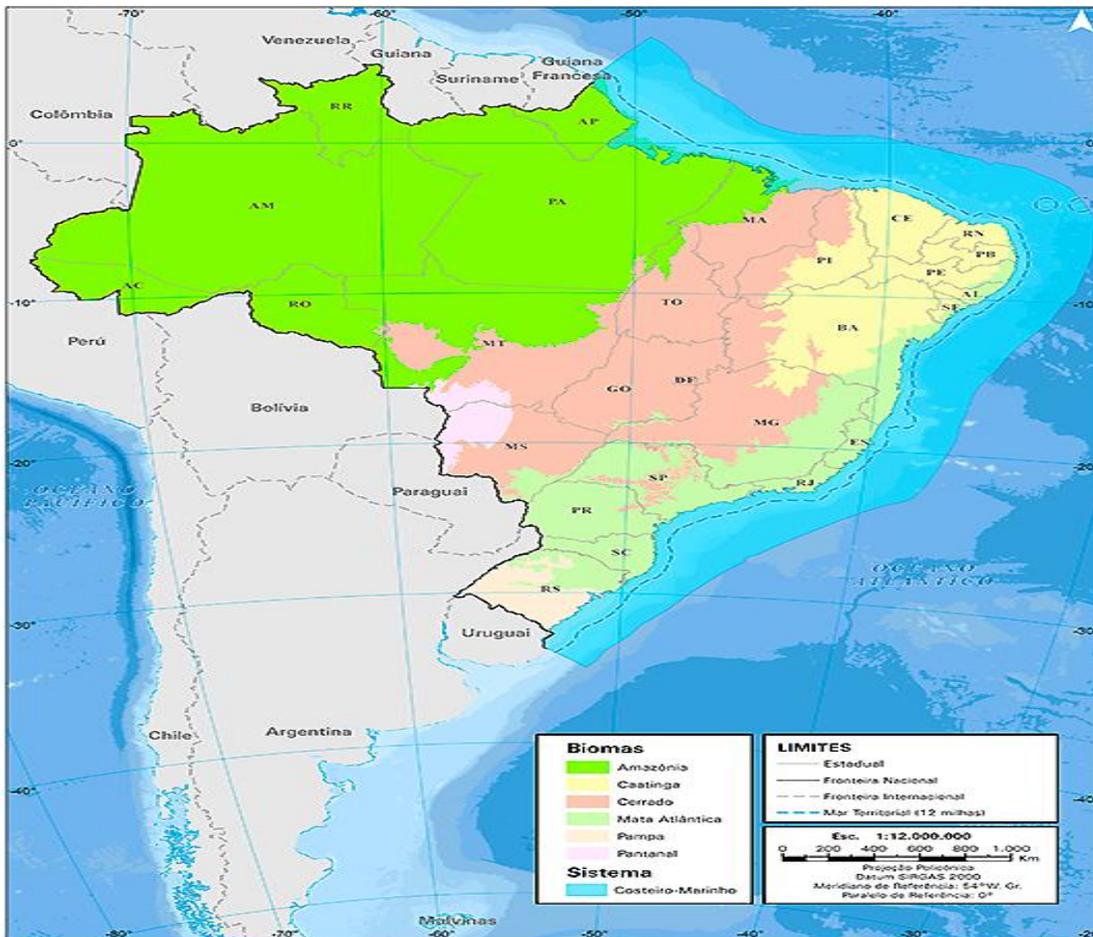
Fonte: MYERS *et al.*, 2000.

Um outro acréscimo válido na análise seria a relação dos biomas predominantes dos trabalhos estudados e os estados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013) o ecossistema brasileiro é constituído por 6 biomas com características

diversificadas, nomeadamente: Pampa (2%), Pantanal (2%), Mata Atlântica (13%), Amazônia (49%), Cerrado (24%) e Caatinga (10%). Ao olharmos o mapa da distribuição dos biomas pelos estados elaborada pelo IBGE (2013), a Figura 8, verificamos que as análises mostram que os quatro biomas de maior percentual coincidem com a distribuição dos biomas pelos estados mais destacados, na qual se situam as unidades de conservação analisadas nos artigos selecionados representados no Gráfico 1.

Os estados mais destacados são: Amazonas com 35,1% das unidades estudadas, o estado de São Paulo com 18,9%, o estado de Rio de Janeiro com 10,8% e Minas Gerais com 10,8%. O estado de Amazonas, pertencente à região Norte do país, tem o bioma Amazônia distribuído em todo seu território (IBGE, 2013). Os três estados com maior porcentagem se encontram na região sudeste do país, nomeadamente: São Paulo (com a grande parte do território do bioma Mata Atlântica e parte dela do bioma Cerrado), Rio de Janeiro (possui apenas o bioma Mata Atlântica), e Minas Gerais (com a presença do bioma Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga) (IBGE, 2013). Pode-se notar que existe uma maior concentração das áreas protegidas estudadas na região Norte com o Estado de Amazonas que teve um destaque predominante entre os demais estados. Houve também um destaque para a região sudeste do país, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Figura 8: Mapa da distribuição dos biomas brasileiros pelos estados

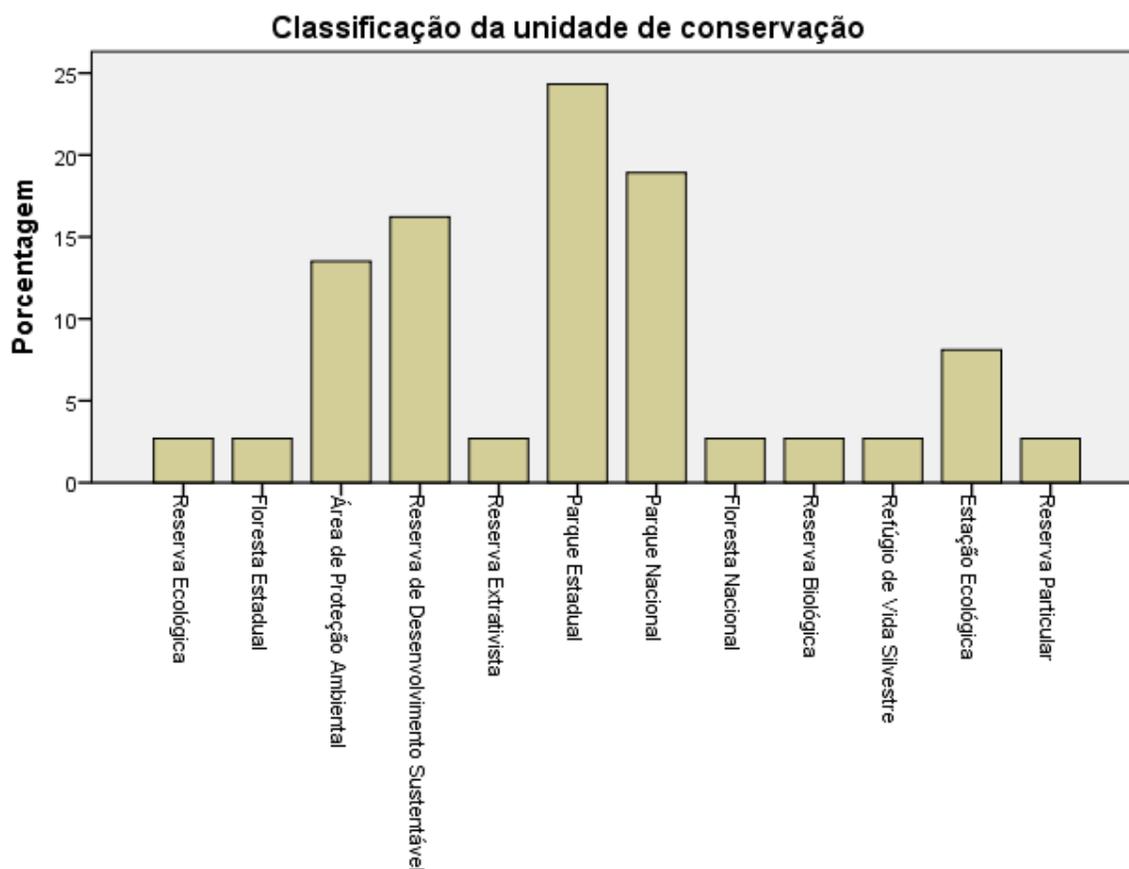


Fonte: IBGE, 2019.

3.14 Classificação das unidades de proteção e tipos de uso

Os trabalhos selecionados demonstraram a predominância de parques nas suas análises. De forma específica, entre as unidades analisadas nos trabalhos 24,3% são Parques Estaduais, 18,9% são Parques Nacionais, 16,2 % são Reserva de Desenvolvimento Sustentável, 13,5% são Áreas de Protecção Ambiental, e 8,1% são Estações Ecológicas. Em menor expressão, com apenas 2,7% cada, temos a Reserva Particular do Património Nacional, Refúgio da Vida Silvestre, Reserva Biológica, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Floresta Estadual e Reserva Ecológica.

Gráfico 9: Classificação da área protegida

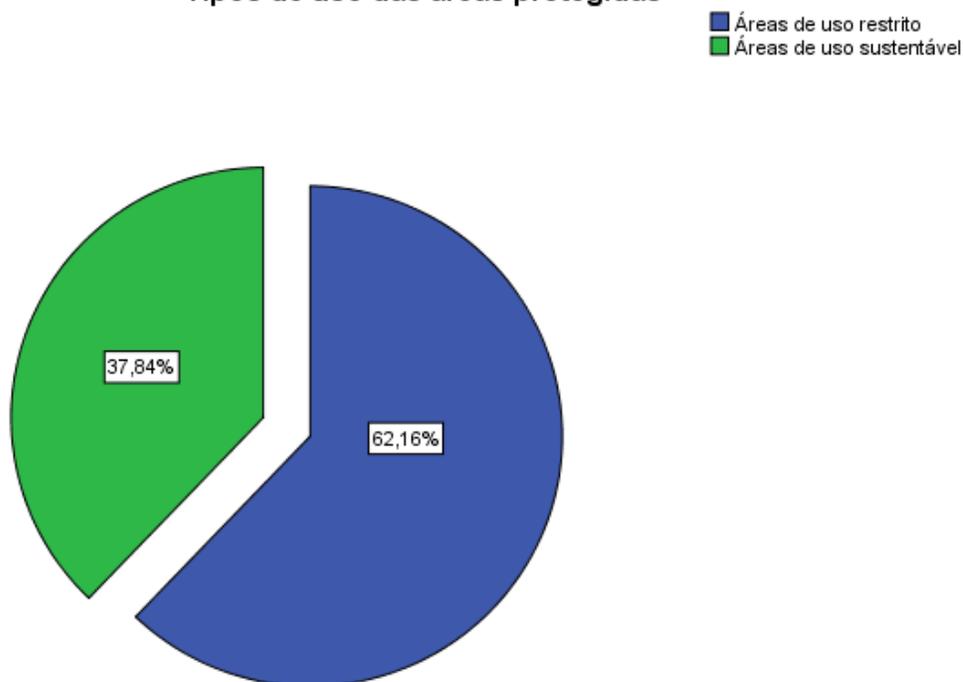


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O Gráfico 10 mostra que a maioria das áreas protegidas analisadas nos artigos coletados são áreas de uso restrito com um percentual relativo de 62,16%, enquanto que as áreas de uso sustentável tiveram uma expressão de 37,84%. Embora em menor número, o percentual considerável das áreas protegidas de uso sustentável mostra que os conflitos não são restritos e nem inerentes às áreas protegidas de uso restrito devido às proibições e à separação da natureza e seres humanos legitimadas pela legislação brasileira. As restrições de uso e usufruto e a qualidade da participação também são pontos relevantes para a existência dos conflitos de acordo com a Tabela 9.

Gráfico 10: Tipos de áreas protegidas

Tipos de uso das áreas protegidas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

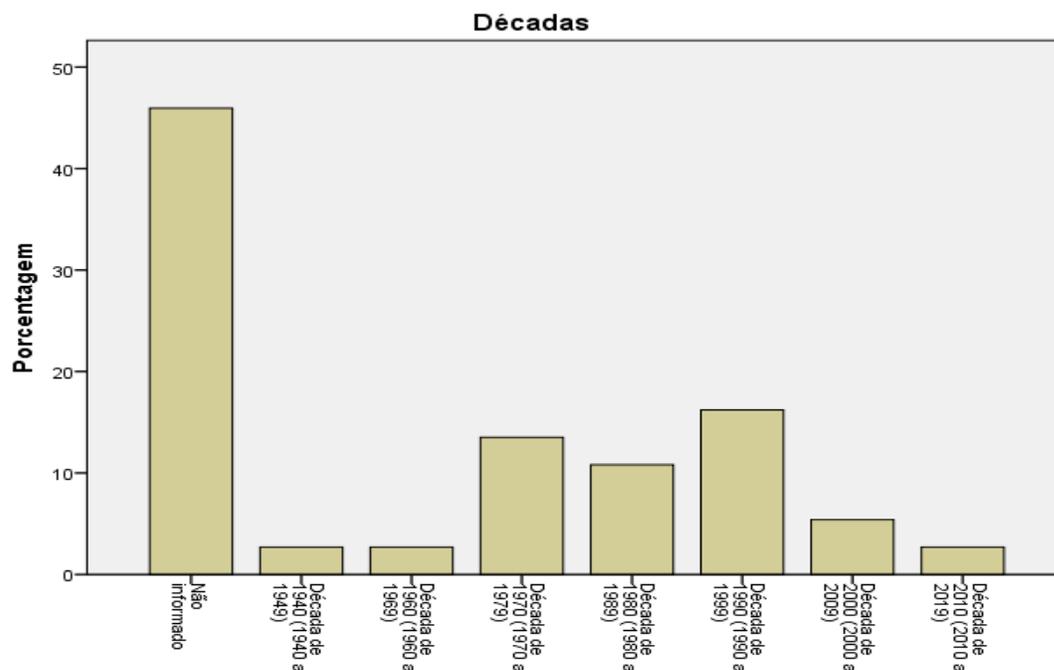
3.15 Décadas de criação das áreas protegidas

A criação das áreas protegidas oscilou entre as décadas devido as políticas e programas de conservação implementadas. O Gráfico 11 mostra a reunião em décadas dos anos em que as áreas protegidas foram criadas. Quase a metade dos estudos não informou o ano de criação das áreas protegidas que estudaram, um total de 45,9% dos artigos.

Apesar de poucas diferenças, a década de 1990 (1990 a 1999) foi a mais expressiva com 16,2% das áreas criadas, seguida da década de 1970 (1970 a 1979) com um percentual de 13,5% de áreas protegidas e da depois da década de 1980 (1980 a 1989) com 10,8 % das áreas protegidas criadas. Com um número extremamente significativo de áreas protegidas sem o ano de criação informados torna-se difícil realizar uma análise mais aprimorada. No entanto, ainda sim podemos associar a relativa expressão em termos percentuais da década de 1990 com o processo de ampliação da influência das ONGs conservacionistas e a

aplicação da conservação em larga escala através da noção de áreas prioritárias (as *hotspots*) (DIEGUES, 2008b).

Gráfico 11: Décadas de criação das áreas protegidas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.16 Década de implementação das unidades de conservação

As décadas de implementação estão relacionadas com o processo efetivo de implantação, pois nem todas as áreas protegidas são implantadas no mesmo ano em que são criadas. Os resultados mostraram que a década de 1980 (1980 a 1989) teve 2,7% das áreas implantadas, e assim como sua antecessora, a década de 1990 (1990 a 1999) também teve 2,7% das áreas implantadas e por último, a década de 2000 (2000 a 2009) teve 5,4% áreas protegidas implantadas.

Também foi registrado que 89,2% dos artigos analisados não informaram o ano de implantação das áreas protegidas, um fato que nos faz presumir que possivelmente nem todos os autores consideraram essa diferença entre o processo de criação e o processo de

implantação. Ou ainda, esse fato também pode nos evidenciar que os processos de criação e implantação nem sempre são realizados no mesmo ano.

Tabela 8: Décadas de implementação das áreas protegidas

Décadas de implementação das unidades	Frequência	Porcentual
Não informado	33	89,2%
Década de 1980 (1980 a 1989)	1	2,7%
Década de 1990 (1990 a 1999)	1	2,7%
Década de 2000 (2000 a 2009)	2	5,4%
Total	37	100,0%

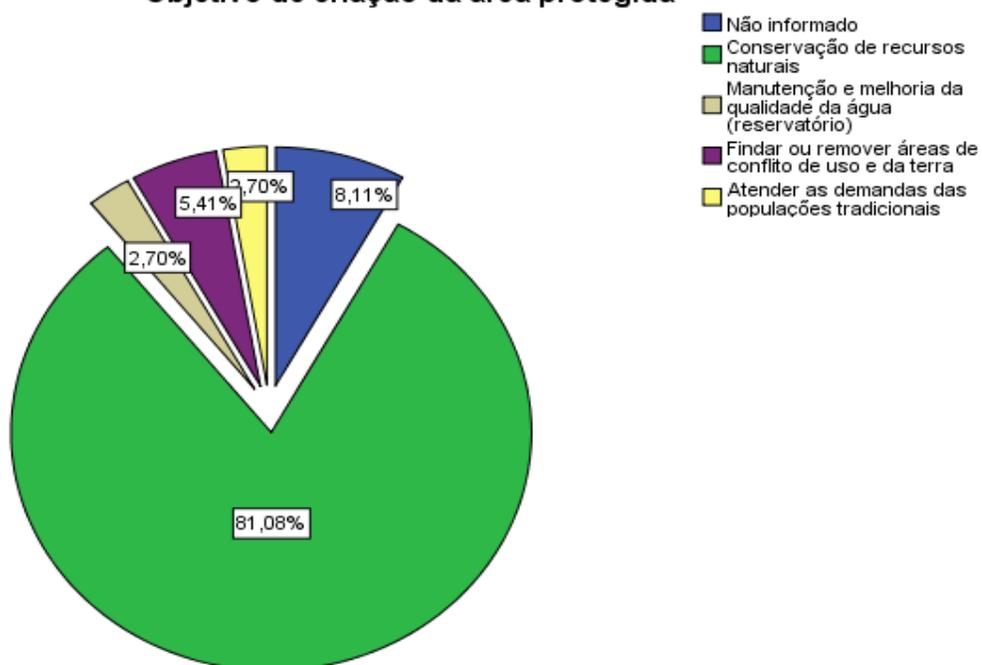
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

3.17 Objetivo que originou a criação da área protegida

Os resultados do Gráfico 12 mostram que 81,08% das áreas protegidas estudadas pelos artigos selecionados foram implantadas tendo como objetivo a conservação dos recursos naturais, que 8,11% dos trabalhos não informaram os objetivos da criação das áreas protegidas, que 5,41% das áreas tiveram como objetivo para a sua criação a remoção de conflitos de uso da terra e 2,70% das áreas foram criadas intencionando atender as demandas das populações tradicionais.

Gráfico 12: Objetivo da criação da área protegida

Objetivo de criação da área protegida



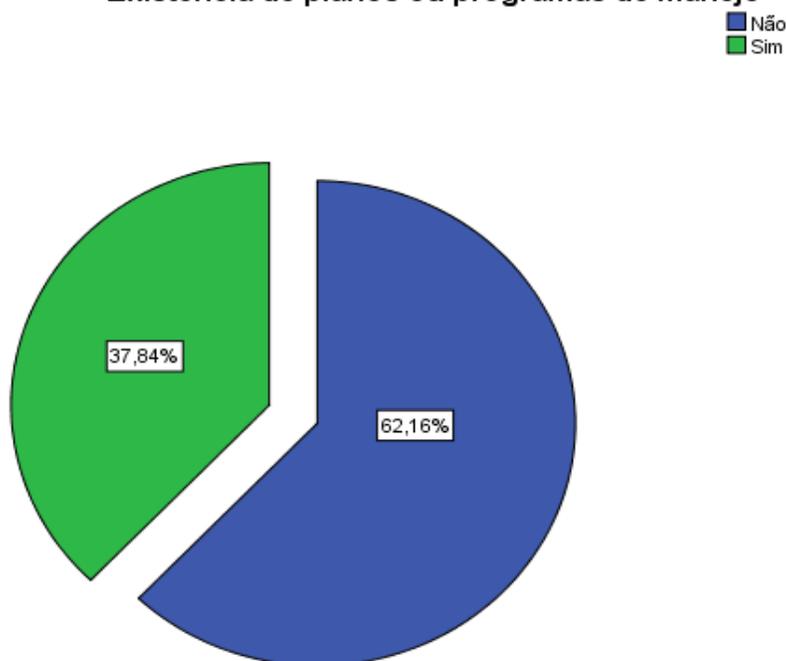
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.18 Existência de planos de manejo das áreas protegidas estudadas

Os planos de manejo são instrumentos que orientam a gestão das áreas protegidas. O Gráfico 13 mostra que 62,16% das áreas estudadas pelos artigos selecionados apontam a existência de planos de manejo, enquanto que 37,84% dos trabalhos não informaram a existência dos planos de manejo das respectivas áreas estudadas.

Gráfico 13: Existência de planos de manejo das áreas protegidas

Existência de planos ou programas de manejo



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

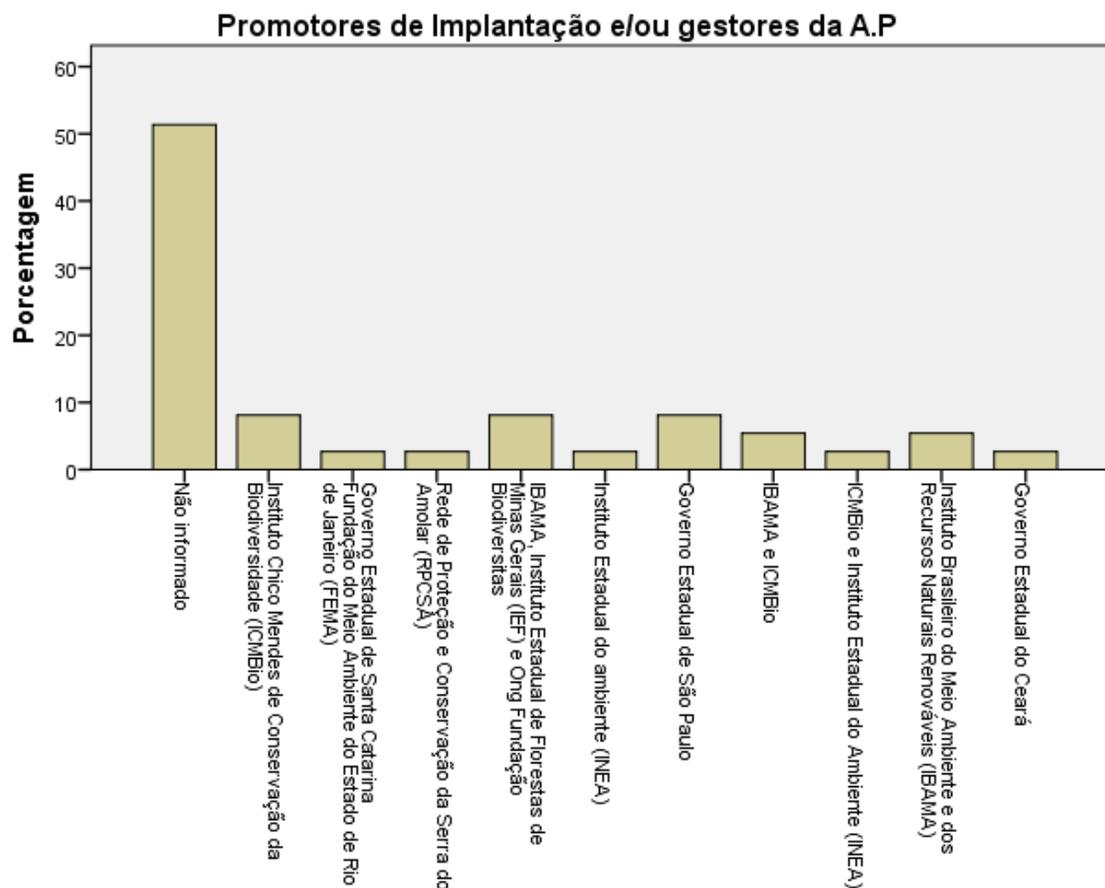
3.19 Promotores da implantação e/ou gestores das áreas protegidas

O Gráfico 14 mostra que não foram informados os promotores da implantação ou gestores de 51,4% das áreas estudadas. Para os que informaram temos a seguinte proporção: 8,1 % das áreas estão sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 8,1% das áreas estão sob a gestão colaborativa do IBAMA, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) e ONG Fundação Biodiversitas, 8,1% das áreas estudadas foram implantadas ou estão sob a gestão do Governo Estadual de São Paulo, 5,4 % das áreas protegidas estão sob a direção do IBAMA e ICMBio, 5,4 % das áreas estudadas foram implantadas ou estão sob a gestão Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Em menor percentual, 2,7 % para cada respectivamente, temos os seguintes promotores da implantação ou gestores: Governo Estadual do Ceará, parceria entre ICMBio e Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar (RPCSA), Governo Estadual de Santa Catarina Fundação do Meio Ambiente do

Estado de Rio de Janeiro (FEMA). As unidades que estão sob a gestão do IBAMA e ICMBio são unidades implementadas durante o processo de transição entre as duas instituições.

Gráfico 14: Promotores da implantação e/ou gestores das áreas protegidas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

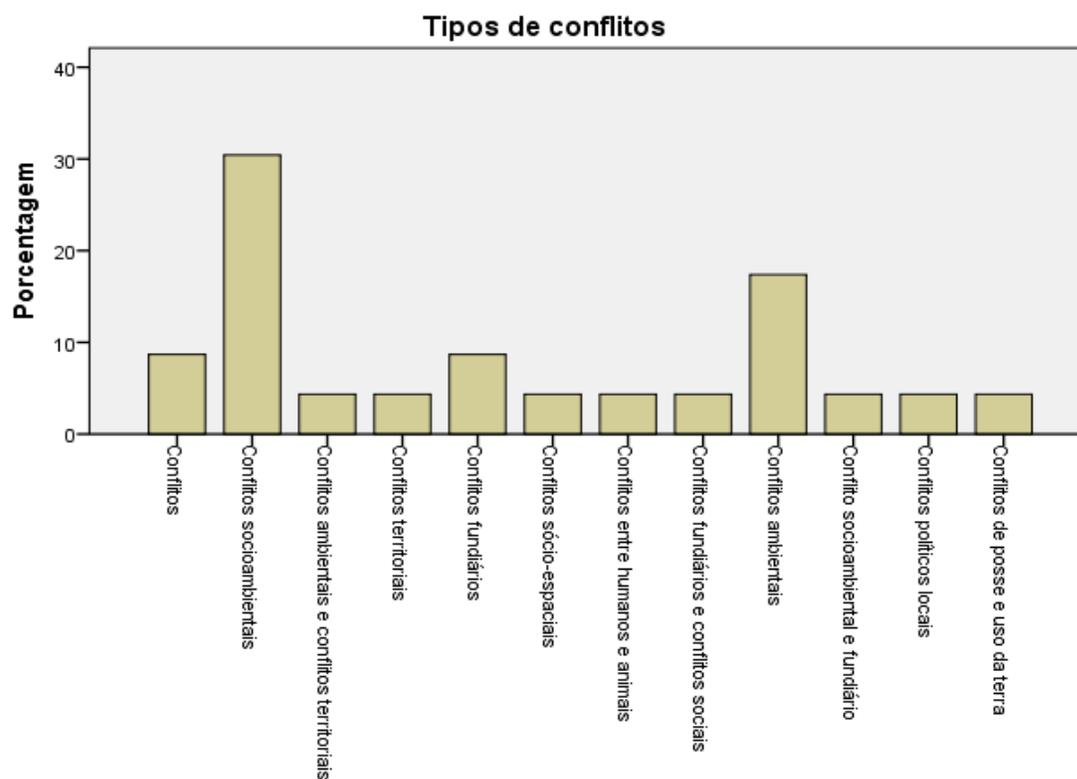
3.20 Tipos de conflitos

A definição dos conflitos, assim como a nomeação dos mesmos, varia muito de autor para autor. Para esse trabalho utilizamos a noção de conflito ambiental territorial caracterizada pela Zhouri e Laschefski (2010). Este tipo de conflito envolve disputas territoriais resultantes do processo de sobreposição de territórios de diferentes grupos de interesse que possuem lógicas diferentes de concepção do espaço e da apropriação do lugar (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Embora este seja a definição e o termo utilizados para a escrita dessa dissertação, os estudos coletados a partir dessa noção nem sempre vão fazer o uso do mesmo conceito ou termo. Os resultados, ilustrados no Gráfico 15, evidenciam que: 30,4 % dos trabalhos fizeram uso do termo “conflitos socioambientais” para se referir às disputas, 17,4% utilizaram o termo “conflitos ambientais”, e 8,7 % dos trabalhos utilizaram o termo “conflitos fundiários” para o mesmo fim e 8,7% para o uso do apenas do termo conflito.

O restante das denominações com percentuais baixos, em torno de 4,3% cada, são os seguintes: conflitos ambientais e conflitos territoriais, conflitos territoriais, conflitos sócio-espaciais, conflitos entre humanos e animais, conflitos fundiários e conflitos sociais, conflito socioambiental e fundiário, conflitos políticos locais, conflitos de posse e uso da terra. Pode-se observar que alguns autores vão usar mais de um termo no trabalho para se referir ao que Zhouri e Laschefski (2010) entendem como conflito ambiental territorial a exemplo de “conflitos fundiários e conflitos sociais”.

Gráfico 15: Tipos de conflitos mencionados nos artigos estudados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.21 Origem ou causa dos conflitos

A causa dos conflitos explicitados nos trabalhos variam e são múltiplas. A Tabela 9 mostra que 26,7% dos trabalhos alegaram que a divergência de interesses no que diz respeito aos modos de uso do solo aliada às diferentes formas de apropriação dos recursos naturais e do espaço seja uma das causas dos conflitos. Um percentual significativo de 24,4% também menciona a sobreposição de territórios como uma das causas do conflito, nesse caso da área protegida sobre o território de algum grupo social.

As restrições de uso dos recursos foi mencionada como uma das causas do surgimento dos conflitos por 15,6% dos trabalhos analisados, e 11,1% alegam que a expropriação é uma das causas dos conflitos. Continuando no âmbito da gestão, 8,9% dos trabalhos defendem que a marginalização das populações nas esferas decisórias de gestão das áreas protegidas seja um dos motivos, 6,7% apontam a falta de regularização fundiária, e 2,2% mencionaram que a abordagem violenta da polícia aliada a coerção e ameaças de expulsão das populações das unidades sejam as causas dos conflitos. Alguns outros motivos relacionadas à aplicação desigual da legislação, à aplicação de um planejamento urbano e disputas externas também foram mencionadas por 4,4% dos artigos selecionados.

Tabela 9: Causa dos conflitos (continua)

Origem ou causa dos conflitos	Respostas	
	N	Porcentagem
Divergência de interesses sobre os modos de uso do solo, formas de apropriação dos recursos naturais e do espaço pelos diferentes grupos envolvidos	12	26,7%
Marginalização das populações nas esferas decisórias da gestão das unidades de conservação	4	8,9%
Expropriação dos moradores	5	11,1%
Restrições de uso dos recursos naturais	7	15,6%
Abordagem violenta da polícia, coerção e ameaças de expulsão das populações das unidades de proteção	1	2,2%
Sobreposição de territórios (unidade de conservação sobre o território de povos e comunidades tradicionais)	11	24,4%

Tabela 9: Causa dos conflitos (conclusão)

Falta de regularização_fundiária	3	6,7%
Outros (aplicação desigual da legislação ambiental, ampliação da malha urbana, tensões criadas pela competição entre as empresas do turismo)	2	4,4%
Total	45	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

3.22 Grupos de interesse envolvidos nos conflitos

Existe uma grande heterogeneidade dos grupos de interesse envolvidos nas disputas. Os povos e comunidades tradicionais tiveram o maior destaque com 17% entre os envolvidos nas disputas e a gestão das unidades de conservação com 15,9% de acordo com os resultados da Tabela 10. Por sua vez, órgãos governamentais tiveram um percentual de 13,6%, as ONGs representam 10,2% dos grupos envolvidos nas disputas e os moradores/populações locais comunidades rurais correspondem a 9,1% dos envolvidos.

A presença de organizações e associações comunitárias foi registrada em 4,5% entre os grupos de interesse, as empresas de turismo participaram com 3,4% e os pesquisadores e especialistas formaram um grupo de interesse com 3,4% entre os demais. Embora em percentuais baixos de 2,3% para cada grupo, também foram observadas a participação de lideranças rurais comunitárias, turistas, empresas de monoculturas e agronegócio, sociedade civil, empresas extrativistas.

Tabela 10: Grupos de interesse envolvidos nas disputas (continua)

Grupos de interesse ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Gestão da unidade de conservação	14	15,9%
Moradores locais populações locais comunidades rurais	8	9,1%
Lideranças rurais comunitárias	2	2,3%
Povos e comunidades tradicionais	15	17,0%
Donos de propriedades privadas	1	1,1%
Agentes ou empreendimentos imobiliários	1	1,1%
Turistas	2	2,3%

Tabela 10: Grupos de interesse envolvidos nas disputas (conclusão)

Pesquisadores especialistas	3	3,4%
Empresas de monoculturas e agronegócio	2	2,3%
Empresas extrativistas	2	2,3%
Empresas de turismo	3	3,4%
Empresários do ramo do comércio	1	1,1%
ONGs	9	10,2%
Órgãos governamentais	12	13,6%
Empresas de pesca comercial profissional	1	1,1%
Personalidades religiosas e públicas	1	1,1%
Organizações e associações comunitárias	4	4,5%
Sociedade civil	2	2,3%
Órgãos público-privados	1	1,1%
Produtores rurais	1	1,1%
Parceria entre diversas instituições	1	1,1%
Animais	1	1,1%
Outros (caçadores)	1	1,1%
Total	88	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

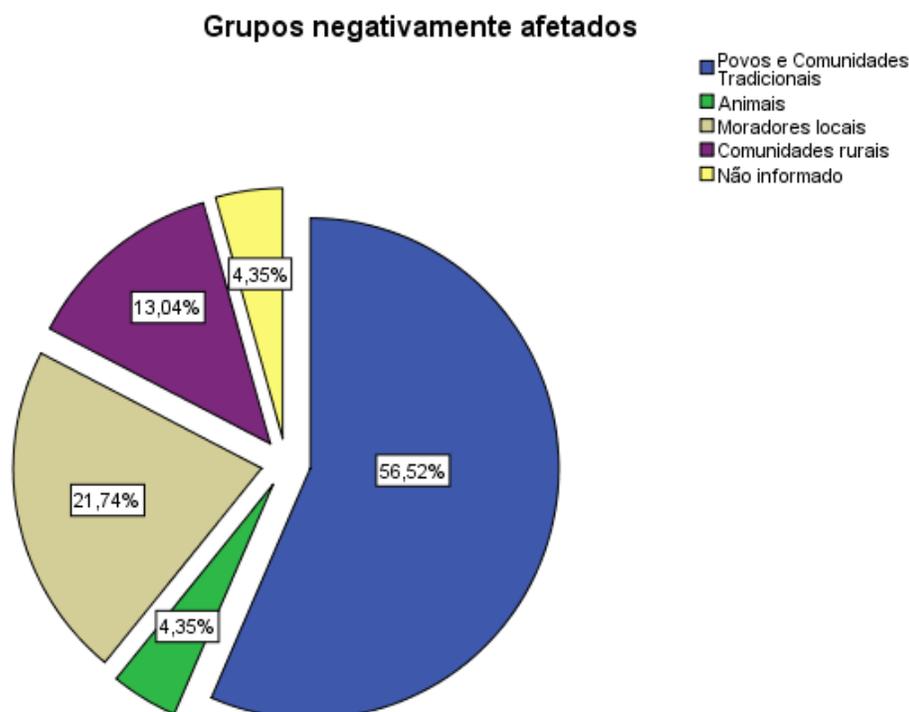
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

3.23 Grupos negativamente afetados

A diversidade existente entre os grupos de interesse não reflete muito nos grupos que são negativamente afetados pelo processo de implementação das unidades de conservação. A imposição de áreas protegidas aliada às restrições e ao processo de expropriação recai de forma desigual sobre os diferentes atores sociais. Observou-se, através do Gráfico 16, que mais da metade dos grupos negativamente afetados se referia aos povos e comunidades tradicionais com um percentual de 56,5%. De seguida estão os moradores locais com 21,74%, as comunidades rurais com um percentual de 13,04% e os animais com 4,35% entre os grupos negativamente afetados. Um trabalho, representado no percentual de 4,3%, não tinha informado qual grupo saiu afetado de forma negativa uma vez que as discussões levantadas se limitaram aos embates em torno das percepções da conservação e dos esquemas argumentativos utilizados para se posicionar a favor ou não da conservação.

Reunidos num só grupo, os povos e comunidades tradicionais são extremamente diversificados. Os artigos analisados para o nosso trabalho tiveram como populações tradicionais: Caiçaras, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas, canasteiros, caboclos e quilombolas.

Gráfico 16: Grupos sociais que foram afetados de forma negativa pelas áreas protegidas



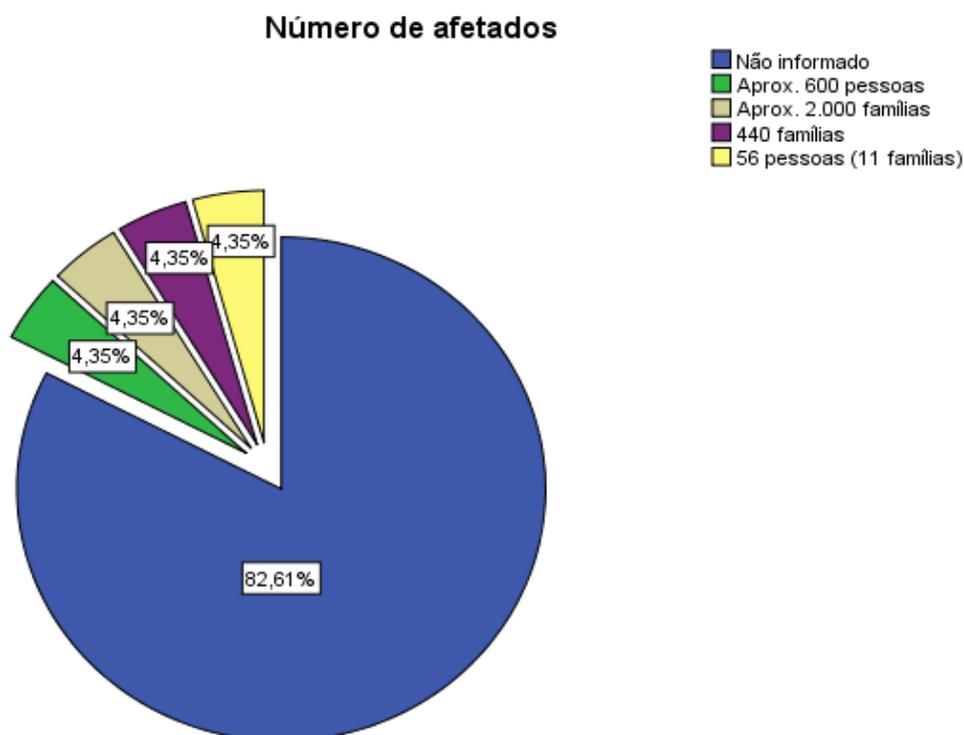
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.24 Quantidade de pessoas afetadas

Os resultados do gráfico evidenciaram que 82,61% dos estudos não informaram a quantidade de pessoas afetadas, que 4,3% dos trabalhos estimaram aproximadamente 600 pessoas afetadas, que 4,3% dos artigos apontaram aproximadamente 2.000 famílias afetadas, que 4,3% dos trabalhos estimaram que 56 pessoas (11 famílias) saíram lesionadas, e que 4,3% dos trabalhos informaram que 440 famílias foram prejudicadas durante o processo de estabelecimento e durante a gestão das áreas protegidas. É difícil mensurar o número exato de pessoas afetadas pela conservação. A maior parte dos artigos selecionados não informa a

quantidade de pessoas e quando menciona alguma quantidade, sempre é num número aproximado ou em famílias. Os números aproximados são incertos, assim como o número certo de pessoas existentes em cada uma das famílias, fato esse que dificulta a quantificação das vítimas da conservação.

Gráfico 17: Quantidade de pessoas afetadas



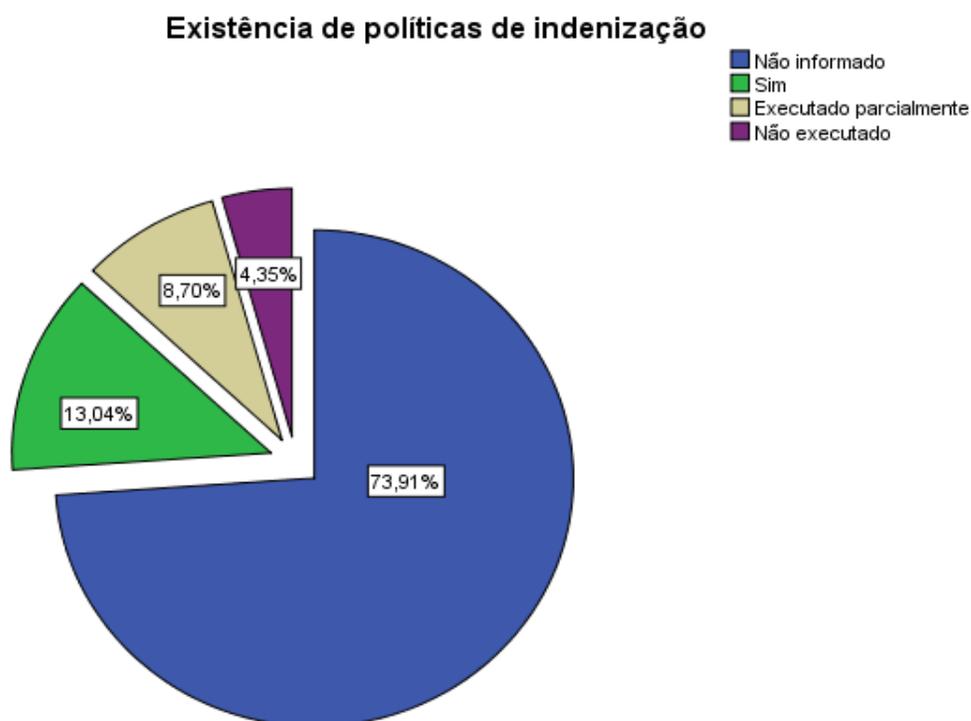
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.25 Existência de políticas de indenização

O Gráfico 18 é o resultado das análises no que diz respeito a existência da indenização e o status da sua execução após confirmada a sua existência. Pode-se observar que 73,91% dos artigos analisados não informaram se existe ou não políticas de indenização, 13,04% dos trabalhos apenas confirmaram a existência das políticas, 8,70% confirmaram a existência, no entanto alegaram que ela foi executada parcialmente e 4,35% dos trabalhos informaram que existe indenização, porém ela não foi executada. Sobre a indenização, a

legislação brasileira, através do seu artigo 35, estabelece que a indenização seria um direito em casos onde houve necessidade de reassentamento das populações tradicionais que ali viviam antes do processo de criação das unidades de uso restrito (BRASIL, 2006).

Gráfico 18: Existência de políticas de indenização aplicadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3.26 Presença de empresas/projetos/atividades desenvolvimentistas dentro ou no entorno das áreas protegidas

A Tabela 11 sintetiza os resultados sobre a presença de projetos ou empresas desenvolvimentistas que são grupos de interesses envolvidos nas disputas. As análises mostram que: 25,7% dos trabalhos não informaram sobre a presença desses empreendimentos, 25,7% desses empreendimentos são turísticos, 20% são empresas de empresas de madeira e monoculturas, 14,3% são empreendimentos extrativistas, 5,7% são

empreendimentos imobiliários, 5,7% são empresas de pesca comercial/profissional, e 2,9% são instalações industriais marítimas.

Tabela 11: Presença de projetos e empresas desenvolvimentistas

Projetos e empresas desenvolvimentistas ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Não informado	9	25,7%
Instalações industriais marítimas	1	2,9%
Empreendimentos imobiliários	2	5,7%
Empresas de madeira e monoculturas	7	20,0%
Empreendimentos extrativistas	5	14,3%
Empreendimentos turísticos	9	25,7%
Empresas de pesca comercial/profissional	2	5,7%
Total	35	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

3.27 Efeitos sociais gerados pela conservação

Os efeitos sociais relatados são diversos e semelhantes em muitos casos entre os artigos analisados. Os efeitos mais comuns entre os trabalhos se referem às restrições de acesso e a expropriação de pessoas com um percentual registrado de 30,2% entre os trabalhos. Os relatos apontam que muitas comunidades ficaram sem possibilidade de acessar as áreas protegidas em determinados momentos para a realização de suas atividades religiosas e culturais ou para realização de atividades econômicas dentro dos limites dos parques, manutenção de suas moradias e recebimento de visitas.

Enquanto atividades como essas são proibidas, a permissão do turismo e a presença de projetos desenvolvimentistas criaram condições para a especulação imobiliária, disputas por terras e aumento da violência de acordo com o relato de 7% dos trabalhos. Os impactos também se fizeram sentir através das mudanças na alimentação, nos modos de usos da natureza e nas relações de trabalho segundo os relatos de 11,6% dos trabalhos. Não se pode deixar de mencionar que quando existem benefícios do turismo estes são mal distribuídos internamente. Relacionado a isso, 4,7% relataram que passaram a existir além de conflitos

internos, a hierarquização social e uma desigual distribuição de privilégios oriundos dos benefícios do turismo entre a população. No que diz respeito à gestão das unidades, 9,3% dos trabalhos apontaram a marginalização das populações nas esferas de decisão e na gestão das unidades e 4,7% dos trabalhos relataram abordagens abusivas e ameaças por parte dos fiscais e autoridades da unidade de conservação.

Não muito diferente, 2,3% dos trabalhos apontaram que as populações ficaram com impressões negativas das ONGs ambientalistas devido a percepção de que elas possuíam interesses contrários às populações. Também houve relatos de 7% dos trabalhos de que a conservação não surtiu efeito, e que, pelo contrário, houve aumento do desmatamento, do uso incorreto do solo e escassez de recursos naturais. Os 4,7% dos trabalhos que não relataram efeitos sociais foram trabalhos que se limitaram a um estudo mais ecológico e aos efeitos relacionados à vida animal, ou ao estudo que fez a análise dos esquemas argumentativos utilizados nas disputas e negociações pelo estabelecimento de uma zona de amortecimento de um parque, sendo que nesse mesmo estudo as comunidades tradicionais se posicionaram a favor da conservação contrariamente aos produtores rurais.

Os efeitos sociais relatados não se limitam apenas no âmbito físico, elas também envolveram o campo do emocional refletindo o que Norma Valêncio (2014) chama de “sofrimento social” experimentado por essas populações. O clima de incertezas e tensões sobre as expropriações e as indenizações, aliadas à pressão da gestão das unidades de conservação foi relatado por 14% dos trabalhos. O sentimento de angústia devido a constantes coerções e o risco dos modos de vida das comunidades foi mencionado por 2,3% dos artigos, e bem como a sensação de incapacidade devido ao uso de termos técnicos em reuniões importantes foi evidenciado por 2,3% dos trabalhos.

Tabela 12: Efeitos sociais relatados

Efeitos Sociais	Respostas	
	N	Porcentagem
Não informado	2	4,7%
Especulação imobiliária, disputas por terra e aumento da violência	3	7,0%
Mudanças alimentares, culturais, socioambientais e nas relações de trabalho das comunidades após a implantação das unidades de conservação	5	11,6%
Restrições de uso dos recursos naturais, proibição de exercício de atividades de subsistência e manutenção das moradias, criminalização das populações e deslocamentos induzidos	13	30,2%
Clima de incertezas e tensões sobre as expropriações, indenizações e a gestão das unidades de conservação	6	14,0%
Sentimento de angústia devido a constantes coerções e o risco dos modos de vida das comunidades	1	2,3%
Hierarquização social, conflitos internos e desigual distribuição de privilégios (oriundos do turismo) entre a população	2	4,7%
Marginalização das populações nas esferas de decisão e na gestão da unidade de conservação	4	9,3%
Sensação de incapacidade devido ao uso de termos técnicos em reuniões importantes	1	2,3%
Abordagens abusivas e ameaças por parte dos fiscais e autoridades da unidade de conservação	2	4,7%
Impressões negativas das populações sobre as ONGs ambientalistas	1	2,3%
Desmatamento, uso incorreto do solo e escassez de recursos naturais	3	7,0%
Total	43	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

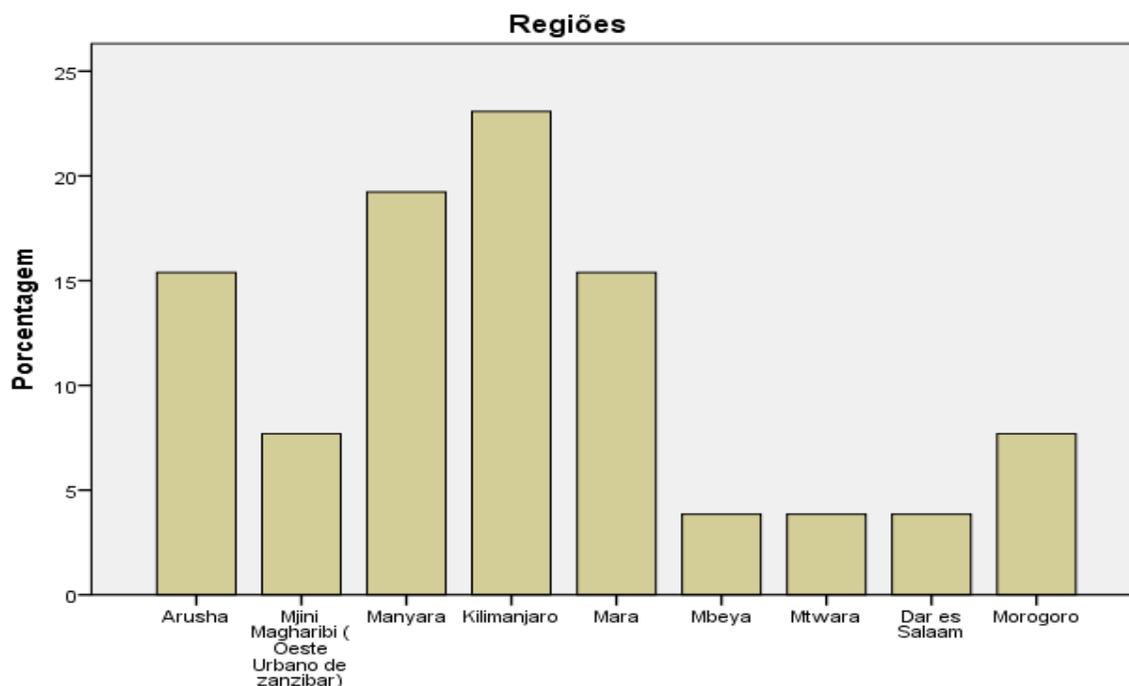
4. **Capítulo 3:** Análise sistemática da literatura sobre conflitos ambientais territoriais na Tanzânia

Este capítulo é dedicado a apresentação dos resultados da Tanzânia, a discussão e apresentação de possíveis respostas relacionadas a esses dados.

4.1. Localização das unidades de conservação

A Tanzânia possui 31 regiões administrativas, entre as quais destacaram-se 9 nos resultados obtidos a partir da análise dos artigos selecionados. A região com maior localização de áreas protegidas estudadas foi a região de Kilimanjaro com um destaque de 23,1%. De seguida temos a região de Manyara com um percentual de 19,2%, e as regiões de Mara e Arusha que tiveram cada uma 15,4% de concentração das áreas protegidas estudadas.

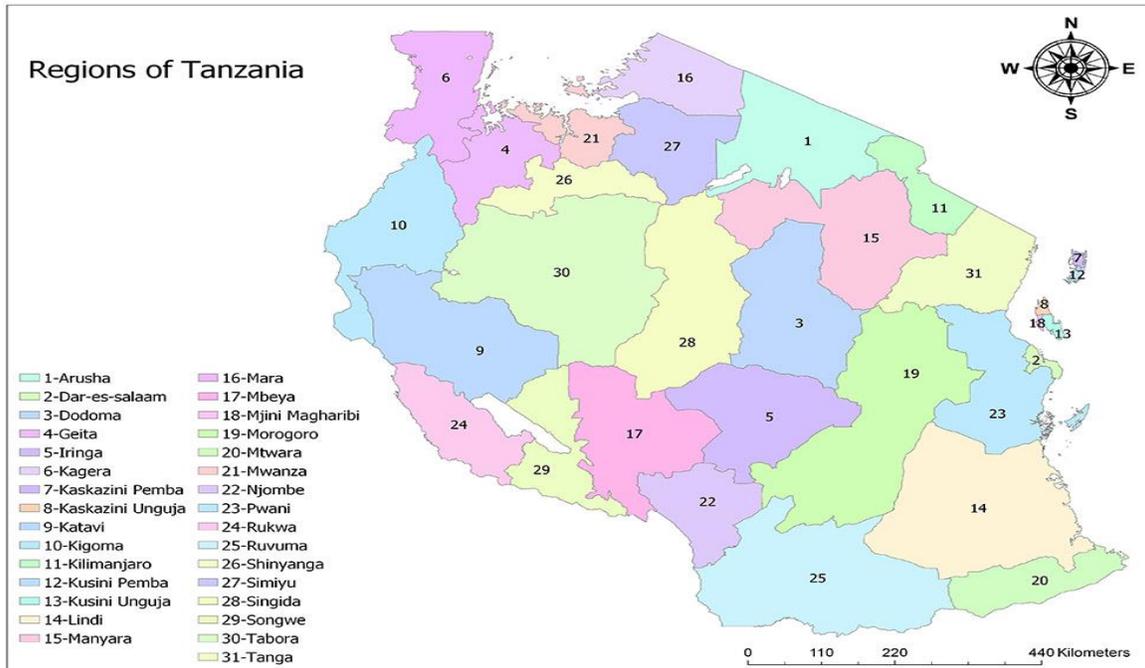
Da mesma forma, as regiões de Morogoro e a Mjini Magharibi (Oeste Urbano de Zanzibar) concentraram cada uma 7,7% das áreas protegidas estudadas pelos artigos. Por fim, as regiões de Mbeya, Mtwara, Dar es Salaam acumularam o mesmo percentual de áreas protegidas estudadas, um total de 3,8% para cada uma das regiões.

Gráfico 19: Localização das áreas protegidas estudadas

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Observamos que existe grande concentração das áreas protegidas estudadas ao norte do país, visualmente representados na Figura 9, abrangendo as regiões de Kilimanjaro (11), Manyara (15), Mara (16), Arusha (1) e Morogoro (19). Segundo os autores Alan Rodgers, Lota Melamari e Fred Nelson (2003) a gestão e os usos da vida selvagem e dos recursos naturais no norte do país por agências governamentais tem fins econômicos. Assim como a presença ONGs conservacionistas nacionais e internacionais deve-se a grande e singular diversidade da vida selvagem encontrada nas savanas no norte da Tanzânia e por esta região servir de rota migratória sazonal de animais selvagens (RODGERS, MELAMARI & NELSON, 2003).

Figura 9: Regiões administrativas da Tanzânia



Fonte: Mappr; Google imagens.

Se para o governo a grande diversidade é um atrativo para movimentar a economia através do turismo, para os conservacionistas destaca-se a importância biológica da vida selvagem e para as comunidades rurais o interesse na vida selvagem se deve à possibilidade de aumento de renda (RODGERS, MELAMARI & NELSON, 2003). Os dados mostram que o governo obteve um crescimento de 10% por ano nas arrecadações financeiras com as pastagens da savana e o turismo em áreas de conservação localizadas ao norte, registrando um aumento de 65 milhões para 725 milhões de dólares entre 1990 a 2001 (BANCO MUNDIAL / MIGA, 2002 *apud* RODGERS, MELAMARI & NELSON, 2003).

A concentração das áreas protegidas no norte da Tanzânia também pode ser explicada pela crítica que os autores Rodgers, Melamari & Nelson (2003) endereçam à extração e exploração exacerbada da vida selvagem devido a caça ilegal, a caça autorizada, a alteração dos habitats naturais, os usos agrícolas e os assentamentos humanos, principais motivos da queda da quantidade de animais selvagens nas savanas do norte da Tanzânia. Deste modo a implementação e o crescimento das áreas protegidas seria uma das respostas aos problemas mencionados. Todos esses atributos, em especial a diversidade biológica única, caracterizam as savanas do norte da Tanzânia como uma *biodiversity hotspot*

considerando a definição dada por MYERS *et al.* (2000), fato esse que faz essa área geográfica do país alvo de diversos interesses.

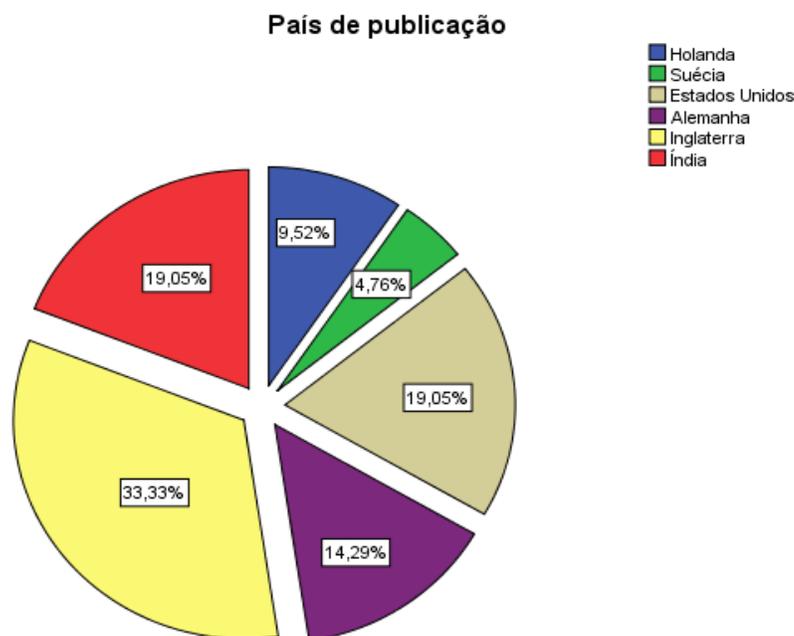
4.2 Idioma dos artigos

Foi observado que todos os artigos selecionados foram escritos em inglês, o que é compreensível visto que uma das línguas oficiais da Tanzânia é o inglês (além do swahili), e a mesma é considerada uma língua universal.

4.3 País de publicação

Os trabalhos selecionados foram publicados em editoras de seis países, entre as quais destaca-se a Inglaterra com 33,33% das publicações, os Estados Unidos com 19,05% e a Índia com o mesmo percentual dos Estados Unidos. A Alemanha também teve uma quantidade significativa com 14,29% das publicações em relação a Holanda e a Suécia.

Gráfico 20: País onde o artigo foi publicado

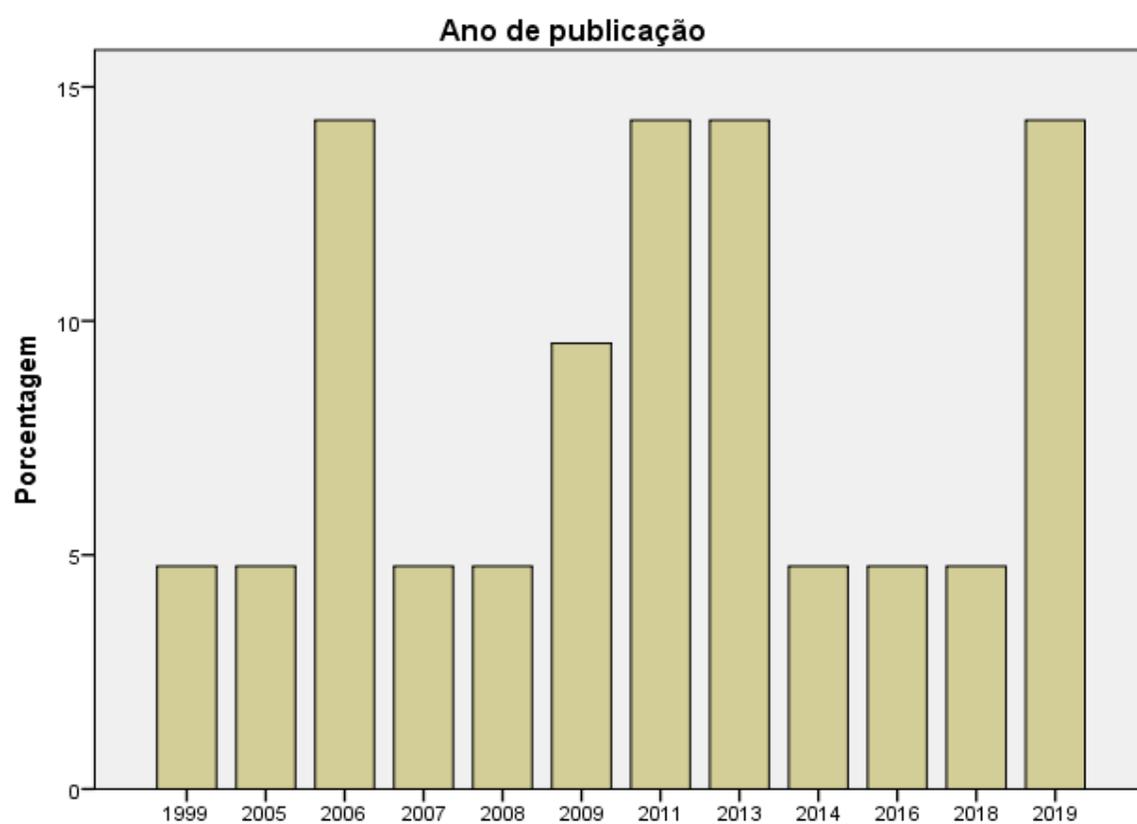


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.4 Ano de publicação na revista

Como ilustrado no Gráfico 21, os anos 2006, 2011, 2013 e 2019 concentraram cada um 14,3% de publicações dos artigos selecionados nas revistas. Seguidamente temos o ano de 2009 com 9,5% de artigos publicados, e por último os anos de 1995, 2005, 2007, 2008, 2014, 2016 e 2018 com 4,8% para cada ano, o menor percentual em relação aos demais anos.

Gráfico 21: Ano de publicação da revista



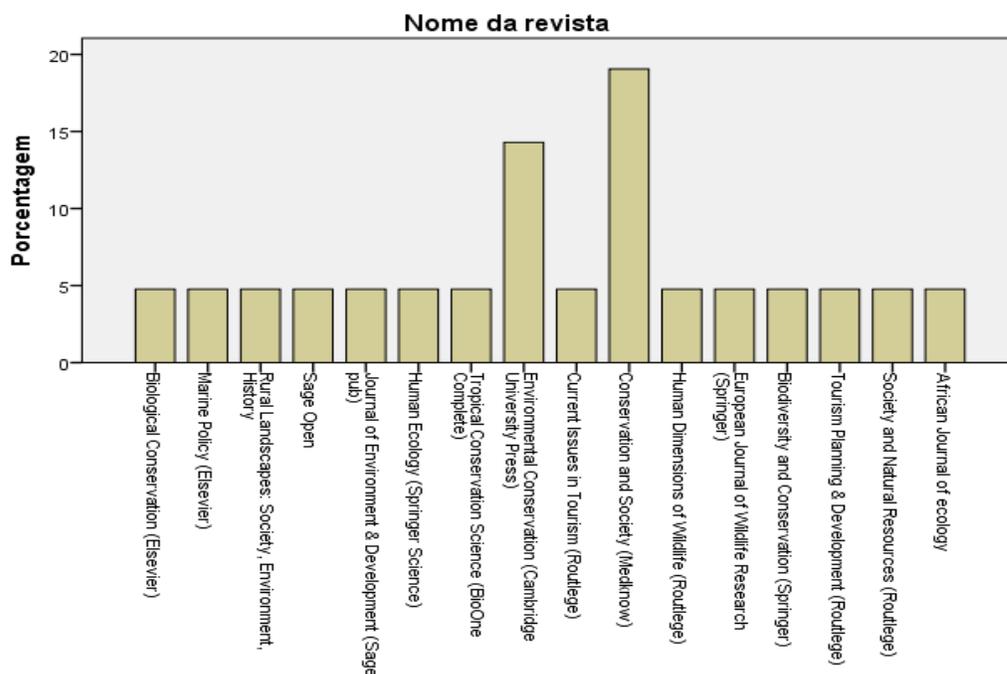
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.5 Revistas de publicação

As revistas que publicaram grande parte dos artigos sobre os conflitos em áreas protegidas na Tanzânia foram *Conservation and Society* acumulando 19% das publicações e *Environmental Conservation* com 14,3% das publicações. A *Conservation and Society*²² é uma revista interdisciplinar que dialoga sobre as teorias e práticas da conservação e, da mesma forma a *Environmental Conservation* é também uma revista interdisciplinar que trabalha com temáticas voltadas para práticas da conservação, políticas ambientais e outros assuntos relacionados a ciências ambientais que envolvem o mundo natural e social.²³

Embora com percentuais baixos em termos da quantidade de trabalhos publicados, essas revistas são interdisciplinares e de caráter internacional. Suas temáticas variam do turismo, biologia da conservação, conservação da vida selvagem e desenvolvimento.

Gráfico 22: Revistas de publicação



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

²² Consultar o site oficial da revista disponível em: < <https://www.conservationandsociety.org.in/>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

²³ Consultar o site oficial da revista disponível em: < <https://www.cambridge.org/core/journals/environmental-conservation> >. Acesso em: 02 dez. 2021.

4.6 Objetivos do estudo

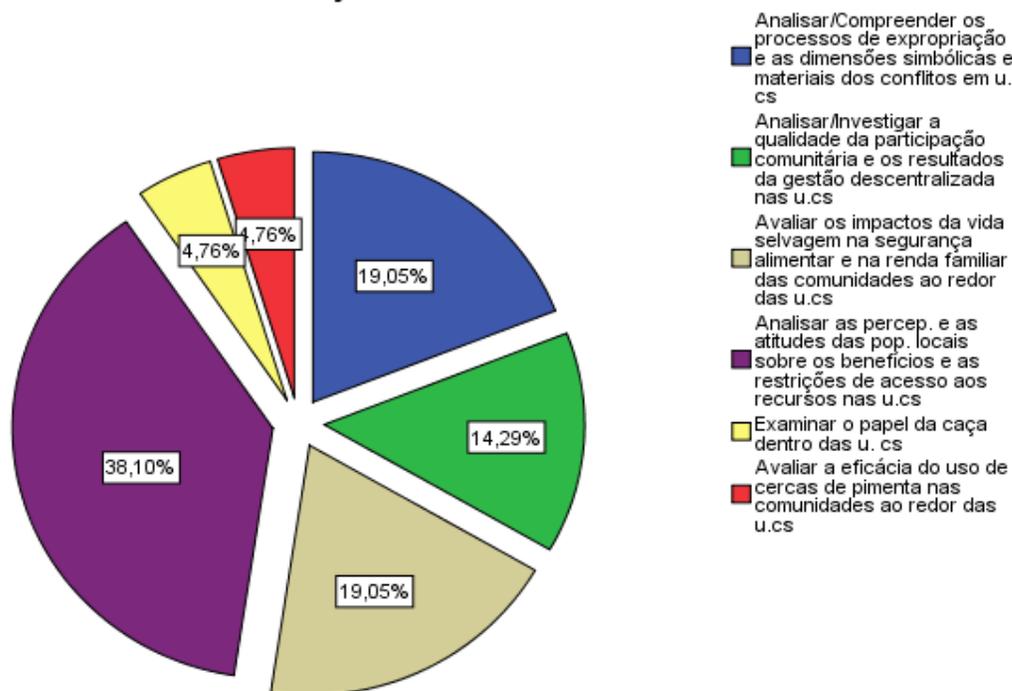
Os trabalhos analisados expõem de forma geral os efeitos das áreas de conservação sobre as populações, no entanto os objetivos de estudos de cada um deles possui finalidades mais específicas de estudos agrupados nesse trabalho em seis objetivos. Foi observado que a maioria dos artigos selecionados, um percentual de 38,10% dos artigos, tiveram como objetivo a realização da análise sobre as percepções das populações sobre os benefícios e as restrições impostas pela unidade de conservação.

Os dois segundos maiores objetivos obtiveram um percentual de 19,05% e se empenharam na tentativa de compreender os processos de expropriação material e simbólica dos conflitos e à avaliação dos impactos da vida selvagem na segurança alimentar e renda familiar das populações residentes nas proximidades das áreas protegidas.

Nessa mesma linha, tivemos 14,29% dos artigos com o objetivo de investigar a qualidade da participação das comunidades na gestão descentralizada adotada através do modelo de conservação baseada na comunidade (*community based conservation*) e seus resultados. Por último tivemos poucos artigos cujos objetivos visavam examinar o papel da caça dentro das unidades e avaliar a eficácia do uso das cercas de pimenta nas comunidades ao redor das áreas protegidas.

Gráfico 23: Objetivos de estudo

Objetivos do estudo

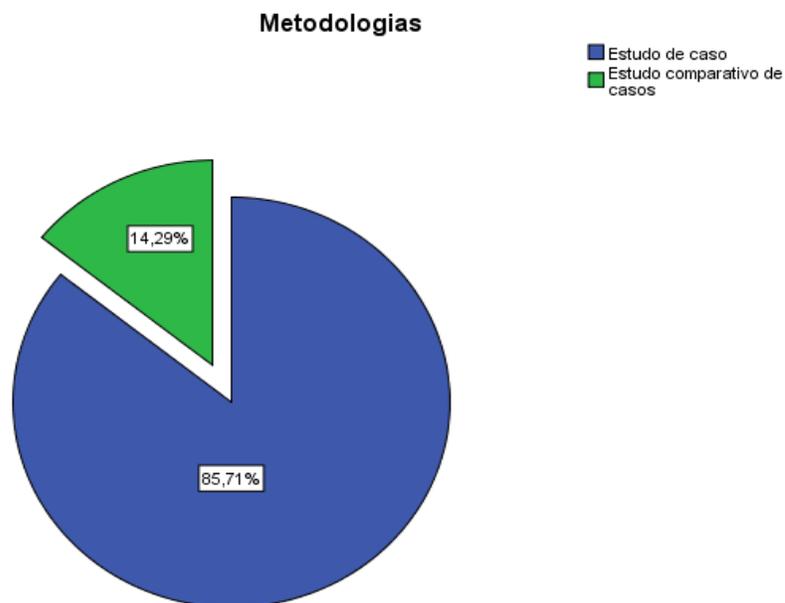


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.7 Metodologias de Estudo

As metodologias de estudo aplicadas pelos autores eram em sua maioria Estudo de Caso. Esta metodologia foi usada por 85,71% dos artigos conforme mostra o Gráfico 24, enquanto que o Estudo Comparativo de Casos foi utilizado por 14,29% dos artigos selecionados.

Gráfico 24: Metodologias aplicadas nos artigos analisados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.8 Técnicas de coleta de dados

As técnicas de pesquisa foram na maioria das vezes aplicadas de forma combinada com mais de duas técnicas, o que nos permitiu criar variáveis de múltiplas escolhas para a visualização dos percentuais. Os resultados reunidos na Tabela 20 mostram que as técnicas mais usadas pelos artigos foram Entrevista, Observação e Etnografia. Em primeiro destaca-se a Entrevista utilizada por 33,9% dos artigos, em seguida a Etnografia com 19,6% e a Observação com 17,9%.

Tabela 13: Técnicas utilizadas para a coleta dos dados

Técnicas de coleta de dados ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Questionário	6	10,7%
Entrevista	19	33,9%
Análise_documental	6	10,7%
Mapeamento_participativo	2	3,6%
Observação	10	17,9%
Pesquisa_bibliográfica	1	1,8%
Georeferenciamento	1	1,8%
Etnografia	11	19,6%
Total	56	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.9 Agentes e materiais de estudo

A Tabela 21 apresenta os materiais e os agentes utilizados para a obtenção dos dados e informações para a pesquisa. A maioria dos agentes utilizados como fontes foram as comunidades tradicionais que se destacaram com 37,5% entre os artigos e os funcionários encarregues da gestão das áreas de conservação com um percentual de 17,9%. Por outro lado, também tivemos em evidência o uso dos documentos, dos funcionários do governo e das lideranças rurais como fontes nas pesquisas.

Tabela 14: Agentes e materiais utilizados para obtenção dos dados (continuação).

Agentes e materiais de estudo ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Documentos	6	10,7%
Comunidades tradicionais	21	37,5%

Tabela 14: Agentes e materiais utilizados para obtenção dos dados (conclusão).

Agentes e materiais de estudo	N	Porcentagem
Funcionários do governo	6	10,7%
Ongs	2	3,6%
Lideranças rurais	6	10,7%
Funcionários de estabelecimentos de turismo	1	1,8%
Representantes da sociedade civil	3	5,4%
Funcionários de empresas privadas	1	1,8%
Gestão da unidade de conservação	10	17,9%
Total	56	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.10 Perspectiva Teórica

Os trabalhos analisados sobre a Tanzânia adotaram em sua maioria uma perspectiva sociológica com um percentual de 45,8% mensurado na Tabela 22. A Ecologia Política também foi bastante utilizada, ela foi empregada nas análises de 25% dos trabalhos. Do mesmo modo, a antropologia também teve relevância significativa uma vez que foi utilizada por 20,8% dos artigos.

As áreas de estudo pouco utilizadas pelos artigos foram Ecologia Humana e Ecologia. Além disso, tivemos apenas dois trabalhos que combinaram antropologia e sociologia nas suas análises. A Sociologia se destacou entre as demais perspectivas, o que pode estar relacionado com a tentativa de explicar ou relacionar os modos de vida das comunidades e as relações destas com a vida selvagem e as áreas de conservação.

Tabela 15: Perspectiva teórica adotada nas análises (continuação).

Perspectiva Teórica ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Antropologia	5	20,8%
Sociologia	11	45,8%
Ecologia_Política	6	25,0%

Tabela 15: Perspectiva teórica adotada nas análises (conclusão).

Perspectiva Teórica	N	Porcentagem
Ecologia Humana	1	4,2%
Ecologia	1	4,2%
Total	24	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.11 Principais autores e referências

Os principais autores utilizados para a fundamentação teórica e argumentação foram Roderick P. Neuman, UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), L. P Naughton-Tréves, Dan Brockington, Jim Igoe, FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), K. L.I. Campbell, Fikret Berkes e Martin Loibooki. Com a exceção da UNESCO e da FAO, os autores estudam diversas temáticas ambientais que variam desde a conservação da biodiversidade, sua relação com as comunidades nativas, a expropriação e os conflitos dele resultantes, quer os que envolvem a vida selvagem ou os que envolvem as autoridades conservacionistas.

A UNESCO se destacou nas literaturas pela produção de manuscritos que legitimam a conservação de lugares considerados patrimônios mundiais e a FAO, por sua vez, teve grande relevância no que se refere à insegurança alimentar tidas como uma das consequências do conflito homem-vida selvagem.

Figura 10: Mapa de palavras dos principais autores utilizados

2013). O programa consistia em fornecer empréstimos, o chamado empréstimo de ajustamento estrutural (*structural adjustment loan*), condicionados a adoção de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) através de um programa de estabilização, pagamento da dívida e reformas políticas no âmbito econômico (PEREIRA, 2013).

Segundo o autor, em contextos africanos a justificativa apresentada diz respeito ao inchamento da estrutura estatal pós-colonial que conseqüentemente resultou em estados intervencionistas e sem eficiência. As reformas envolviam diversas pautas como a liberalização do comércio, promoção da especialização produtiva agrícola e aumento das exportações de bens primários, criação de condições para atrair o investimento externo, regulação dos preços em conformidade com o mercado internacional, livre circulação de capital, regularização cambial e mudanças nas políticas educacionais (PEREIRA, 2013).

A partir de 1986, o Banco Mundial criou programas sociais como forma de amenizar os impactos provocados pelas políticas de ajustamento e cessar os protestos sociais através da criação de fundos sociais que garantem e legitimam o ajustamento (PEREIRA, 2013). As ONGs se destacam como principais instituições executoras de programas financiadas pela organização desde 1982, em especial as ONGs ambientalistas norte-americanas que pressionavam e chamavam atenção pelos impactos ambientais dos projetos financiados pelo banco (PEREIRA, 2013).

Relembrando que na década de 1980, a noção de governança também começa a ganhar destaque nas discussões políticas e acadêmicas e a ser propagada por órgãos privados, públicos, e principalmente por organismos de caráter multilateral como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (IPEA, 2018).

Como destaca o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018), a governança adquiriu duas vertentes analíticas, a abordagem prescritiva-formal de “boa governança” e a abordagem analítica da governança. A noção de governança adotada no modelo de gestão inclusiva e descentralizada da “Conservação Baseada na Comunidade” implementada na Tanzânia diz respeito a abordagem prescritiva-formal de “boa governança” que se aplica a administração pública do país. Essa abordagem, criada pelo Banco Mundial e difundida pelas ONGs, organizações bilaterais e multilaterais, prega a noção da uma boa aplicação e prática de políticas públicas prescritivas a serem seguidas de modo a garantir o funcionamento

eficiente de um estado democrático (IPEA, 2018). Deste modo, de acordo com o Banco Mundial, a boa governança seria “a maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país para o desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 1989, p. 1 *apud* IPEA, 2018).

É na tentativa de promover a “boa governança” que a gestão descentralizada e a ampliação da participação social foi efetivada na Tanzânia como um dos requisitos para o governo da Tanzânia obter os empréstimos do programa de ajustamento estrutural do Banco Mundial. Nesse sentido, em tom de crítica, Zhouiri (2008) evidencia que a noção de governança propagada pelo Banco Mundial remete a noção de gestão que subentende a ideia de consenso vinculado a promoção do desenvolvimento sustentável, onde não se questiona as relações assimétricas de poder existentes entre os atores sociais envolvidos no processo de gestão ou negociação. A partir dessa ótica, os conceitos de gestão e de participação relacionados à conservação ilustrados na Figura 11, trazem a ideia de consenso e “boa governança” a serem obtidos através de uma gestão democrática que intermedia os diferentes interesses dos autores sociais sobre os recursos naturais.

Figura 11: Mapa de palavras dos conceitos utilizados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.12 Principais Conclusões

As análises nos permitiram sistematizar diversas conclusões comuns entre os trabalhos, e entre os demais reunimos algumas conclusões bastante comuns. Observamos que 22,4% dos artigos concluíram que o nível de participação e comunicação, assim como os benefícios relacionados ao modo de subsistência das comunidades afetou a forma como estas reagem à conservação e condicionou o fracasso da abordagem participativa. Segundo os relatos, houve fracasso da abordagem participativa porque ela foi usada de forma manipulativa e as populações foram resumidas apenas a meros figurantes.

Isso demonstra uma tentativa superficial de democratizar a participação e a baixa qualidade da mesma. De acordo com as análises de Kiwango *et. al* (2015), a devolução passiva do poder e autoridade sobre a vida selvagem para as comunidades na Tanzânia, assim como em diversos países do continente africano, evidenciou o crescente interesse do Estado em continuar controlando e administrando a vida selvagem, e conseqüentemente exclui cada vez mais as comunidades de usufruir dos benefícios da conservação.

A necessidade de criar e melhor distribuir os benefícios econômicos oriundos das unidades foi apontado por 11,8% dos artigos como uma das formas de reduzir conflitos. Esses dados evidenciam que esse mecanismo de resolução dos conflitos deve ser melhor pensado, pois existe grande possibilidade dos recursos da conservação serem mal distribuídos. Por exemplo, 2,6% dos trabalhos relataram que existe uma desigual distribuição dos benefícios da conservação entre os membros das comunidades.

Nessa mesma linha de raciocínio, 5,3% dos artigos acreditam que a resistência da população é relacionado a imposição de novas lógicas territoriais e cartográficas de acesso e uso dos recursos naturais. Em vista disso, 5,3% dos artigos concluíram que o ressentimento da população se deve às ações das organizações conservacionistas e a alienação de terras e não pela convivência com a vida selvagem. Cabe ressaltar que 7,9% dos artigos apontaram que as percepções locais de risco variam em função da proximidade dos limites do parque, da expansão das áreas protegidas, da perda de terras e de acesso a recursos necessários para a subsistência das populações. Nessa mesma linha sobre as percepções de risco relatados, 3,9% apontaram que existe uma relação de causa e efeito entre a baixa densidade de presas, a alta densidade do gado criado pelas comunidades agro-pastoris e a depredação de gado e das plantações agrícolas.

Como consequência, assiste-se em alguns casos a retaliação das famílias residentes ao redor das áreas de conservação. Outra consequência muito mais preocupante diz respeito ao agravamento da insegurança alimentar, a diminuição da renda familiar e o aumento da pobreza de acordo com 5,3% dos trabalhos. Em fator disso, a redução da pobreza foi considerada por 5,3% dos artigos como a solução mais viável a longo prazo caso para a redução da dependências das famílias sobre os recursos naturais e a vida selvagem. Corroborando com esse argumento, tivemos 2,6% dos trabalhos que defendem que as intervenções das áreas de conservação aprofundaram desigualdades estruturais e

empobreceram ainda mais pessoas marginalizadas pelas políticas de desenvolvimento em nível de estado colonial e pós-independência, um dos motivos também pela qual 5,3% dos artigos deduziram que as comunidades culpabilizam o governo pelos efeitos da conservação e os conflitos dele resultantes.

Tabela 16: Principais conclusões (continua).

Principais conclusões ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Houve omissão de alguns dados pela parte dos entrevistados devido a cobrança excessiva de impostos;	1	1,3%
Existe uma relação de causa e efeito entre a baixa densidade de presas, alta densidade do gado criado pelas comunidades agro-pastoris, a depredação de gado ao redor das áreas de conservação	3	3,9%
Necessidade de educação formal nas comunidades para a melhoria da sua atitude em relação à conservação;	2	2,6%
Evidenciou-se que o turismo pouco contribuiu para o desenvolvimento local	2	2,6%
Constatou-se que os papéis de gênero restringem a participação e a justiça distributiva na gestão baseada na comunidade;	2	2,6%
Existe uma desigual distribuição dos benefícios da conservação entre os membros das comunidades;	2	2,6%
Favorecimento de atividades desenvolvimentistas (turismo) em detrimento das comunidades;	2	2,6%
Existe uma culpabilização do governo pelos efeitos da conservação e pelos conflitos;	4	5,3%
Resistência da população se deve a imposição de novas lógicas territoriais e cartográficas de acesso e uso aos recursos naturais;	4	5,3%
O nível de participação e comunicação, assim como os benefícios relacionados ao seu modo de subsistência das comunidades afetou a forma como estas reagem à conservação e condicionou o fracasso da abordagem participativa;	17	22,4%
Concluiu-se que as percepções locais de risco variam em função da proximidade dos limites do parque, à expansão das áreas protegidas, a perda de terras e de acesso a recursos necessários para a subsistência das populações;	6	7,9%
A redução da caça ilegal se deve ao custo da viagem e não pelo custo da prisão, pois ela move a economia informal além do seu valor cultural;	3	3,9%
A ideia de que o “modelo de Yellowstone” ainda domina no estabelecimento de áreas protegidas na Tanzânia;	1	1,3%
Existe uma necessidade para analisar e avaliar a eficácia do aumento do número de áreas protegidas nos países em desenvolvimento;	1	1,3%
As intervenções da nas áreas protegidas aprofundaram desigualdades estruturais e empobreceu ainda mais pessoas marginalizadas pelas políticas de desenvolvimento em nível de estado colonial e pós-independência;	2	2,6%

Tabela 16: Principais conclusões (conclusão).

Principais conclusões	N	Porcentagem
Existe um agravamento da insegurança alimentar e diminuição da renda familiar devido aos danos às plantações pelos animais selvagens e as restrições de acesso aos recursos;	4	5,3%
A solução a longo prazo está em reduzir a pobreza;	4	5,3%
O ressentimento da população se deve às ações das organizações conservacionistas e a alienação de terras, e não pela existência da vida selvagem na área;	4	5,3%
A tradição dos grupos étnicos das comunidades poderia ser aproveitada para a conservação formal;	2	2,6%
Existe necessidade de criar e melhor distribuir benefícios econômicos aos moradores como forma de reduzir conflitos;	9	11,8%
Existência de percepção equivocada, negativa e generalizada de que danos às colheitas são principal custo associado à vida selvagem dos parques;	1	1,3%
Total	76	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

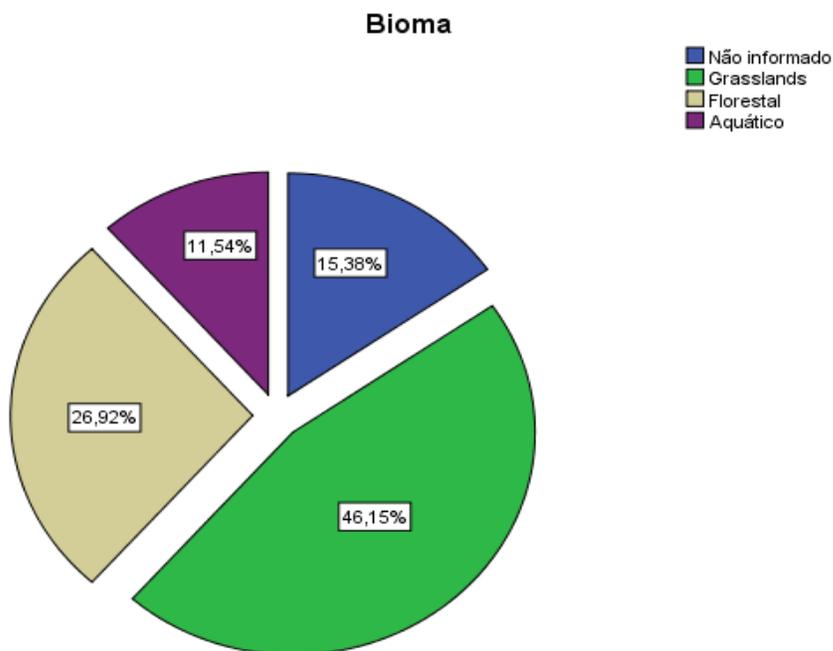
4.13 Bioma

A Tanzânia possui 4 diferentes tipos de biomas, nomeadamente: *aquatic* (marinho e águas doces), *grasslands* (inclui pastagens tropicais ou savanas e pastagens temperadas), *desert* (deserto) e *forests* (incluem florestas temperadas, florestas tropicais e florestas boreais)²⁴. Os resultados das análises evidenciaram que quase metade das áreas protegidas estudadas possuem o bioma *grasslands* com um percentual de 46,15%. O segundo bioma de maior relevância teve destaque com 26,92%, seguido do bioma *aquatic* com o percentual de apenas 11,54%. Por outro lado, 15,38% dos trabalhos não informaram o bioma das áreas de conservação estudadas.

A predominância do bioma das *grasslands* pode ser explicada pela diversidade da vida selvagem e espécies endêmicas presente nesse bioma, daí a necessidade de maior proteção devido a perdas de habitat e da vida selvagem, mas principalmente pela localização das unidades estudadas nos artigos nas savanas do norte da Tanzânia. Há que se considerar também que as paisagens das savanas são de grande relevância para os safáris nos parques, um dos principais atrativos turísticos do país.

Gráfico 25: Biomas das unidades de conservação analisadas

²⁴ Mais informações disponíveis em: < <https://www.worldatlas.com/articles/ecological-regions-of-tanzania.html>. >. Acesso em: 23 nov. 2021.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

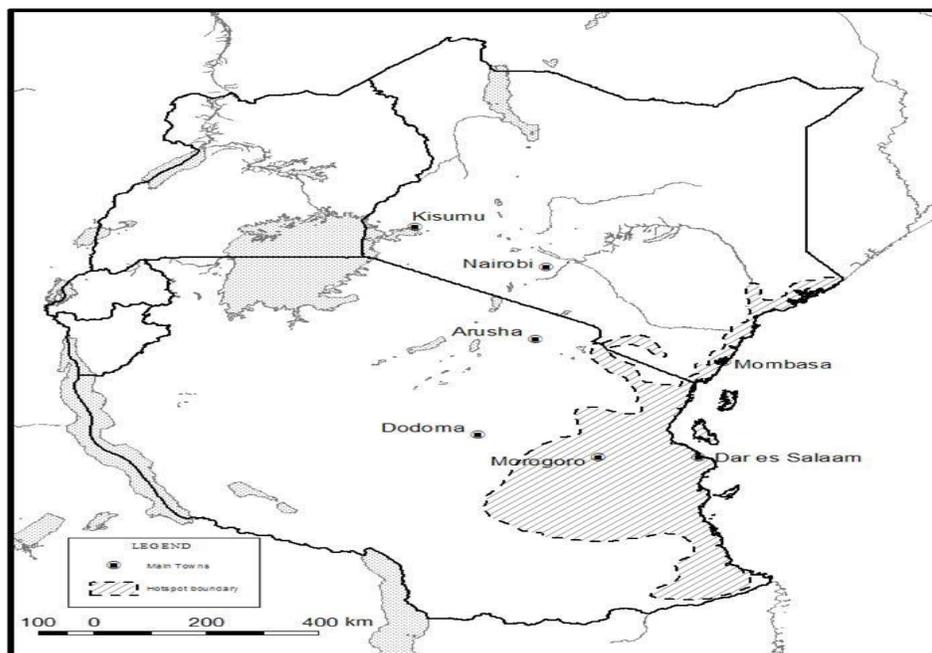
O bioma *forests* foi o que mais se destacou além das *grasslands*, um fato que pode ser explicado por este bioma ser considerado uma *biodiversity hotspot* de acordo com os estudos do Myers *et al* (2000) que identificaram as 25 áreas prioritárias globais para conservação ilustrado na Figura 7. De acordo com o relatório do *Critical Ecosystem Partnership Fund* (Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos) atualizado em 2005, as Montanhas do Arco Oriental e Floresta Costeira da Tanzânia e do Quênia (*Eastern Arc Mountains & Coastal Forest of Tanzania and Kenya*) ilustrados na Figura 12, foram consideradas como uma *hotspot* com maior probabilidade de extinção entre as outras 24 identificadas, pois possuem a maioria de suas espécies na Lista Vermelha das mais ameaçadas segundo os estudos da IUCN (CI & ICIPE, 2005).

O projeto de proteção das Montanhas do Arco Oriental e Floresta Costeira da Tanzânia e do Quênia foi financiado pelo *Critical Ecosystem Partnership Fund* (CEPF). O fundo foi desenvolvido pela ONG *International Conservation* (CI) em conjunto com o Governo japonês, a Fundação MacArthur e o Global Environment Facility (GEF) do Banco Mundial com o intuito de proteger as *hotspots* nos países em desenvolvimento (CI & ICIPE, 2005).

Assim como a descentralização da gestão ambiental e a introdução da boa governança através do Programa de Ajustamento Estrutural, o Banco Mundial também é um grande impulsionador da conservação de áreas prioritárias através do GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente). O GEF foi inicialmente um programa piloto que se desenvolveu para um fundo multilateral destinado a proteção de ecossistemas ameaçados e degradados (GEF, 2021). Segundo o relatório de comemoração de 30 anos do GEF, o fundo já tem parcerias consolidadas com pelo menos 184 governos, com mais de 500 organizações da sociedade civil, 18 agências implementadoras do fundo e outras empresas e instituições parceiras (GEF, 2021).

Como se pode notar a influência dessa organização, a criação do GEF a partir de 1991, financiou grandes ONGs internacionais que difundiram os modelos de parques preservacionistas, executaram programas do Banco Mundial quanto à conservação das *hotspots* e implementação de áreas protegidas como moeda de troca para mitigação dos efeitos de projetos desenvolvimentistas a exemplo do programa ARPA executado Amazônia brasileira.

Figura 12: Mapa das montanhas do Arco Oriental e Floresta Costeira da Tanzânia e do Quênia

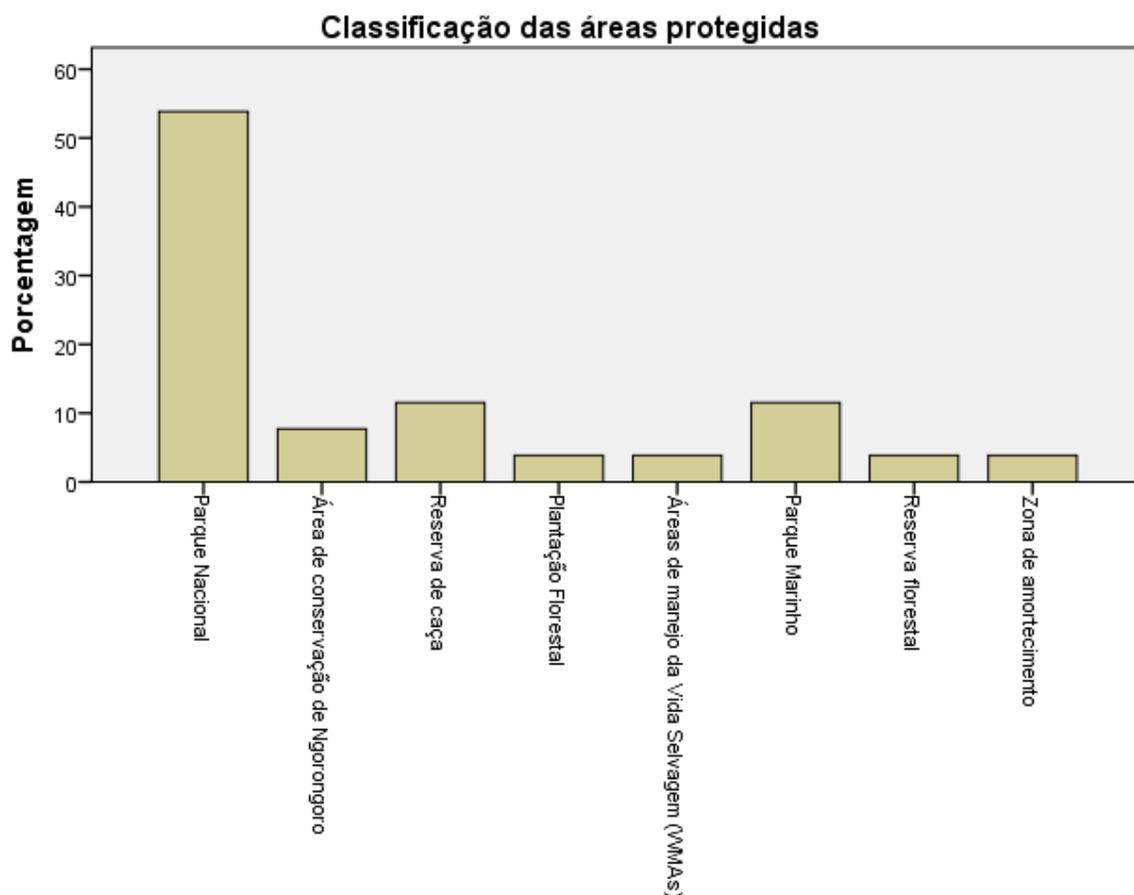


Fonte: CI & ICIPE, 2005.

4.14 Classificação das áreas protegidas

Os tipos de áreas protegidas mais presentes entre os artigos analisados foram parques nacionais. Este tipo de área acumulou um percentual de 53,8% entre os artigos, mais da metade do número de artigos. A Reserva de caça e o Parque marinho tiveram um percentual de 11,5% para cada um, e a área de conservação de Ngorongoro é o tipo de área protegida estudada por 7,7% dos artigos coletados. Os tipos de áreas protegidas estudados com baixo percentual foram Plantação Florestal, Reserva Florestal e Área de manejo da vida selvagem.

Gráfico 26: Classificação das áreas protegidas

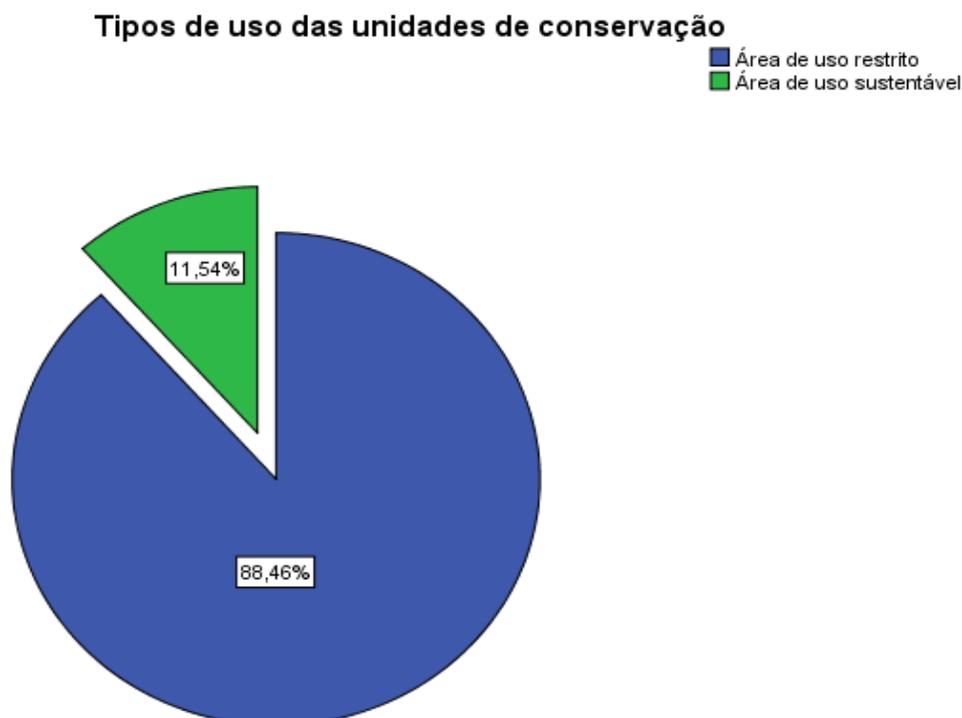


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Tipo de uso das áreas de conservação

As leis da Tanzânia não fazem distinção explícita, porém os tipos de usos permitidos nas áreas permitem essa distinção. Nesse caso, 88,46% dos artigos selecionados analisaram áreas protegidas de uso restrito e apenas 11,54% são áreas de uso sustentável.

Gráfico 27: Tipos de uso das áreas de conservação



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.15 Década de criação das áreas de conservação

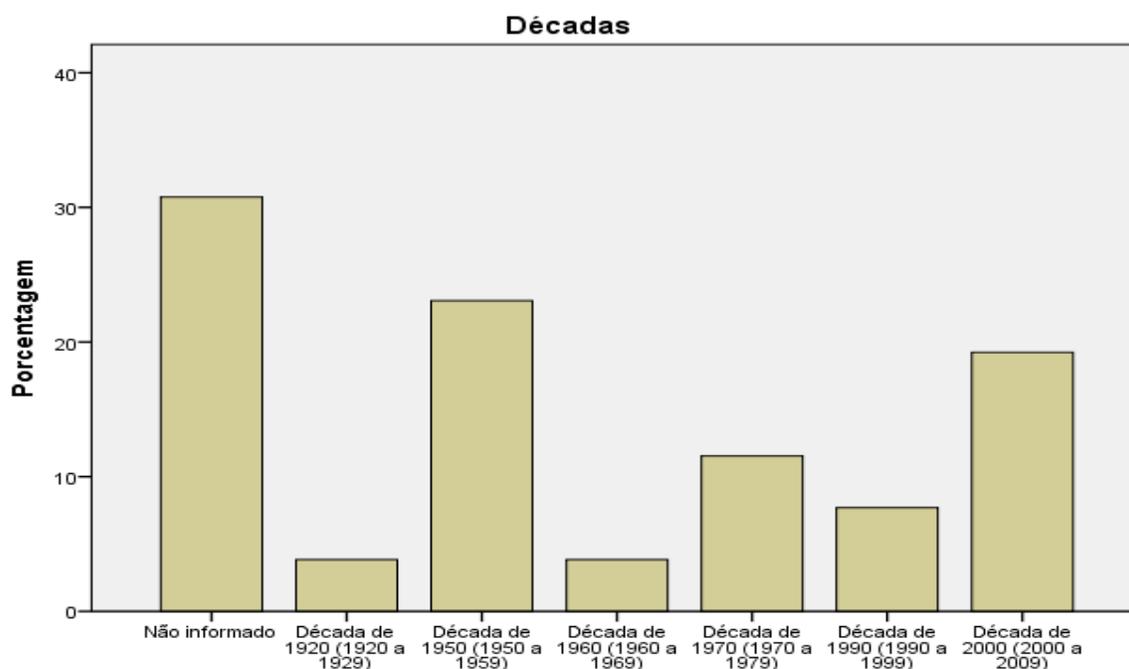
O Gráfico 28 mostra os anos de criação das áreas protegidas da Tanzânia. Houve um grande número de artigos, um total de 30,8%, que não informaram os anos de criação das áreas de conservação estudadas, fato esse que influencia nos resultados e as análises. A criação efetiva de áreas protegidas na Tanzânia remonta a década de 1900 com as reservas de caça previstas pelo governo colonial, por exemplo a reserva de caça Selous foi criada em

1905, porém ela foi publicada oficialmente apenas em 1921 pelo governo alemão (KIWANGO *et al.* 2015).

Os resultados mostram que grande parte das áreas protegidas, 23,1% foram criadas na década de 1950 (1950 a 1959) e juntamente com as áreas de conservação criadas na década de 1920 (1920 a 1929) com 3,8% dos artigos, obtivemos um quantitativo de 26,9 % das áreas criadas durante o período colonial antes da independência da Tanzânia em 1961. O gráfico mostra que a década de 1960 (1960 a 1969) teve 3,8% das áreas de protecção criadas e a década de 1970 foi um período do tempo que teve 11,5% das áreas de conservação criadas. O lento aumento das áreas protegidas na década de 1970 pode estar relacionada a aplicação do *The Wildlife Act* 1974, primeira legislação do país no pós-independência.

Como mostra o Gráfico 28, 7,7% das áreas de conservação foram criadas na década de 1990 (1990 a 1999), e a década de 2000 (2000 a 2009) teve 19,2% de áreas criadas. O crescimento da criação das áreas protegidas na década de 2000 pode ser atribuído a aplicação e consolidação da *Política da vida selvagem* introduzida a partir de 1998, pois ela permitiu conseqüentemente a criação de novas áreas de conservação e categorias numa tentativa não só de descentralizar o processo de gestão, mas também de impulsionar o turismo nacional (STOLLA, 2005; KIWANGO *et al.*, 2015).

Gráfico 28: Década de criação das áreas de conservação



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.16 Décadas de implementação das áreas de conservação

A Tabela 24 ilustra que a maioria dos artigos, precisamente 88,5% deles, não informou a data de implementação das áreas protegidas. A partir dos dados informados, mensuramos que a década de 1960 (1960 a 1969) teve 3,8% de áreas implementadas, a década de 1970 (1970 a 1979) teve 3,8% de áreas implementadas e a década de 2000 (2000 a 2009) também teve o mesmo percentual de áreas criadas assim como as demais décadas.

Tabela 17: Décadas de implementação das áreas de conservação

Década de implementação da a.p	Frequência	Porcentual
Não informado	23	88,5
Década de 1960 (1960 a 1969)	1	3,8
Década de 1970 (1970 a 1979)	1	3,8
Década de 2000 (2000 a 2009)	1	3,8
Total	26	100,0

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.17 Objetivos da criação da área protegida

Os objetivos que originaram a implementação de áreas protegidas na Tanzânia variam. A Tabela 25 mostra que 24% das áreas protegidas foram criadas por motivos de conservação dos recursos naturais e da vida selvagem, enquanto 56% dos artigos não informaram a razão da criação das respectivas áreas estudadas. Embora sem muito destaque, houve áreas protegidas que foram criadas tendo como intenção a resolução de conflitos, a promoção do desenvolvimento rural, a proteção das pessoas da vida selvagem, a promoção do turismo e a proteção dos interesses das populações locais.

Tabela 18: Objetivos da criação das áreas de conservação

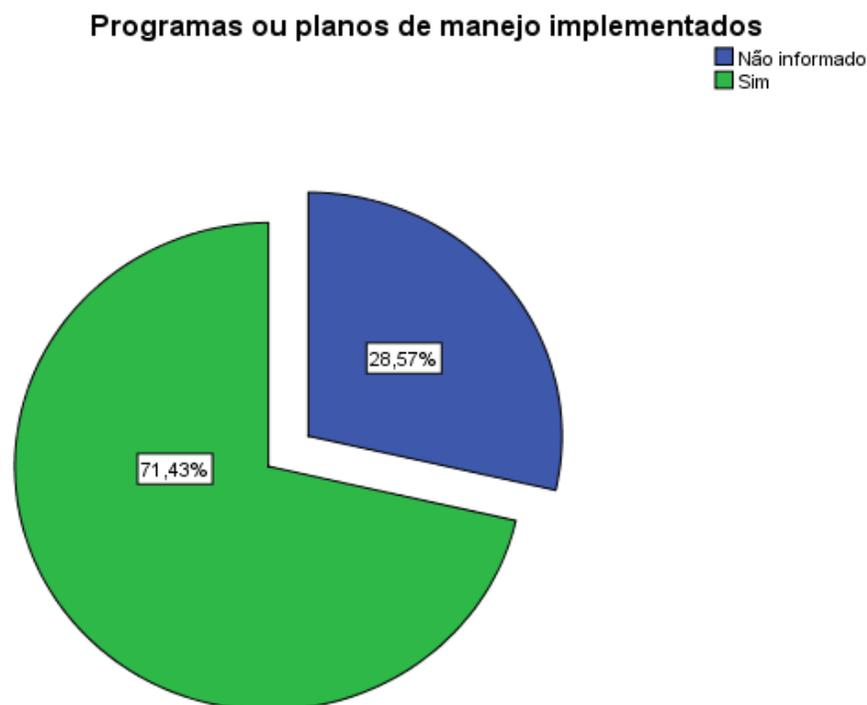
Objetivo que originou a unidade de conservação ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Não informado	14	56,0%
Resolução de conflitos	1	4,0%
Conservação dos recursos naturais e da vida selvagem	6	24,0%
Promover o desenvolvimento rural	1	4,0%
Proteger as pessoas da vida selvagem	1	4,0%
Proteger os interesses da população local	1	4,0%
Promoção do turismo	1	4,0%
Total	25	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.18 Existência de planos de manejo

Os planos de manejo são instrumentos que orientam a gestão das áreas protegidas. Os resultados ilustrados no Gráfico 29 mostram que 71,43% dos artigos confirmaram a existência de planos de manejo nas áreas protegidas estudadas, enquanto que 28,57% não informaram sobre os planos de manejo das áreas protegidas.

Gráfico 29: Planos de manejo das áreas de conservação

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.19 Promotores da implantação e/ou gestores das áreas de conservação

A implementação ou a gestão das áreas protegidas da Tanzânia teve como seu principal protagonista o Governo da República Unida da Tanzânia com 19,2%, além do mais, o mesmo estabeleceu importantes parcerias para a implementação de algumas unidades como Banco Mundial (através do seu programa GEF), Ongs ambientalistas a exemplo da ONG *New York Zoological Society* e a *African Wildlife Foundation* (AWF). Houve também um percentual considerável do serviço de conservação comunitária dos parques de Kilimadjaru (KINAPA) participando no processo de gestão, assim como Autoridade dos Parques Nacionais da Tanzânia (TANAPA).

Embora tenha se destacado com um baixo percentual, é necessário frisar que a *Tanzania Conservation Land Trust* (Fundo de Conservação de Terras da Tanzânia), segundo Ngeta Kabiri (2011), é uma importante, controversa e influente organização que emergiu

num contexto de atuação das empresas estrangeiras e agências internacionais. Conforme o autor, essa organização atua na protecção das terras do país através da venda ou doação para a conservação da vida selvagem e turismo. A *Tanzania Conservation Land Trust* é dirigida por um lobby constituído por um conselho desigual, no que se refere às relações de poder, composto por dirigentes distritais, membros comunitários, representantes da TANAPA e do PNUD, representantes da ONG *African Wildlife Foundation* e ONG *World Wildlife Fund* (KABIRI, 2011).

Gráfico 30: Promotores da implantação e/ou gestores



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

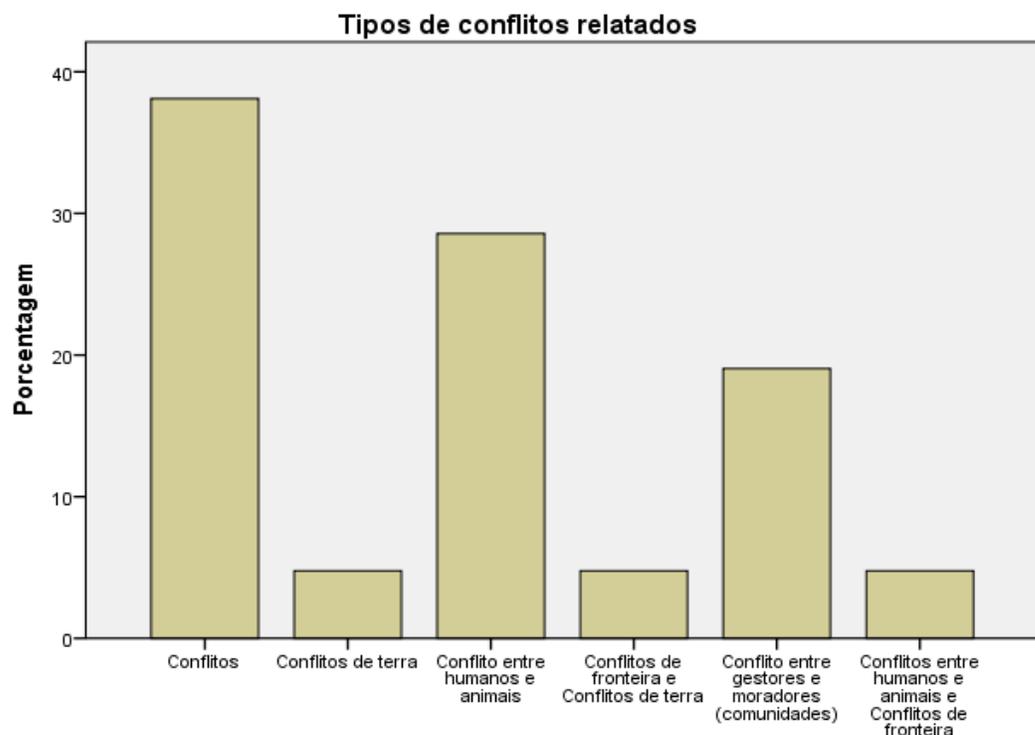
4.20 Tipos de conflitos relatados

Os resultados reunidos no Gráfico 31 revelam que 38,1% dos trabalhos analisados se referiu aos conflitos ambientais territoriais estudados com o termo “conflitos”, 28,6% dos trabalhos usaram o termo “Conflitos entre humanos e animais” para sua análise e a 19% dos trabalhos utilizaram “Conflito entre autoridades/gestores e moradores (comunidades)” para suas análises. Os outros tipos de conflitos pouco utilizados foram “conflitos de terra”, a junção de “conflito de fronteira e conflito de terras”, e a junção dos “conflitos entre humanos e animais e conflitos de fronteira”.

Pode-se notar que o “conflito de terras” e “conflitos de fronteira” são mencionados em alguns casos como coisas distintas. Isso se deve ao fato do “conflito de fronteira” ser utilizado mais abertamente quando se refere a violação dos limites delimitados ou a ampliação destes entre as áreas protegidas e as terras das comunidades, e o “conflito de terra” ser utilizado mais amplamente quando existe uma sobreposição ou expropriação das comunidades locais para a conservação ou outros empreendimentos.

No que tange aos conflitos, o *The Wildlife Act* de 2013 apresenta na sua parte VIII do parágrafo 3 as orientações e medidas que devem ser adotadas em caso de “*Human-Wildlife Conflict*” (Conflito Humano-Vida Selvagem), aquele com maior percentual registrado nos artigos analisados no presente trabalho (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2013). A legislação recomenda que as autoridades de gestão das áreas protegidas auxiliem as comunidades na mitigação dos conflitos relacionados a animais selvagens problemáticos.

Gráfico 31: Tipos de conflitos relatados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.21 Origem ou causa dos conflitos

As causas atribuídas aos diferentes tipos de conflitos relatados na Tabela 18 são diversificadas e podem se cruzar entre si por diversos fatores já existentes. Os relatos de 27,9% dos artigos evidenciam que as causas dos conflitos se devem às disputas pelo controle dos recursos por meio da restrição e proibição de acesso e usufruto dos recursos naturais, fatos esses que vêm acompanhados de ameaças e criminalização das atividades de subsistências das populações locais como informado por 7% dos trabalhos, uma attitude que caracteriza os processos de expropriação legitimados pelo governo.

A expansão das áreas de conservação e sua sobreposição em territórios de comunidades locais foi um dos motivos mais importantes relatados por 11,6% dos trabalhos. Aliado a esses processos, 11,6% dos trabalhos enfatizaram que a expansão ou criação das áreas de conservação marginaliza às populações, que na maioria das vezes possuem diferentes interesses e concepções de uso dos recursos naturais segundo 4,7% dos artigos

analisados. Quando insatisfeitos, 4,7% dos trabalhos apontam que essas populações são submetidas a ameaças constantes de realocação e deslocamento forçado.

Nas esferas de decisão, os diferentes interesses sobre os recursos se fazem mais evidentes e as populações passam a ter que lidar com a exclusão e monopolização do poder dos órgãos gestores, motivos atribuídos por 4,7% dos trabalhos como causa dos conflitos. Outras causas muito comuns de conflitos diz respeito à depredação de gado, danos às plantações e ataques aos humanos pelos animais selvagens como relatado por 8,7% dos trabalhos. Por fim, também foram apontadas outros motivos de conflitos como a escassez de terras, retaliação aos ataques dos animais selvagens disputas por indenização e proibição de manejo tradicional.

Tabela 19: Origem ou causa dos conflitos

Origem dos conflitos ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Disputa pelo controle dos recursos: restrição e proibição de acesso e usufruto dos recursos	12	27,9%
Retaliação aos ataques dos animais selvagens	1	2,3%
Omissão de informações e falta de comunicação	1	2,3%
Depredação de gado, danos às plantações e ataques aos humanos pelos animais selvagens	6	14,0%
Diferentes interesses, concepções e uso dos recursos	2	4,7%
Monopolização do poder e exclusão da população nas esferas decisão	2	4,7%
Domínio colonial por meio da administração etnizada	1	2,3%
Expansão da área de conservação e sobreposição de territórios	5	11,6%
Marginalização das populações no processo de criação e estabelecimento da área conservação	5	11,6%
Ameaças de realocação e deslocamento forçado	2	4,7%
Escassez de terras	1	2,3%
Disputas sobre indenização por danos às plantações	1	2,3%
Ameaça e criminalização das atividades de subsistência das populações	3	7,0%
Proibição dos modelos de manejo das comunidades	1	2,3%
Total	43	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.22 Grupos de interesse

Os grupos de interesse presentes nas disputas nos trabalhos sobre áreas protegidas pertencem aos diversos grupos sociais e econômicos. As análises sobre os trabalhos apontam que 33,3% dos envolvidos nos conflitos são moradores, populações tradicionais ou grupos étnicos. Para a Tanzânia as denominações de moradores locais, populações rurais ou tradicionais foram agrupadas num só grupo devido ao contexto do país, onde a grande maioria da sua população pertence a um determinado grupo étnico, embora possuem diferentes ocupações e formas de apropriação dos recursos entre si. De seguida temos a

presença da gestão das áreas protegidas com um percentual de 23,8%, dos órgãos governamentais com 12,7%, das organizações comunitárias locais com uma presença de 7,9%, das ongs com 6,3% e das empresas de turismo com 4,8%.

Tabela 20: Grupos de interesse

Grupos de interesse ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Gestão da área de conservação	15	23,8%
Moradores, populações locais e grupos tradicionais / étnicos	21	33,3%
Organizações comunitárias locais	5	7,9%
Entidades internacionais que promovem cooperação	1	1,6%
Líderes comunitários	1	1,6%
Entidades ou instituições de pesquisa pesquisadores	2	3,2%
Entidades parceiras do governo ou doadores	1	1,6%
Empresas de turismo	3	4,8%
Ongs	4	6,3%
Órgãos governamentais (distritais, regionais)	8	12,7%
Empresas de agrícolas de jogo e comércio	2	3,2%
Total	63	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.23 Grupos negativamente afetados

Todos os negativamente afetados são populações pertencentes a grupos étnicos do país que dependem diretamente dos recursos da vida selvagem para a sua sobrevivência, o que também poderiam ser chamados de comunidades tradicionais. Entre as quais muitos têm como atividade de sobrevivência a agricultura, a criação e pastoreio de gado, o cultivo de algas marinhas, a pesca, etc.

4.24 Número de pessoas afetadas

Os números de pessoas afetadas pelas áreas de conservação não são precisos. Embora os estudos do Geisler (2003a) tenham estimado aproximadamente 14.4 milhões de vítimas da conservação, também chamados de “refugiados da conservação” por Mark Dowie (2008), ainda existem muitas lacunas em termos de mensuração dos números exatos de pessoas afetadas pela conservação com analisa Dowie (2008).

Os resultados sobre a Tanzânia não foram diferentes, o Gráfico 32 mostra que 90,48% dos artigos não informaram a quantidade de pessoas afetadas pelas unidades de conservação. Além disso, os resultados também mostram que os artigos que informaram a quantidade, 481 famílias ou aproximadamente 50 famílias, não informam o número preciso de pessoas que compõem as famílias.

Gráfico 32: Quantidade de pessoas afetadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

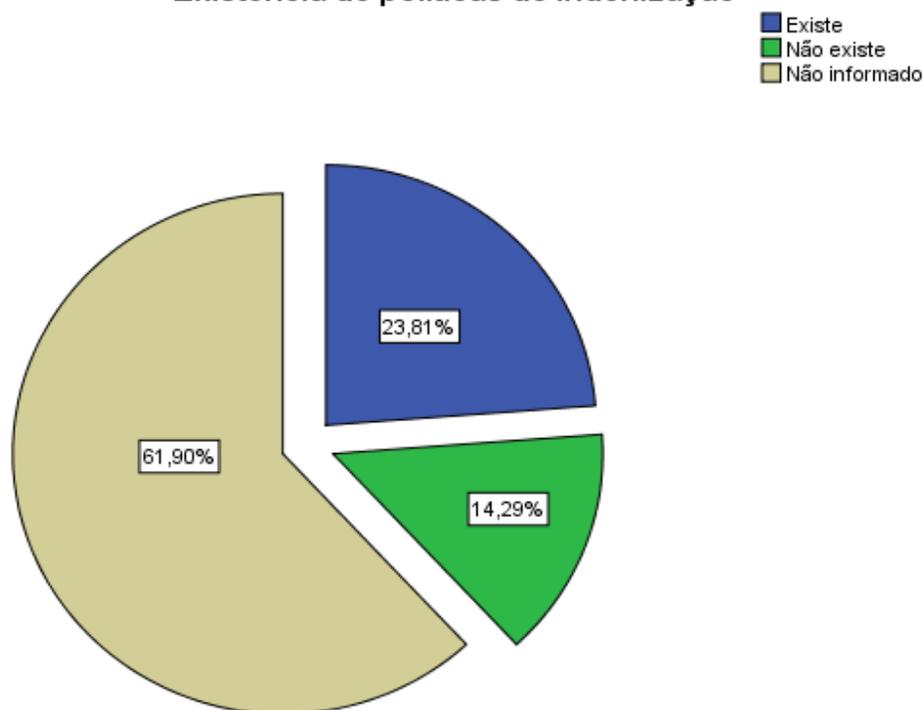
4.25 Existência para políticas de indenização

Sobre as políticas de indenização, 23,81% dos artigos relataram a existência de políticas de indenização, no entanto não forneceram informações sobre o status da sua execução. Por outro lado, 14,29% dos trabalhos analisados afirmam que não existem políticas de indenização aplicadas nas áreas estudadas, e 61,90% artigos não informaram a existência de políticas de indenização nas áreas protegidas estudadas.

Sobre a indenização em termos legislativos, o parágrafo 71 da parte VIII da lei da conservação da vida selvagem de 2009, o *The wildlife Act* de 2009, estabelece a possibilidade de ressarcimento financeiro pelos prejuízos que envolvem perda de colheitas e de gados, ferimentos e até mortes causados por animais selvagens considerados problemáticos (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2009). No entanto, caso for considerado que os prejuízos ou ferimentos tenham ocorrido numa circunstância de violação das leis ou regras das áreas protegidas não haverá ressarcimento. E em caso de morte de animal por ameaça a uma vida humana, o parágrafo 73 da parte VIII destaca a não criminalização da pessoa que matou o animal (UNITED REPUBLIC OF TANZANIA, 2009). No entanto, a lei de 2013, que revoga a de 2009, não menciona sobre a indenização em seus parágrafos.

Gráfico 33: Políticas de indenização

Existência de políticas de indenização



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

4.26 Presença de projetos e empresas desenvolvimentistas

Os resultados mostram que 37,5% das áreas protegidas estudadas pelos artigos possuem empresas de turismo ou ecoturismo operando nos seus limites ou no seu entorno. Uma situação que não é de se estranhar, uma vez que o governo do país almejou o desenvolvimento do turismo como fonte de receita usando as áreas protegidas como o principal atrativo. Os hotéis e alojamentos foram empresas mencionadas por 8,3% dos artigos analisados, seguidos de outros projetos de baixo percentual como maricultura de algas e ostras, avicultura e cooperativas de poupança e crédito. Por fim, vale mencionar que 41,7% dos artigos não mencionaram a presença de projetos desenvolvimentistas nos limites das unidades estudadas.

Tabela 21: Presença de projetos e empresas desenvolvimentistas

Presença de projetos e empresas desenvolvimentistas ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Não informado	10	41,7%
Maricultura de algas e ostras (feita pela comunidades)	1	4,2%
Avicultura	1	4,2%
Hotéis e alojamentos	2	8,3%
Cooperativas de poupança e crédito (instituições financeiras de pequena escala administradas pela comunidade)	1	4,2%
Empresas de turismo/ecoturismo	9	37,5%
Total	24	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

4.27 Efeitos sociais

Os efeitos sociais resultantes da implementação das áreas protegidas na Tanzânia mais destacados pelos trabalhos analisados diz respeito à criminalização das populações tradicionais com 12,8% das respostas, envolvendo relatos das proibições de acesso, uso dos recursos e da realização das atividades de manutenção dos modos de subsistência locais.

A perda de animais e da colheita das famílias foi um problema preocupante relatado por 9,6% dos artigos, pois estes efeitos sociais acabam gerando desdobramentos como a escassez de alimentos, a diminuição da renda econômica e insegurança alimentar que juntos acabam criando condições para o aumento da pobreza. Aliado a esses efeitos acrescenta-se, segundo os relatos de 1,1% dos artigos, a proliferação de espécies carnívoras de médio-porte (condicionada também pelo baixo número de predadores de alto-porte) e a escassez de presas de baixo-porte que favoreceram a investida dos animais selvagens em animais domésticos e nas plantações das comunidades ao redor das unidades de conservação.

Essa aproximação dos animais selvagens perto das vilas não só aumenta o risco de contaminação das comunidades com doenças da vida selvagem de acordo com 1,1% dos trabalhos, como também instiga hostilidades das famílias e comunidades agro-pastoris que residem nas proximidades das áreas de conservação em relação aos animais selvagens como

mostra 2,1% dos artigos. A implementação de áreas protegidas afeta os grupos sociais de diferentes formas. Em relação a esse quesito, os dados sistematizados mostram que 8,5% dos artigos relataram o aprofundamento da desigualdade de renda econômica, a desigual distribuição dos custos da conservação e de seus benefícios às populações, principalmente o turismo de acordo com a percepção das comunidades.

Entre os custos negativos oriundos da imposição de regras a partir de uma gestão verticalizada, destaca-se a marginalização dos conhecimentos e saberes locais sobre o manejo do território no processo de implantação da área de conservação também foi tido como um dos efeitos sociais por 7,4% dos artigos, uma vez que ela vem acompanhada da falta de transparência na gestão, tentativas de suborno, manipulação e omissão proposital de informações de acordo com 5,3% dos trabalhos. A omissão de informações e a falta de comunicação abre precedentes para o desconhecimento e a falta de compreensão das regras da área protegida pelas comunidades segundo o relato de 4,3% dos trabalhos, e inclusive para a violação das leis e regulamentos pelas comunidades segundo 6,4% dos artigos.

Ainda sobre a imposição de regras, as restrições de uso e acesso dos recursos relatado por 6,4% dos trabalhos, elas abrangem áreas que são fontes de medicamentos fitoterápicos e espaços importantes onde são realizadas atividades culturais e espirituais, rituais e cerimônias. Enquanto as regras aplicadas às comunidades são restritivas, por outro lado, 4,3% dos trabalhos descrevem que as atividades desenvolvimentistas a exemplo do turismo e da hotelaria estão sendo favorecidas devido às demandas dos doadores financeiros, do governo tanzaniano ou das agências internacionais.

Em benefício dessas atividades, 2,1% dos artigos evidenciaram que houve remoção e reassentamento forçado das comunidades. A perda das terras para os investimentos desenvolvimentistas e turísticos são consideradas injustas e as indenizações são inadequadas e irrisórias porque excluem as populações no processo de avaliação da mesma segundo 4,3% dos trabalhos analisados. Como resposta, 2,1% dos trabalhos relataram que as comunidades desenvolveram uma agricultura preventiva ao redor das áreas de conservação para garantir a posse de suas terras, reduzindo conseqüentemente os padrões de mobilidade e criando condições para a sedentarização, mudanças culturais e mudanças nas relações trabalho. Um outro aspecto importante sobre as mudanças culturais se refere às relações de gênero que, embora em menor percentual de apenas 1,1% relatado, expuseram a fraca participação

feminina nos processos decisórios ao mesmo tempo que foi registrado um aumento da carga de trabalho sobre elas.

Esses mesmos tipos de atividades por vezes criam degradação ambiental, porém são as comunidades tradicionais que são culpabilizadas conforme 2,1% dos artigos. Como resultado da aplicação arbitrária das regras restritivas, 4,3% dos trabalhos relataram abusos de poder, assédio sexual, agressões físicas e confisco de bens pela parte dos guardas das áreas de conservação. Em casos de descumprimento das regras pela população, 2,1% dos trabalhos evidenciaram a aplicação de punições às comunidades através da retirada de financiamentos de projetos de desenvolvimento comunitário.

A execução das legislações causou sofrimento social nas comunidades, 5,3% dos artigos demonstram que as populações sofreram com as ameaças, constantes incertezas, medos, preocupações e inseguranças em relação às políticas conservacionistas. Juntamente a isso, 3,2% apontam o sentimento de frustração, decepção e ressentimento com as autoridades conservacionistas também pelo descumprimento das promessas feitas, e pela redução do bem-estar das populações através da violação dos costumes hospitaleiros e culturais das comunidades. Por fim, a falta de oportunidades de emprego para os moradores (prometido inicialmente pelos investidores) propicia a emigração dos jovens conforme 2,1% dos artigos analisados.

Tabela 22: Efeitos sociais (continuação).

Efeitos sociais ^a	Respostas	
	N	Porcentagem
Perda de animais e a perda de colheita geram conseqüentemente a diminuição da renda econômica familiar, aumento da pobreza, da escassez de alimentos e insegurança alimentar;	9	9,6%
Marginalização dos conhecimentos e saberes locais sobre o manejo e o território no processo de implantação da unidade de conservação	7	7,4%
Favorecimento das atividades desenvolvimentistas (turismo, hotelaria) e priorização das demandas dos doadores em detrimento das populações locais	4	4,3%
Degradação ambiental e culpabilização das populações locais	2	2,1%
Falta de transparência da gestão da área protegida, na divisão das receitas do turismo, distribuição desigual das atividades alternativas de geração de renda, tentativas de suborno, manipulação e omissão proposital de informações	5	5,3%
Criminalização das comunidades locais: proibições de acesso, uso dos recursos naturais, das atividades e dos instrumentos necessários para a produção dos meios de existência locais;	12	12,8%
Desigualdade de renda econômica, distribuição desigual dos custos da conservação e percepção de poucos benefícios para os aldeões em relação às áreas protegidas e o turismo;	8	8,5%
Inflação, mudança culturais e nas relações de trabalho após a implementação das unidades de conservação	1	1,1%
Abusos e assédio sexual, agressões físicas e confisco de bens pela parte dos guardas das áreas protegidas	4	4,3%
Punição à comunidade por meio da perda de financiamento de projetos de desenvolvimento locais em casos de violação das regras	2	2,1%
Ameaças, apreensões sobre expropriações e risco de grilagem de terras, constantes incertezas, medos, preocupações e inseguranças sobre as políticas conservacionistas	5	5,3%
Desenvolvimento de uma agricultura preventiva ao redor do parque para garantir a posse de terras, redução dos padrões de mobilidade e aumento da sedentarização	2	2,1%
Remoção e reassentamento forçado das comunidades	2	2,1%
Violação das leis e regulamentos pelas comunidades	6	6,4%
Sentimento de decepção, frustração, ressentimento e confusão das populações em relação às autoridades conservacionistas e sua administração	3	3,2%
Risco de doenças da vida selvagem e ataques dos mesmos	1	1,1%

Tabela 21: Efeitos sociais (conclusão).

Efeitos sociais	N	Porcentagem
Fraca participação feminina e aumento da carga de trabalho	1	1,1%
Obrigatoriedade de comprovação da moradia para acessar as residências e redução do bem-estar das populações que residem dentro da área protegida	1	1,1%
Emigração de jovens, baixa empregabilidade dos moradores nas instituições da unidade de conservação	2	2,1%
Perda de terras, indenização inadequada e exclusão das populações no processo de avaliação da mesma	4	4,3%
Aumento do número de espécies carnívoras	1	1,1%
Falta de compreensão e desconhecimento das regras da unidade de conservação pelas comunidades	4	4,3%
Hostilidade das famílias com maior dependência na criação de animais e agricultura em relação a predadores em potencial	2	2,1%
Restrições de uso dos recursos naturais e de acesso das áreas que são fontes de medicamentos fitoterápicos e espaços importantes onde são realizadas atividades culturais e espirituais, rituais e cerimônias	6	6,4%
Total	94	100,0%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência das áreas protegidas trouxe consigo inúmeros problemas e conflitos para as populações que naquela área residiam. O mapeamento da produção científica produzida entre 1980 a 2019 sobre os conflitos em unidades de conservação no Brasil e nas áreas protegidas da Tanzânia revelam contrastes, devido aos diferentes contextos, e similaridades no que se referem às políticas implementadas e efeitos sociais gerados.

Metodologicamente, as produções sobre os dois países foram na sua maioria estudos de caso e estudos comparativos de casos na tentativa de compreender e explicar a realidade dos grupos sociais após a implementação das áreas protegidas. As análises das produções sobre unidades de conservação brasileiras permitiram observar que existe destaque maior de algumas áreas de conhecimento, obtidas a partir da formação dos autores, como Geografia, Biologia, Agronomia, Ciências Ambientais, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas. Para a Tanzânia, não foi viável essa mensuração visto que quase nenhum autor informou área de sua formação de modo a nos permitir saber as áreas de conhecimento com maior produção.

As perspectivas teóricas utilizadas para a análise dos trabalhos variam, por exemplo para o Brasil a Ecologia Política e Antropologia ganharam maiores destaques, e para a Tanzânia tivemos em maior expressão a Sociologia, a Ecologia Política e a Antropologia. É importante ressaltar a presença significativa da Sociologia e da Antropologia apesar do uso recorrente da Ecologia Política nos trabalhos sobre ambos os países para a explicação dos conflitos que ocorrem pela sobreposição de áreas protegidas nos territórios tradicionais de distintos grupos sociais. A categoria conflito aparece de diversas formas nos artigos estudados, sem, no entanto, desvincular seus sentidos das lutas sociais, territoriais e fundiárias que subjazem esta noção.

A partir dos trabalhos sobre o Brasil, observamos que grande parte dos artigos utilizaram termos como “conflitos socioambientais”, “conflitos ambientais”, “conflitos fundiários” ou apenas a palavra “conflito”. Por outro lado, nos artigos sobre Tanzânia, mensuramos que grande parte dos artigos fez uso de categorias como “conflitos”, “conflitos entre humanos e animais”, “conflito entre autoridades/gestores e moradores”. Nos dois países não foi verificado um consenso para o uso de um único termo, pois essa escolha depende das análises do autor ou da linha de pensamento a qual defende. Para análise teórica-

metodológica dos conflitos, utilizamos a noção de conflito ambiental territorial construída por Zhouri & Laschefski (2010), por compreendermos que tal categoria consegue abarcar uma perspectiva processual das disputas simbólicas e materiais da natureza, por distintos agentes com relações assimétricas de poder.

A noção de conflito ambiental territorial se apoia na idéia de “campo social” de Bourdieu (2007) para se pensar o ambiente, os agentes e as disputas travadas neste campo, que tem como *doxa* a ideologia do “desenvolvimento sustentável (ANAYA, 2012). Ela permite uma visão dos processos contínuos de exclusão histórica e de vulnerabilização dos grupos sociais em seus territórios. Grupos que possuem modos de vida distintos, formas diferenciadas de apropriação da natureza e estabelecem relações próprias de interdependência do meio ambiente com a sua cultura (LITTLE, 2006; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010). Nessa perspectiva, a noção de território é também fundamental para se analisar estas disputas, uma vez que ela está relacionada a um ambiente biofísico ao qual os grupos sociais ocupam, controlam, usufruem e possuem uma identificação (LITTLE, 2004).

Os trabalhos da Tanzânia, diferentemente dos do Brasil, fazem uso dos agentes envolvidos nos conflitos para caracterizar os conflitos que estão sendo analisados, a exemplo de “conflitos entre humanos e animais” e “conflito entre autoridades/gestores e moradores”. Apesar dessas diferenças, existe uma semelhança muito grande nas populações envolvidas nos conflitos e nas coletividades afetadas de forma negativa. Grande parte dos grupos de interesse envolvidos nos conflitos em unidades de conservação brasileiras eram os povos e comunidades tradicionais, gestão da unidade de conservação, ONGs, órgãos governamentais, moradores/populações locais e comunidades rurais e organizações/ associações comunitárias.

No contexto da Tanzânia não existe muita diferença, com a exceção da diferenciação entre moradores/populações locais e comunidades rurais e povos e comunidades tradicionais que é feita no caso brasileiro. Isso não se aplica nos casos tanzanianos devido ao contexto do país onde a maioria da sua população pertence a um determinado grupo étnico, embora exista uma diferenciação entre as formas de uso dos recursos naturais entre os grupos e também entre os residentes rurais e da cidade. Observamos que a maioria dos grupos de interesses envolvidos nas disputas são “moradores, populações

locais e tradicionais /grupos étnicos”, Gestão da unidade de conservação, órgãos governamentais (distritais, regionais), organizações comunitárias locais e ONGs.

Em ambos os países houve relatos de beneficiamento dessas empresas e suas atividades em detrimento das demandas das comunidades. Existe uma grande diversidade de empresas que atuam nas áreas protegidas dos dois países a exemplo de empreendimentos imobiliários, empresas de turismo/ecoturismo, empresas de madeira e monoculturas, empresas de pesca comercial/profissional, empreendimentos extrativistas, hotelaria. As tentativas de privatização das unidades brasileiras, a própria permissão de atuação das empresas de caráter desenvolvimentista e a expulsão de moradores evidencia a sobreposição da lógica economicista sobre a ambiental. A exemplo das atuais políticas ambientais brasileiras que visam a concessão da gestão privada das UCs a empresas turísticas nacionais e internacionais através de leilão destas UCs e pela adoção do Programa “Adote um Parque”. Processo que vem sendo alvo de crítica da academia pela exclusão da participação popular, falta de transparência no processo e violação de direitos aos povos e comunidades tradicionais que têm seus territórios sobrepostos por estas UCs que apresentam problemas fundiários e territoriais ainda sem resolução; vide nota da Associação Brasileira de Antropologia (ABA 2021)²⁵.

Na Tanzânia, os grupos que foram afetados de forma negativa foram populações/comunidades tradicionais, que também são mencionados como grupos étnicos ou moradores locais. Apesar desse conhecimento, 90,48% dos artigos analisados não informaram a quantidade dessas pessoas afetadas. E, assim como nos estudos sobre as unidades brasileiras, os pouquíssimos trabalhos que estimaram a quantidade de pessoas afetadas o fizeram através da quantidade de famílias. Assim como já relatava o Geisler (2003a) e Mark Dowie (2008) sobre os refugiados da conservação em África, a imprecisão da quantidade de pessoas afetadas pela conservação dificulta o mapeamento mais preciso sobre os desdobramentos dos efeitos sociais a longo prazo sobre as comunidades expropriadas do Brasil e da Tanzânia.

Além de dificultar esse mapeamento, essa imprecisão também dificulta o processo de acesso à indenização, pois 73,91% dos artigos sobre as unidades de conservação brasileira não informaram a existência de políticas de indenização e 61,90% dos artigos sobre áreas

²⁵ http://www.abant.org.br/files/20210609_60c0bf6e26c75.pdf

protegidas na Tanzânia também não informaram a existência ou não de políticas indenizatórias. Em caso da existência do processo indenizatório, outra dificuldade enfrentada reside na sua efetivação e na atualização do status da mesma nos trabalhos analisados.

Da mesma forma, também existem efeitos sociais relatados que não podem ser mensurados e a indenização não faz jus a perda, pois afeta o campo do simbólico, do emocional, do cultural e da memória. Os efeitos sociais relatados sobre as unidades de conservação brasileiras demonstram que as comunidades afetadas lidaram com climas de incertezas, tensões sobre as expropriações e sentimentos de angústia devido às coerções, às ameaças e o risco dos seus modos de vida, além da permanente sensação de incapacidade nas reuniões devido ao uso de vocabulários técnicos que escapam a sua compreensão. Entre as demais mudanças, destaca-se a adaptação a novos hábitos alimentares, a introdução de novas lógicas de trabalho e de uso da natureza. No contexto da Tanzânia, os artigos forneceram relatos similares como ameaças, abordagens abusivas e agressivas das autoridades gestoras, constantes incertezas, inseguranças e medos em relação às políticas conservacionistas.

Acrescenta-se também a redução do bem-estar dessas populações e bem como a decepção e o ressentimento com as autoridades gestoras pelas falsas promessas que nunca chegaram a se efetivar. Culturalmente, as comunidades afetadas se depararam com a violação dos seus costumes hospitaleiros, a restrição e proibição de acesso aos espaços de coleta de medicamentos fitoterápicos e de realização de atividades religiosas e espirituais, da mesma maneira que os casos sobre as unidades brasileiras estudadas. Houve também relatos de uma readaptação induzida das populações ao sedentarismo e desenvolvimento de uma agricultura preventiva para a salvaguarda da posse de terra.

Os efeitos sociais mais comuns, em grande parte dos trabalhos sobre o Brasil e a Tanzânia se referem à marginalização das populações na gestão das áreas protegidas, às restrições e proibições de acesso e uso dos recursos naturais e conseqüentemente à criminalização dessas populações. Não muito menos importante, os estudos nas unidades brasileiras revelaram uma alteração nas configurações sociais onde a hierarquização social se fez cada vez mais presente, assim como os conflitos internos e a desigualdade na distribuição dos benefícios do turismo. De forma similar, sobre a Tanzânia observou-se que houve uma desigual distribuição dos custos e dos benefícios do turismo e também um aprofundamento da desigualdade econômica.

Uma diferença muito acentuada entre os relatos sobre os efeitos sociais nas unidades de conservação brasileiras e tanzanianas diz respeito à perda de animais e da colheita. Diferentemente do Brasil, os relatos envolvendo a perda de animais e das colheitas pelas famílias afetadas nas áreas protegidas da Tanzânia foram recorrentes devido ao impacto que isso traz no agravamento da insegurança alimentar, na escassez dos alimentos, no aumento da pobreza e no risco à saúde das comunidades. Evidentemente as áreas protegidas implementadas nos dois países não atendem aos interesses das populações que lidam cotidianamente com os efeitos sociais a partir deles gerados como disputas por terras, aumento da violência e especulação imobiliária, pois para as comunidades as regras são rígidas e para os empreendimentos de caráter desenvolvimentista elas são flexíveis.

O turismo é a atividade de maior destaque entre as empresas atuantes dentro das áreas protegidas da Tanzânia e do Brasil. Muitas das vezes proposto como uma possibilidade de renda para as comunidades residentes, o turismo também implicou na proibição de atividades de subsistência e perda de terras em favor das demandas dos governos, das agências internacionais e doadores financeiros. No caso específico da Tanzânia, a promoção do turismo subsidiou a implementação das áreas protegidas em prol do crescimento econômico nacional e se constituiu numa das principais fontes de receitas do país, principalmente com as áreas protegidas do norte do país que possuem o bioma *grasslands* que compreende a savana.

Seguindo a linha da vertente preservacionista que carrega a noção do “*wilderness*” caracterizada por DIEGUES, (2008a), as áreas protegidas da Tanzânia, principalmente as do bioma savana, são espaços utilizados pelos turistas para fins contemplativos e estéticos destinados a apreciação da natureza selvagem e para o uso recreativo. Outro motivo que estimulou a criação e implementação de novas categorias de áreas protegidas de caráter mais participativo, as “*Wildlife Management Areas*” (áreas de manejo da vida selvagem) intrinsecamente ligadas à Conservação de Base Comunitária (*Community Based Conservation*), foram as condições impostas para a aquisição de empréstimos financeiros através do Programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) (STOLLA, 2005; KIWANGO *et al.*, 2015).

A implementação de unidades de conservação no Brasil pelos órgãos ambientais não envolveu somente a conservação da biodiversidade por meio da identificação dos biomas

críticos da mata atlântica e do cerrado através dos estudos feitos por MYERS *et al.* (2000). O incentivo a implementação das unidades também ganhou apoio de grandes organizações como o Banco Mundial, através do seu Programa Global Environment Facility (GEF) que financia projetos como o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) que serviu de instrumento de “adequação ambiental” para a mitigação dos efeitos de projetos desenvolvimentistas e cumprimento de acordos internacionais assinados pelo país (ZHOURI *et al.*, 2005).

Na Tanzânia, o bioma crítico que também recebeu financiamento do GEF foi as Montanhas do Arco Oriental e Floresta Costeira da Tanzânia e do Quênia por meio do *Critical Ecosystem Partnership Fund* (CEPF). É importante frisar que todos esses projetos envolvendo implementação de áreas protegidas nas *biodiversity hotspots* teve participação direta da ONG *Intenational Conservation* (CI), tanto na identificação das áreas prioritárias, tanto na execução dos projetos financiados pelo Banco Mundial e no estabelecimento de parcerias com os Estados na implementação de políticas ambientais.

A implementação impositiva de novos territórios com regras sobre territórios já existentes e estabelecidos por grupos culturalmente singulares não se provou em boa saída para a conservação da natureza. Existe necessidade de se planejar as políticas de desenvolvimento sustentável e territorial no Brasil e na Tanzânia com a presença efetiva e participação democrática dos grupos sociais enquanto sujeitos indispensáveis, sem que a sua presença seja reduzida a figuração e a subordinação frente às autoridades conservacionistas e ao Estado, às ONGs transnacionais, às grandes organizações multilaterais e financeiras como Banco Mundial.

As análises das produções científicas permitiram observar que existem muitas similaridades de efeitos sociais provocados pela implementação das áreas protegidas, nas políticas de financiamento da conservação dos biomas prioritários e nos grupos sociais afetados negativamente. Portanto, apesar da grande quantidade de dados extraídos nos artigos dos dois países, percebemos também que existe um grande de vazio no que diz respeito a quantidade de pessoas afetadas. Torna-se também necessário frisar que poucos trabalhos mencionaram a existência dos planos de manejo das áreas protegidas estudadas, e dentre os poucos que assinalaram não houve discussão ou contextualização dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACOSTA, Alberto, O bem viver - Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Ed. Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri et al. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? E- cadernos CES 17, 2012, p.164-183.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004. p. 12-25.

_____. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. Dossiê Sociologias. Porto Alegre, 2014. p. 84-105.

ALVES, Dáfni; FILHO, Dalson Figueiredo; HENRIQUE; Anderson. O Poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. Revista Política Hoje. 2ª ed, v. 24, 2015, p.119-134.

ANAYA F. C. and M. M. ESPÍRITO-SANTO. 2018. Protected areas and territorial exclusion of traditional communities: analyzing the social impacts of environmental compensation strategies in Brazil. *Ecology and society* 23. <https://doi.org/10.5751/ES-09850-230108>.

_____. Felisa C. Conflitos Ambientais Territoriais: estudos comparativos entre Brasil e África. Projeto e plano de trabalho de professor visitante no exterior – estágio sabático/pós-doutoral, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Nota técnica da Associação Brasileira de Antropologia Sobre o Decreto nº 10.673, de 13 de Abril de 2021. Disponível em: < http://www.abant.org.br/files/20210609_60c0bf6e26c75.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2022.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade Barretto. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social). – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001).

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BICUDO, Maria A. V. Meta-análise: seu significado para a pesquisa qualitativa. REVEMAT. ISSN 1981-1322. Florianópolis-SC, v. 9, Ed. Temática, p. 07-20, 2014.

BOLADOS, P.; CASTRO, E. 2016. Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Ed. Annablume, 2016.

BOURDIEU, P. Espaço Social e Poder simbólico. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Comunidade Tradicional: conviver, criar e resistir. In: Revista da ANPEGE, vol.8, Nº9 (2012).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Brasília, 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 6ª Edição. Brasília, 2006.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Portal da legislação, Brasília, dez. 2006. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5092.htm . Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto nº5.092, de 21 de maio de 2004. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente. Portal da legislação, Brasília, mai. 2004. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm >. Acesso em: 24 nov. 2021.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto nº6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Portal da legislação, Brasília, Fev. 2007. Disponível:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm >. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRITO, Brígida Rocha. Áreas protegidas em África. Anuário JANUS, 2010.

_____. Preservação ambiental e turismo de natureza em área protegida: iniciativas e experiências em contexto africano. Nature And Conservation, Aquidabã, v.6, n.1, 2013.

BROCKINGTON, Dan; IGOE, Jim. Expulsão para a conservação da natureza: uma visão global. In: DIEGUES, A. C. A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.p. 125- 193.

_____. Expulsão para Conservação: uma visão global. Conservation & Society, vol. 4, No. 3 (julho-setembro de 2006), pp. 424-470.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). 2002. Enciclopédia da floresta: o alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras. 735 pp.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice (org.). a insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo horizonte: autêntica, 2005a.

_____. A Oligarquização da Política Ambiental Mineira. A Oligarquização da Política Ambiental Mineira. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 b. p. 65-88.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

_____. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) Educação Ambiental; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2. São Paulo: editora Paz e Terra, 2010.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antônio C. (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

CHAPIN, M. Um desafio aos conservacionistas. In: DIEGUES, A. C. A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008, p.23-59.

CHIMÈRE-DIAW, Mariteuw. Escalas nas teorias da conservação: um outro conflito de civilizações? In: DIEGUES, A. C. A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.p. 105- 111.

COMPAGNON, Daniel. Administrar a biodiversidade graças às ONGS? In: DIEGUES, A. C. A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008, p.83-103.

CUNHA & ALMEIDA. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (org.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: ISA/ Editora Estação Liberdade, 2002. p. 184-193.

DESLANDES, Suely F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. S (org). Pesquisa Social- Teoria, Método e criatividade. 28^a ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAVALCANTI, Clóvis. "Economia e Ecologia: Problemas de Governança Ambiental no Brasil." *Revibec: Iberoamerican Journal of Ecological Economics*, [online], 2004, Vol. 1, pág. 1-10, <https://raco.cat/index.php/Revibec/article/view/38276> [Acesso: 14-12-2021].

CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL (CI-BR). Conservation International. Belo Horizonte, 2003.

_____. Hotspots: as regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta. Belo Horizonte, 2000.

DIEGUES, Antônio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio C. (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

_____. A globalização da proteção da natureza: o papel das grandes ONGs transnacionais e da ciência. In: DUPAS, Gilberto (org.). Meio Ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais. São Paulo: Editora Unesp, 2008a.

_____. Da Crítica à Exportação do Modelo de Parques Nacionais Norte-Americanos. In: O mito moderno da natureza intocada. 6ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC-NUPAUB, 2008b.p.37-40.

_____. Escolas Atuais de Pensamento Ecológico e a Questão das Áreas Protegidas. In: O mito moderno da natureza intocada. 6ª ed. Editora HUCITEC- NUPAUB, 2008c.p.41-53

DOWIE, Mark. Refugiados da Conservação. In: DIEGUES, A. C. A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.p.113-124.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. O Pensamento Africano Sul-Saariano. Conexões e paralelos como pensamento latino-americano e asiático (um diagrama). Brasil, São Paulo, Clacso - EDUCAM, Setembro de 2008.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setiembre, 2005, p.133- 168.

_____. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

EWING, J. A. Ecologia oca: teoria da modernização ecológica e a morte da natureza. *Journal of World-Systems Research* 23:126-155, 2017. <http://dx.doi.org/10.5195/JWSR.2017.611>.

FRANCO, José L. de A.; SCHITTINI, Gilberto de M.; BRAZ, Vivian da Silva. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. *Revista Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015.

FONSECA, N.; SÁNCHEZ-RIVERO. M. Revisões sistemáticas da literatura: Uma súmula para as ciências sociais. *Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal*, 35, 2019, p.73-82. Doi: 10.18089/DAMeJ.2019.35.5

GALVÃO, Taís F.; PEREIRA, Maurício G.. Revisões Sistemáticas de Literatura: passos para a sua elaboração. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, 23 (1): 183-184, jan-mar, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Métodos e Técnicas de Pesquisa social. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais. Editora Record, 2007.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S (org). Pesquisa Social- Teoria, Método e criatividade. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GÓMEZ-POMPA, Arturo. KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio C. (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antônio C. (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (ICMBio). PARECER n. 00175/2021/CPAR/PFE-ICMBIO/PGF/AGU. 2021. Disponível em: < <https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Parecer-populacoes-tradicionais-e-art.-42-da-Lei-do-SNUC-versao-final.pdf> >. Acesso em: 25 jan. 2022.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). Borrini-Feyerabend, G., N. Dudley, T. Jaeger, B. Lassen, N. Pathak Broome, A. Phillips e T. Sandwith (2017). Governança de Áreas Protegidas: da compreensão à ação. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas, No. 20, Gland, Suíça: UICN.2013.

LANG, Miriam. Alternativas ao Desenvolvimento. In: DILGER, G; LANG; FILHO, J.P. Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. P 25-44.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LITTLE, Paul E. Ambientaismos e Amazônia: encontros e desencontros. In: SAYAGO, Doris et al. Amazônia: cenas e cenários. Brasília: Editora UnB, 2004.

_____. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade* – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 5ª edição. Editora Saraiva, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Biomass Continentais do Brasil*. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Governança Pública: Construção de Capacidades para a Efetividade da Ação Governamental*. 2018.

INTERNATIONAL CONSERVATION (CI); INTERNATIONAL CENTER FOR INSECT PHYSIOLOGY AND ECOLOGY (ICIPE). *Eastern Arc Mountains & Coastal Forest of Tanzania and Kenya*. 2005.

KABIRI, Ngeta. *Wildlife Conservation and Land Acquisitions: A Case Study of the Tanzania Land Conservation Trust*. Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbing. 6-8 April 2011.

KIWANGO, WA, Komakech, HC, Tarimo, TMC and Martz, L. 2015. Decentralized Environmental Governance: A reflection on its role in the formation of Wildlife Management Areas in Tanzania. *Tropical Conservation Science* Vol.8 (4): 1080-1097. Disponível em: www.tropicalconservationscience.org.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LITTLE, Paul Elliot. *Ecologia como Etnografia: Um guia teórico e metodológico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA. *Áreas prioritárias*. Página inicial: o que é, 2017. Disponível: < <http://areasprioritarias.mma.gov.br/oque-e> >. Acesso em: 23 nov. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). *Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

MORAES, Lúcio F. R. de; FILHO, António Del M.; DIAS, Devanir V. O Paradigma Weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. *RAC*, v. 7, n. 2, Abr./Jun., 2003, p. 57-71.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. *Trajetória da política ambiental federal no Brasil*. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016.

MTAHIKO, M. G.G. Tanzanian Wilderness Areas. 2007. In: Watson, Alan; Sproull, Janet; Dean, Liese, comps. 2007. Science and administration to Protect and Sustain Wildlife Values: Eighth Congressional Symposium Wilderness World Tour: September 30 to October 6, 2005; Anchorage, AK. RMRS-P-49 process. Fort Collins, CO: US Department of Agriculture, Forest Service, Rocky Mountain Research Station.

MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russel A.; MITTERMEIER, Cristina G.; G. A. B. FONSECA, Gustavo A. B. da; KENT, Jennifer. Nature, Vol. 403, 2000.

NEUMANN, Roderick P. Imposing Wilderness: Struggles over livelihood and Nature Preservation in Africa. Universidade da Califórnia Press, 2002.

NOE, C., SULLE, E., & BROCKINGTON, D. (2017). O cenário de parcerias da Tanzânia: Convergência e divergência no setor de vida selvagem. Copenhagen Business School, CBS. NEPSUS Working Paper Vol. No. 3, 2017.

UNEP-WCMC (2021). Perfil de Área Protegida para a República Unida da Tanzânia do Banco de Dados Mundial de Áreas Protegidas, setembro de 2021. Disponível em: www.protectedplanet.net.

OKOLI, Chitu. A guide to conducting a standalone systematic literature review. Communications of the Association for Information Systems, v. 37, n. 43, p. 879–910, nov. 2015. Disponível em: <http://aisel.aisnet.org/cais/vol37/iss1/43/>.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento. Revista Brasileira de História, vol. 33, no 65, 2013.

PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. Systematic Reviews in the Social Sciences - A practical guide. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

PIMBERT, Michel P.; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio C. (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

PINTO, Cândida Martins. Metanálise qualitativa como abordagem metodológica para pesquisas em Letras. ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO - PPGE/ME ISSN 1809-0354 v. 8, n. 3, p.1033-1048, set./dez. 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2013v8n3>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino- americanas. LONDE, Edgar (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p. 227-278. 2005

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. Análise Descritiva de Dados. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 1ª Edição, Junho 2002. Disponível em: www.est.ufmg.br.

ROCKEMBACH, Moisés. Avaliação arquivística: uma análise baseada em Revisão Sistemática de Literatura. Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v.23, n.esp., 2018, p.90-98.

RODGERS, Alan; MELAMARI, Lota; NELSON, Fred. Wildlife Conservation in Northern Tanzanian Rangelands. Tanzanian Natural Resource Fórum. Conservation in Crisis: Experiences and Prospects for Saving Africa's Natural Resources; held at Mweka College of African Wildlife Management, Tanzania, December, 2003.

RODRIGUES, Caroline L.; ZIEGELMANN, Patrícia K. Meta-análise: um guia prático. Rev HCPA, 2010;30(4), p. 436-447.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). São Paulo: Cortez, 2010.

SPENCE, Mark David. Dispossessing the wilderness: indian removal and the making of the National Parks. New York: Oxford University Press., 1999.

STOLLA, Francis. Wildlife management áreas: a legal analysis. Tanzania Natural Resource Forum Occasional Paper nº5, 2005.

THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

UNEP-WCMC e IUCN (2021), Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA) e World Database on Other Effective Area-based Conservation Measures (WD-OECM) [Online], setembro de 2021, Cambridge, Reino Unido: UNEP- WCMC e IUCN. Disponível em: < www.protectedplanet.net>.

UNEP-WCMC e IUCN (2021), Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA) e World Database on Other Effective Area-based Conservation Measures (WD-OECM) [Online], setembro de 2021, Cambridge, UK: UNEP- WCMC e IUCN. Disponível em: < www.protectedplanet.net>.

UNITED REPUBLIC OF TANZANIA. The Marine Parks and Reserves Act. 1994. Disponível em: <<https://www.tanzaniaparks.go.tz/>>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

_____. Ministry of Natural Resources and Tourism. The Wildlife Conservation Act. 2013. Acesso em: 15 ago. de 2021.

_____. National Parks Act. 2003. Disponível em: <<https://www.tanzaniaparks.go.tz/>>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

_____. Tanzania Wildlife Management Authority. Ngorongoro Conservation Area Act. 1975. Disponível em: <<https://www.tanzaniaparks.go.tz/>>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

_____. The forest act, 2002. Disponível em: <<https://www.tanzaniaparks.go.tz/>>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

_____. The Wildlife Conservation Act. 2009. Disponível em: <<https://www.tanzaniaparks.go.tz/>>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

_____. The Wildlife Conservation Act.1974. Disponível em: <<https://www.tanzaniaparks.go.tz/>>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

_____. The Antiquities Act. 1979. Disponível em: <<https://www.tanzaniaparks.go.tz/>>. Acesso em: 15 ago. de 2021.

VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(9):3631-3644, 2014.

VICENTINI, Paulo Fagundes(org.). *O livro na Rua. Série Diplomacia ao alcance de todos: Coleção Países- Tanzânia. Biblioteca do cidadão.*Thesaurus Editora, 2011.

ZANZIBAR. Act for the sustainable management and conservation act of zanzibar's forest resources and matters. 1997. Disponível em: <<https://www.tanzaniaparks.go.tz/>>.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.* Editorial Iguana, 2018.

ZHOURI, Andréa. *Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: Desafios para a governança Ambiental.* *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 23 No. 68, 2008.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos de governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco.* 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ANEXO - Artigos utilizados como objetos de estudo para a pesquisa**BRASIL**

ARCE, Paula Aparecida.; PENDLOSKI, Claudete. J. S.; OLIVEIRA, Rosicler B.; GALLARDO, Amarilis. L. C. F.; RUIZ, Mauro Silva. Conflitos socioambientais em unidades de conservação em áreas urbanas: o caso do parque tizo em São Paulo. HOLOS, 2014, Vol. 01. Disponível em: < <https://doi.org/10.15628/holos.2014.1704>> .Acesso em: 22 jun. 2021.

BOCKSTAEEL, ERIKA; BAHIA, NATÁLIA C.F.; SEIXAS, CRISTIANA S.; BERKES, FIKRET. Participation in protected area management planning in coastal Brazil. Environmental Science & Policy, vol. 60, p.1-10, 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2016.02.014> >. Acesso em: 22 jun. 2021.

Chiaravalloti, Rafael. "The Displacement of Insufficiently 'Traditional' Communities: Local Fisheries in the Pantanal." Conservation and Society, vol. 17, no. 2, 2019, p. 173. Gale Academic OneFile. Disponível em: <link.gale.com/apps/doc/A581134610/AONE?u=capes&sid=bookmarkAONE&xid=8c54d9ed>. Acesso em: 22 jun. 2021.

DIAS, Carolina M.; CAVALARI, Rosa M. Feiteiro. Poder Público, População, Conflitos Socioambientais e Educação Ambiental: o caso da Estação Ecológica de Angatuba, SP, Brasil. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 7, n. 16, p. 293-314, maio/ago. 2012. Disponível em: < http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA – MG: algumas propostas, conflitos e incertezas territoriais. Revista Cerrados – Montes Claros/MG, v.13, n. 1, p.111-139, dez/2015. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576963553001>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

FERREIRA, Lúcia Da Costa. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, sp, Brasil. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100004>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FLEURY, Lorena C.; ALME, Jalcione Pereira de. A conservação ambiental como critério de relações entre grupos e valores: representações e conflitos no entorno do Parque Nacional das Emas, Goiás. Ambiente & Sociedade, Campinas v. XII, n. 2, p. 357-372, jul.-dez. 2009. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000200010>>. Acesso em: 22 jun.

2021.

GONÇALVES, Marco P.; BRANQUINHO, Fátima T. B.; FELZENSZWALB, Israel. Uma análise contextual do funcionamento efetivo e participação popular em uma unidade de conservação: o caso da área de proteção ambiental de Petrópolis (Rio de Janeiro: Brasil). *Soc. & Nat.*, Uberlândia, ano 23 n. 2, 323-334, maio/ago. 2011. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000200014>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

HOEFFEL, João Luiz; FADINI, Almerinda A. Barbosa; MACHADO, Micheli Kowalczuk; REIS, Jussara Christina. Trajetórias do Jaguarú – unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XI, n. 1, p. 131-148, 2008. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000100010>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

JOVENTINO, Fátima K. Pinto; JOHNSON, Rosa M. Formiga; LIANZA, Sidney. Pesca artesanal na Baía de Ilha Grande, no Rio de Janeiro: conflitos com unidades de conservação e novas possibilidades de gestão. *Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 12 - Nº 23 - Jan./Abr. de 2013*. Disponível em: < <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2013v12n23p159>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LAURIOLA, Vincenzo. Ecologia Global contra Diversidade Cultural? Conservação da Natureza e Povos Indígenas no Brasil. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. *Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003*. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200010>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

LIMA, Danielle Dos S.; MARMONTEL, Miriam; BERNARD, Enrico. Conflicts between humans and giant otters (*pteronura brasiliensis*) in Amanã Reserve, Brazilian Amazonia. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XVII, n. 2 n p. 127-142 n abr.-jun. 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200009>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MACHADO, Célia C. C.; GONÇALVES, Cláudio U.; ALBUQUERQUE, Manoel Bandeira De; PEREIRA, Eugênia C.. Protected areas and their multiple territorialities – a social and environmental reflection on Catimbau National Park – Brazil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XX, n. 1, p. 239-260, jan.-mar. 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20150172R1V2012017>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MACHADO, Marina de Medeiros; PINTO, Cátia R. Silva de C.; Roberth Andrés Villazón Montalván; Tadeu Maia Nogueira Portela; Renata Martins Pacheco; Renê Lebarbenchon Macêdo. Land use of the environmental protected area of the coastal environment of Serra do Tabuleiro State Park-Palhoca/SC, Brazil: zoning and environmental restrictions.

Environmental, Development and Sustainability (2019) 21:1225–1250. Disponível em: < <https://doi.org/10.1007/s10668-018-0082-6>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MANNIGEL, Elke. Integrating Parks and People: How Does Participation Work in Protected Area Management?, *Society and Natural Resources*, 21:6, 498-511, 2008. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/08941920701618039>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MORAIS, Marcelino Santos de; GONTIJO, Bernardo M.; PIUZANA, Danielle. Percepções sobre conflitos socioambientais de comunidades do entorno do Parque Estadual do Biribiri, Diamantina, Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, 2018, 7 (2): 02-11. Disponível em: < <https://doi.org/10.5281/zenodo.3952776>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

RAIMUNDO, Sidnei. Conflitos entre residências secundárias, áreas protegidas e comunidades tradicionais na costa sudeste do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XVIII, n. 4 n p. 291-310 n out.-dez. 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0142V1842015>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

REZENDE, Marília G. G.; CANALEZ, Geise de G.; FRAXE, Therezinha de Jesus P. Protected Areas in the Amazon: forest management, conflict and social participation. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá*, v. 39, n. 1, p. 63-70, Jan.-Apr., 2017. Disponível em:< <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i1.31426>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SANTOS, Leonardo Bis dos. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XII, n. 1, p. 133-150, jan.-jun. 2009. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000100010>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, Ana Tereza Reis Da. Áreas protegidas, populações tradicionais da Amazônia e novos arranjos conservacionistas. *Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 34 n° 99*, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/349905/2019>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SINAY, Laura; SINAY, Maria C. Fogliatti de; CARTER, Rodney W.; PASSOS Fábio Vinícius de A. Povos tradicionais, áreas protegidas e turismo: um estudo de caso brasileiro de 15 anos de mudança cultural. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo. Vol. 22, 2019. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0070r4vu19L1AO2019;22:e00704>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SOUSA, Érica N.C.; SANTOS, Francílio A. O processo de implantação do Parque Estadual do Cocó, Fortaleza (CE): conflitos e perspectivas. *Sousa et al., REGNE*, Vol. 2, N°Especial (2016).Disponível em:<

<http://dx.doi.org/10.21680/2447-3359.2016v2n0ID10526>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

TEIXEIRA, Marco A. Domingues; XAVIER, Delson F. Barcelos. Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 1, 2018, p. 351-371. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32718>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

TANZÂNIA

BAIRD, Timothy D.; LESLIE, Paul W.; MCCABE, J. Terrence. The Effect of Wildlife Conservation on Local Perceptions of Risk and Behavioral Response. *Human Ecology*, 2009, 37:463–474. Disponível em: < <https://doi.org/10.1007/s10745-009-9264-z>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BLUWSTEIN, J.. Resisting Legibility: State and Conservation Boundaries, Pastoralism, and the Risk of Dispossession through Geospatial Surveys in Tanzania. *Rural Landscapes: Society, Environment, History*, 6(1): 1, 1–18, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.16993/rl.53>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CHANG'A, Alex; SOUZA, Nick De; MUYA, John; KEYYU, Julius; MWAKATOBE, Angela, *et al.* Scaling-Up the Use of Chili fences for reducing human elephant conflict across landscapes in Tanzania. *Tropical Conservation Science*, 9(2): 921-930, 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1177/194008291600900220>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

DAVIS, Alicia. 'Ha! What is the benefit of living next to the park?' Factors limiting immigration next to Tarangire National Park, Tanzania. *Conservation and Society*, vol. 9, no. 1, 2011, p. 25. Disponível em: < [Gale Academic OneFile, link.gale.com/apps/doc/A254366628/AONE?u=capes&sid=bookmarkAONE&xid=a4d2ebd8](http://link.gale.com/apps/doc/A254366628/AONE?u=capes&sid=bookmarkAONE&xid=a4d2ebd8)>. Acesso em: 21 ago. 2021.

DURRANT, Marie Bradshaw; DURRANT, Jeffrey O. (2008) The Influence of Location on Local Attitudes Toward Community Conservation on Mount Kilimanjaro, *Society and Natural Resources*, 21:5, 2008, p. 371-386. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/08941920701618187>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GILLINGHAM, Sarah; LEE, Phyllis C.. The impact of wildlife-related benefits on the conservation attitudes of local people around the Selous Game Reserve, Tanzania. *Environmental Conservation* 26 (3): 218–228, 1999. Disponível em: < <https://doi.org/10.1017/S0376892999000302>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GOLDMAN, Mara. Strangers in their own land: Maasai and wildlife conservation in Northern Tanzania. *Conservation and Society*, vol. 9, no. 1, 2011, p. 65. Disponível em: < link.gale.com/apps/doc/A254366632/AONE?u=capes&sid=bookmarkAONE&xid=55163589>. Acesso em: 21 ago. 2021.

GUSTAVSSON, Madeleine; LINDSTRÖM, Lars; JIDDAWI, Narriman S.; TORRE-CASTRO, Maricela de la. Procedural and distributive justice in a community-based managed Marine Protected Area in Zanzibar, Tanzania. *Marine Policy* 46 (2014) 91–100. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2014.01.005>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

HOLMERN, Tomas; RØSKAFT, Eivin. The poultry thief: Subsistence farmers' perceptions of depredation outside the Serengeti National Park, Tanzania. *African Journal of ecology* vol. 52, 2013, 334–342. Disponível em: < <https://doi.org/10.1111/aje.12124>>. Acesso em: 21 Ago. 2021.

HOLMERN, Tomas; NYAHONGO, Julius; RØSKAFT, Eivin. Livestock loss caused by predators outside the Serengeti National Park, Tanzania. *BIOLOGICAL CONSERVATION* 135 (2007) 518 – 526. Disponível em: < <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2006.10.049>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

KALTENBORN, Bjørn P.; NYAHONGO, Julius W.; TINGSTAD, K. Margrethe. The nature of hunting around the Western Corridor of Serengeti National Park, Tanzania. *European Journal of Wildlife Research* (2005) 51: 213–222. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10344-005-0109-9>>. Accessed 21 ago. 2021.

KASWAMILA, Abiud; RUSSELL, Shaun; MCGIBBON, Mike. Impacts of Wildlife on Household Food Security and Income in Northeastern Tanzania. *Human Dimensions of Wildlife*, 12: 6, 391-404, 2007. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/10871200701670003>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

KICHELERI, Rose P.; TREUE, Thorsten; NIELSEN, Martin R.; KAJEMBE, George C.; MOMBO, Felister M. Institutional Rhetoric Versus Local Reality: A Case Study of Burunge Wildlife Management Area, Tanzania. *SAGE Open* April-June 2018: 1–15, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.1177/2158244018774382>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

KIDEGHESHO, Jafari R.; RØSKAFT, Eivin; KALTENBORN, Bjørn P.. Factors influencing conservation attitudes of local people in Western Serengeti, Tanzania. *Biodiversity and Conservation* (2007) 16:2213–2230. Disponível em: < <https://doi.org/10.1007/s10531-006-9132-8>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MARIKI, Sayuni B.. Conservation With a Human Face? Comparing Local Participation and Benefit Sharing from a National Park and a State Forest Plantation in Tanzania. *SAGE Open* October-December 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1177/2158244013512665>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

McCLANAHAN, T.R.; CINNER, J.; KAMUKURU, A.T.; ABUNGE, C.; NDAGALA, J.. Management preferences, perceived benefits and conflicts among resource users and managers in the Mafia Island Marine Park, Tanzania. *Environmental Conservation* 35 (4): 340–350, 2009. Disponível em: < <https://doi.org/10.1017/S0376892908005250>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MEIRELLES, Mauro. O Uso do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na Ciência Política: uma breve introdução. *Pensamento Plural*, Pelotas [14]: 65 – 91, janeiro-junho 2014.

MELUBO, Kokel; LOVELOCK, Brent. Living Inside a UNESCO World Heritage Site: The Perspective of the Maasai Community in Tanzania. *Tourism Planning & Development*, 16:2, 197-216, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/21568316.2018.1561505>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

NYAHONGO, J.W.; EAST, M.L.; MTURI, F.A.; HOFER, H.. Benefits and costs of illegal grazing and hunting in the Serengeti ecosystem. *Environmental Conservation* 32 (4): 326–332, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0376892906002566>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

RAYCRAFT, Justin. Conserving Poverty: Destructive Fishing Gear Use in a Tanzanian Marine Protected Area. *Conservation and Society*, Vol. 17, Issue 3, 2019. Disponível em: < link.gale.com/apps/doc/A592530618/AONE?u=capes&sid=bookmarkAONE&xid=49cd8d4c >. Acesso em: 21 ago. 2021.

SAUNDERS, Fred. "It's like herding monkeys into a conservation enclosure: The formation and establishment of the Jozani-Chwaka Bay National Park, Zanzibar, Tanzania." *Conservation and Society*, vol. 9, no. 4, 2011, p. 261. Disponível em: < link.gale.com/apps/doc/A278567349/AONE?u=capes&sid=bookmarkAONE&xid=876d8249>. Acesso em 21 ago. 2021.

SIRIMA, Agnes; BACKMAN, K. F. Communities' displacement from national park and tourism development in the Usangu Plains, Tanzania. *Current Issues in Tourism*, 16:7-8, 719-735, 2013. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/13683500.2013.785484>>. Acesso em: 21 ago. 2021.